



Senhores Acionistas,

Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a Diretoria Executiva da ELETRONUCLEAR S.A. submete à apreciação dos acionistas e da sociedade o Relatório da Administração e Responsabilidade Social (RARS), relativo ao exercício de 2024, no qual estão sumarizadas as principais atividades da Companhia, assim como as Demonstrações Financeiras exigíveis, acompanhadas de pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

2024: um ano de desafios e esforços recompensados

O ano de 2024 para a ELETRONUCLEAR foi marcado pelos trabalhos intensivos para viabilizar a extensão da vida útil da Usina de Angra 1 por mais 20 anos. Tivemos sucesso na primeira etapa, que foi a aprovação da extensão pelo prazo solicitado, graças à excelência técnica e ao comprometimento de nossa equipe.

Embora tenhamos conseguido a extensão, como desejávamos, ainda há muito trabalho a ser feito, já que ainda precisamos atender as condicionantes estabelecidas na nova licença que precisam ser cumpridas nos próximos anos. Porém, ainda temos pela frente o desafio de conseguir o financiamento de longo prazo para a implementação das medidas de modernização necessárias. Em 2024, conseguimos um empréstimo ponte com bancos privados para os valores necessários para aquele ano e que agora precisamos honrar.

Além disso, outro ponto também exigiu grande esforço de todos os setores da empresa. Estamos muito próximos de uma definição por parte do Governo Federal quanto à conclusão de Angra 3. Este projeto, que conta com o apoio integral do Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, representa uma solução de futuro para a Companhia, bem como o compromisso da União com um futuro limpo e a sustentabilidade energética do país.

Não podemos nos esquecer de Angra 2, que bateu vários recordes de produção de energia em 2024. Em julho registrou 1.015.070 MWh, o melhor resultado dos últimos cinco anos, e em agosto bateu a própria marca, produzindo 1.016.585,63 megawatts. Além disso, conseguimos concluir sua 20ª parada de reabastecimento com sucesso.

Além da geração de energia limpa, neste ano também assumimos o compromisso de contribuir com a saúde do país, através da produção de radiofármacos adequando processos já existentes em Angra 2. Essa iniciativa foi materializada pela assinatura de um acordo com a Sociedade Brasileira de Medicina Nuclear (SBMN).

Por outro lado, 2024 também foi marcado pela necessidade de adequar nossas despesas ao faturamento efetivo da empresa na busca de um maior equilíbrio econômico-financeiro da companhia. Algumas dessas ações, apesar de desafiadoras e muitas vezes consideradas impopulares, são cruciais para este processo. Além de medidas para maior eficiência nos custos, também atravessamos um período de transformações profundas em na nossa cultura organizacional. É imprescindível ter na gestão financeira o mesmo zelo que temos na operação de nossas usinas. Estamos avançando, mas 2025 ainda reserva muitos desafios nesse sentido.

Chegamos a 2025 com Angra 1 e 2 operando com alto grau de confiabilidade e respeito ao meio ambiente, além de mantermos nossa luta pela retomada das obras de Angra 3. Neste ano, vamos continuar trabalhando muito para garantir o fornecimento de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN), beneficiando milhões de lares brasileiros cada vez mais demandantes de eletricidade para o dia a dia.

2. PERFIL DA COMPANHIA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

2.1. A ELETRONUCLEAR

A ELETRONUCLEAR é uma sociedade anônima de economia mista, resultado da incorporação em maio de 1997, da antiga Diretoria Nuclear de Furnas Centrais Elétricas S.A. pela Engenharia e Serviços S.A (NUCLEN), companhia criada em dezembro de 1975. Em dezembro de 1997, por decreto presidencial, foi aprovado novo estatuto social da Companhia com alteração da razão social, mantendo a missão de explorar, em nome da União, as atividades nucleares para fins de geração de energia elétrica. A Companhia hoje é controlada pela Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar), e teve sua denominação social alterada de Eletrobras Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR para ELETRONUCLEAR S.A desde junho de 2022.

A sede da Companhia fica na cidade do Rio de Janeiro, as instalações industriais que incluem as Usinas Angra 1 e Angra 2; depósitos de resíduos; escritórios, centros de informação e vila residencial, em Angra dos Reis e escritórios, vilas residenciais, o Laboratório de Monitoração Ambiental e o Centro de Treinamento, em Paraty, contando ainda com escritório de representação em Brasília.

Na Praia de Itaorna, município de Angra dos Reis (RJ), está localizada a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), composta de duas Usinas em operação – Angra 1, de 640 MW, de fornecimento *Westinghouse*, e Angra 2, de 1.350 MW, de fabricação Siemens/KWU, ambas utilizando a tecnologia dos reatores a água pressurizada. No mesmo sítio está localizada a Usina Angra 3, em fase de construção, semelhante a Angra 2, porém, com potência nominal elevada para 1.405 MW.

Para operar as duas usinas nucleares da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), cuja potência nominal é de 1990 MW, além das atividades de projeto e construção da Usina Angra 3, a ELETRONUCLEAR conta com um efetivo total de 1.926 empregados.



Vista da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA
Usinas de Angra 1, Angra 2 e Angra 3

2.2. ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Com a Capitalização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobras) em junho de 2022, a ELETRONUCLEAR passou a ter um novo modelo societário. A Eletrobras que detinha 99,91% das ações, passou a não ser mais a controladora da ELETRONUCLEAR. A Empresa Brasileira de Participações em Energia (ENBPar), passou a ser a nova controladora da ELETRONUCLEAR contendo 64,7% das ações ordinárias. Todavia, a Eletrobras continua como um importante acionista da Companhia, possuindo 67,64% do total de ações da ELETRONUCLEAR.

2.3. INVESTIMENTOS REALIZADOS

Os investimentos totais da ELETRONUCLEAR somaram R\$ 1.561.423 mil, o que corresponde a 39,70% do orçamento total aprovado para o ano de 2024, no valor de R\$ 3.932.630 mil. Deste total aprovado, R\$ 2.581.411 mil correspondem a gastos corporativos com o Projeto de Implementação da Usina Nuclear Angra 3; R\$ 816.763 mil a investimentos para o Programa de Extensão da Vida Útil de Angra 1; e R\$ 488.183 mil a investimentos realizados na Manutenção do Sistema de Geração de Energia Nuclear de Angra 1 e 2.

As realizações de 2024 estão em conformidade com o limite legal estabelecido pelo Plano de Dispêndios Globais e pela Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024 (Publicado no DOU em 22 de janeiro de 2024).

O Decreto nº 11.814, de 5 de dezembro de 2023 aprovou o Programa de Dispêndios Globais para o exercício financeiro de 2024. Esse mesmo Ato Normativo estabeleceu o valor de R\$ 3.932.630 mil para investimentos. A Portaria MGI nº 3.436, de 21 de maio de 2024 estabeleceu crédito suplementar no valor de R\$ 78.750 mil para reforço de implementação da Usina Nuclear de Angra 1 e 2 e determinou o cancelamento de crédito no valor de R\$ 78.750 mil na Implantação da Usina Termonuclear de Angra 3. A Lei 15.065, de 23 de dezembro de 2024 determinou o crédito suplementar no valor de R\$ 146.918 mil para reforço na Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra 1 e 2.

Os quadros abaixo detalham as previsões e execuções das principais Ações Orçamentárias da ELETRONUCLEAR para o exercício de 2024, bem como, percentuais de execução para cada Ação:

Ação: 4477				Manutenção do Sistema de Geração de Energia Nuclear de Angra 1 e 2																					
Finalidade da Ação:				Esta ação tem por finalidade preservar a capacidade de produção das usinas de Angra 1 e Angra 2, dentro dos padrões de qualidade e de segurança requeridos, assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do contrato de venda de energia elétrica, bem como do atendimento aos processos de licenciamento e o correto tratamento e acondicionamento dos rejeitos delas provenientes. Adicionalmente, inclui atividades visando o aumento da capacidade de produção, a implementação de melhorias operacionais das usinas e o suporte das atividades de infraestrutura e de apoio à operação, assim como o desenvolvimento de atividades de caráter socioambiental, que propiciem a equilibrada inserção regional dos empreendimentos.																					
Orçamento:				Lei nº14.822, de 22 de janeiro de 2024 (DOU de 22 de janeiro de 2024), e alterações estabelecidas pela Portaria MGI nº 3.436 de 21 de maio de 2024 e pela Lei 15.065, de 23 de dezembro de 2024																					
Realização:				2024																					
Jan		Fev		Mar		Abr		Mai		Jun		Jul		Ago		Set		Out		Nov		Dez			
28.780.347		12.526.789		46.598.582		19.316.238		22.623.150		40.068.841		43.427.982		62.922.351		6.472.004		4.338.942		4.551.111		97.697.846			
META				PREVISÃO R\$				EXECUÇÃO R\$				EXECUÇÃO/PREVISÃO													
Financeira				488.183.477				389.324.183				79,75%													
Ação: 5E88				Implantação da Usina Termonuclear de Angra 3																					
Finalidade da Ação:				Ampliar a oferta de energia elétrica, em cerca de 11000 GWh/ano, para o Sistema Interligado Nacional, aumentando a confiabilidade do atendimento à denominada área Rio (Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo), viabilizando economicamente o ciclo do combustível nuclear no país e com impacto positivo sobre a macrorregião de Angra dos Reis, sob os aspectos econômico, socioambiental e cultural.																					
Orçamento:				Lei nº14.822, de 22 de janeiro de 2024 (DOU de 22 de janeiro de 2024) e alterações estabelecidas pela Portaria MGI nº 3.436 de 21 de maio de 2024																					
Realização:				2024																					
Jan		Fev		Mar		Abr		Mai		Jun		Jul		Ago		Set		Out		Nov		Dez			
56.458.423		32.064.866		41.187.186		56.427.247		53.022.837		43.114.730		21.766.922		15.404.739		63.656.828		38.323.370		21.028.703		35.320.393			
META				PREVISÃO R\$				EXECUÇÃO R\$				EXECUÇÃO/PREVISÃO													
Financeira				2.581.410.589				477.776.243				18,51%													
Ação: 160T				Programa de Extensão da Vida Útil - LTO de Angra 1																					
Finalidade da Ação:				O objetivo do Programa é estender a operação de Angra 1 por mais 20 anos, a partir do vencimento da atual licença. Assim, a vida útil da planta passaria de 40 para 60 anos, com geração de energia limpa e segura.																					
Orçamento:				Lei nº14.822, de 22 de janeiro de 2024 (DOU de 22 de janeiro de 2024)																					
Realização:				2024																					
Jan		Fev		Mar		Abr		Mai		Jun		Jul		Ago		Set		Out		Nov		Dez			
47.076.062		30.501.596		48.373.523		24.529.797		44.538.414		61.426.373		65.124.344		54.953.731		59.581.171		77.212.489		90.188.317		86.760.193			
META				PREVISÃO R\$				EXECUÇÃO R\$				EXECUÇÃO/PREVISÃO													
Financeira				816.762.913				690.266.009				84,51%													

Assinado por:

Deuscimara Teixeira de Mendonça

7E2C7R71E539431



Tabela de Execução Orçamentária / Financeira das Ações Realizadas pela ELETRONUCLEAR para Angra 1 e 2; Angra 3; e LTO de Angra 1, no exercício de 2024:

AÇÃO	PREVISÃO (R\$ mil)	EXECUÇÃO (R\$ mil)	EXECUÇÃO / PREVISÃO
4477	488.183	389.324	80%
5E88	2.581.411	477.776	19%
160T	816.763	690.266	85%
TOTAL	3.886.357	1.557.366	40%

2.4. DESTAQUES 2024

Gestão Financeira Responsável

- Intensificação de esforços para redução dos custos operacionais através de iniciativas como: revisões de contratos, *workshop* de otimizações de custos, medidas de redução de despesas de pessoal (hora extra, periculosidade, sobreaviso, treinamento eletivo, etc.) atingindo uma redução na ordem de R\$ 500 milhões no PMSO em comparação ao orçamento PDG 2024 previsto (R\$ 2,4 bilhões previsto contra R\$ 1,9 bilhões realizado caixa);
- Criação de supervisão independente para acompanhamento e otimização dos custos da parada programada para reabastecimento de combustível de Angra 2, proporcionando redução em R\$ 50 milhões no custo de paradas frente a 2023;
- Promoção de mudanças culturais para uma administração financeira sustentável.

Econômico-Financeiro

- Levantamento e materialização na ordem de R\$ 0,7 bilhões em créditos fiscais, sendo cerca de R\$ 0,3 bilhões recuperados em 2024 e R\$ 0,4 bilhões registrados para compensação caixa em 2025;
- Captação de R\$ 450 milhões de financiamento através de emissão de Notas Comerciais sem garantias com vencimento “*bullet*” em dezembro 2025 com bancos BTG e ABC, para o Programa de Extensão da Vida Útil de Angra 1 (projeto LTO) ;
- Viabilização de R\$ 400 milhões de financiamento mútuo de longo prazo junto ao controlador ENBPar para complemento do investimento LTO de Angra 1 em 2024;
- Obtenção de Acórdão TCU para ressarcimento na ordem de R\$ 0,8 bilhões referentes a tributos sobre rendimento do Fundo de Descomissionamentos (FDES) pagos com o caixa da ELETRONUCLEAR desde 2010, sendo (i) R\$ 0,4 bilhões ressarcidos em março de 2024 e (ii) R\$ 0,4 bilhões em fevereiro de 2025;
- Com aprovação pelo regulador Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) de Plano de Descomissionamento Conjunto Protelado atualizado das usinas Angra 1 e 2 com LTO dos projetos, materialização de superavit de R\$ 2,1 bilhões no Fundo de Descomissionamento (posição do fundo em dezembro 2024 de R\$ 3,2 bilhões contra (i) passivo em dezembro 2024 de R\$ 0,7 bilhões e (ii) ressarcimento impostos sobre rendimento do fundo em R\$ 0,4 bilhões de fevereiro 2025 respaldados pelo Acórdão TCU);
- Negociação com aprovação de postergação em 6 meses do serviço da dívida junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Caixa Econômica Federal (CEF), de julho 2024 a dezembro 2024, representando redução de R\$ 360 milhões nas necessidades de caixa da empresa;
- Mesmo com exaurimento do caixa restrito para Angra 3, oriundos do acordo associado ao processo de capitalização da Eletrobras em 2022, as medidas de geração de caixa no ano permitiram a realização de todos os investimentos previstos (incluindo LTO Angra 1 e UAS) e proporcionaram uma posição de saldo de caixa de fechamento em dezembro 2024 na ordem de R\$ 600 milhões.

Desempenho de Angra 2

- Obteve recorde de geração em julho (1.015.070 MWh) e agosto (1.016.585,63 MWh), os melhores resultados dos últimos 5 anos;
- Conclusão da 20ª parada de reabastecimento com foco na segurança e eficiência;
- Alcançou 99,4% de disponibilidade operacional, o segundo melhor índice desde sua inauguração.

Extensão da Vida Útil de Angra 1

- Obtenção da Autorização de Operação de Longo Prazo (AOLP - LTO) para Angra 1, estendendo sua licença de operação por mais 20 anos, até 2044;
- Projeto integra o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal.

Angra 3

- Busca por alternativas para financiamento, incluindo negociações com acionistas e potenciais empréstimos-ponte a curto prazo;
- Finalização do estudo independente de viabilidade do empreendimento pelo BNDES e EPE
- Companhia aguarda decisão do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para continuar obras.

Saúde Nuclear

Parceria com a Sociedade Brasileira de Medicina Nuclear (SBMN) para a produção de radiofármacos em Angra 2, com objetivo de integrar os setores de energia e saúde nuclear, contribuindo para a saúde pública e diversificação das atividades da empresa.

Responsabilidade Social

- Total de 102 beneficiados em ações voluntárias realizadas pela ELETRONUCLEAR;
- Retomada de patrocínios a projetos culturais, esportivos e ambientais por meio de leis de incentivo fiscal;
- Patrocínio a quatro projetos incentivados em 2024, sendo dois deles pela Lei de Incentivo Estadual - ICMS : Circuito OFF do Festival de Música e Ecologia da Ilha Grande (RJ) e Festa Internacional do Teatro de Angra (FITA); e dois deles pela Lei Nacional de Incentivo à Cultura (*Rouanet*): Cristo Redentor *Experience* e Festa Internacional Literária de Paraty (FLIP);

Plano de Demissão Voluntária (PDV)

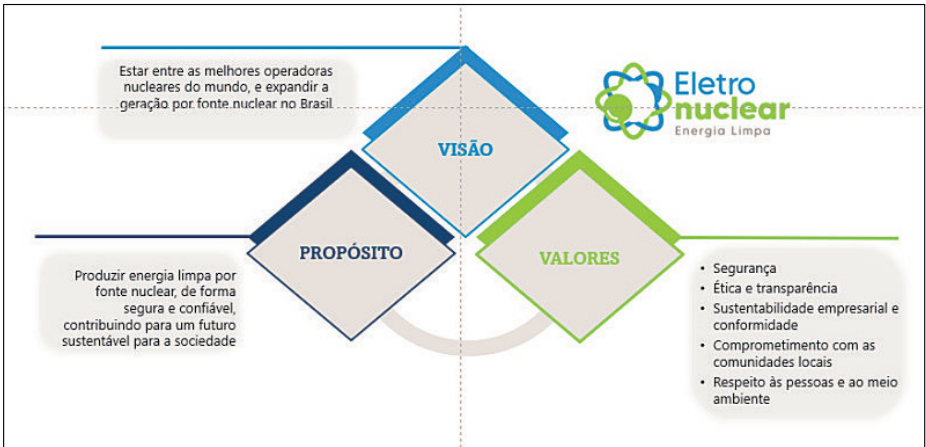
- Estruturação do PDV em 2024, com foco na sustentabilidade financeira da Companhia.

Meio Ambiente

O Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS) prestou assistência a 286 animais.

2.5. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Reunimos no Plano de Negócios e Gestão (PNG 2025-2028) o planejamento estratégico da ELETRONUCLEAR para um horizonte de cinco anos. O documento reúne a Nova Identidade Empresarial da Empresa com uma nova visão, propósito e valores:



Tendo a Identidade Empresarial como principal norteador, o PNG se desdobra em Pilares e Objetivos Estratégicos. Cada objetivo estratégico possui ao menos um indicador estratégico, que mensura o alcance do objetivo, e ao menos uma iniciativa estratégica (programa, projeto ou ação), que suporta o objetivo estratégico ao qual está conectado.

O Mapa Estratégico da ELETRONUCLEAR contendo a Identidade Empresarial, Pilares e Objetivos Estratégicos e os indicadores de Topo estão descritos na figura abaixo:



Para ser facilmente compreendido, a ELETRONUCLEAR traduz o Plano de Negócios e Gestão (PNG) em uma lista com as cinco principais iniciativas da empresa. Tais iniciativas são interligadas, relacionadas por ordem de prioridade e ressaltam questões cruciais para a empresa, como: Segurança e Confiabilidade; Manutenção da Capacidade Instalada e Expansão da Capacidade Instalada.

O *Top Five* também representa um poderoso instrumento para comunicar de maneira clara a estratégia aos empregados. Cada *Top Five* sempre à vista, como uma *checklist*, todos podem identificar facilmente qual é sua participação no atingimento das metas da companhia:

TOP FIVE Nº1 - SEGURANÇA NUCLEAR

Promover todas as iniciativas com foco na segurança nuclear de modo a garantir que esse conceito esteja integrado em todas as atividades realizadas na empresa.

TOP FIVE Nº 2 - MELHORIA CONTÍNUA DA SEGURANÇA E DESEMPENHO OPERACIONAL DE

ANGRA 1 E ANGRA 2

Manter o elevado padrão de segurança, aumentar a confiabilidade e o controle de custos.

TOP FIVE Nº3 - EXTENSÃO DA VIDA ÚTIL DE ANGRA 1;

Execução de estudos e projetos para atendimento das condicionantes da CNEN associadas à renovação da licença de operação por mais 20 anos.

TOP FIVE Nº 4 - CONCLUSÃO DO EMPREENDIMENTO ANGRA 3;

Concluir a implantação do modelo de negócios e viabilizar a contratação de empresa *Engineering, Procurement and Construction* (EPC ou EPCista), além de garantir a manutenção de serviços e suprimentos, conforme o cronograma executivo do projeto Angra 3.

TOP FIVE Nº 5 - EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO;

Executar todas as iniciativas que visem o alcance da estabilidade econômico-financeira da ELETRONUCLEAR.

3. ASPECTOS OPERACIONAIS

3.1. DESEMPENHO DAS USINAS

A busca pela excelência operacional é uma diretriz central da ELETRONUCLEAR, trazendo benefícios significativos tanto para a empresa quanto para o setor elétrico brasileiro. Um dos pilares dessa estratégia é o Programa de Manutenção das Usinas, que tem como objetivo principal preservar os elevados índices de produção energética. Em 2024, Angra 1 comemorou 40 anos de operação, enquanto Angra 2 já ultrapassa os 20 anos de atividade. Apesar da longa trajetória, ambas as usinas continuam a registrar elevados níveis de disponibilidade, confiabilidade e eficiência, consolidando-se como exemplos de desempenho para o setor elétrico no país.

Outro marco operacional importante foi a obtenção da Autorização de Operação de Longo Prazo (AOLP) para a Usina Nuclear de Angra 1, que estende a licença de operação da usina por mais 20 anos a partir de 2024. Isso é resultado de um esforço coletivo e histórico que consolida a importância da energia nuclear no sistema elétrico brasileiro, e posiciona a ELETRONUCLEAR como protagonista na integração de energia confiável e limpa ao portfólio nacional. O foco em performance humana foi reforçado com iniciativas baseadas em *benchmarking* internacional, elevando os padrões operacionais e promovendo excelência na gestão dos ativos.

Além disso, a empresa conduziu com sucesso a segunda campanha de transferência de elementos combustíveis usados de Angra 2 para a Unidade de Armazenamento a Seco. Essa operação, altamente sensível do ponto de vista de segurança, foi executada sem incidentes, reforçando o compromisso com práticas operacionais seguras e eficientes.

Em 2024, a ELETRONUCLEAR alcançou uma disponibilidade média de geração de 82,63% e produziu 14.486.890,4 MWh de energia líquida a partir de fonte nuclear. Esses dados foram registrados pelo Sistema de Medição para Faturamento (SMF) e homologados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O cálculo da disponibilidade seguiu o conceito adotado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), que desconsidera horas de indisponibilidade atribuídas a fatores externos, como falhas em equipamentos de transmissão de outras empresas que impedem o escoamento da energia gerada.

Durante o ano, Angra 1 operou sincronizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) durante 313 dias, gerando 4.781.927,63 MWh de Energia Elétrica Bruta. A usina alcançou um Fator de Disponibilidade de 83,98% e um Fator de Capacidade de 84,64%. A partir de 2025, as Paradas Programadas de Angra 1 terão duração gradativamente maior, devido às intervenções previstas no Programa de Extensão de Vida Útil da usina (LTO). Esse programa, implementado em 2024, permitirá a operação de Angra 1 por mais 20 anos.

Já Angra 2 operou sincronizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) durante 301,14 dias, gerando 9.735.758,83 MWh de Energia Bruta. A usina alcançou um Fator de Disponibilidade de 81,96% e um Fator de Capacidade de 82,19%. Durante o ano, foi realizada a 20ª Parada para Reabastecimento de Combustível (2P19), com duração de 52,75 dias, ultrapassando o prazo acordado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Desde 2021, as Paradas Programadas de Angra 2 têm sido mais extensas, em parte devido à redução de escopo da Parada de 2020 durante a pandemia. Além disso, a Parada de 2023 foi afetada por atrasos na entrega de equipamentos importados, o que também impactou os cronogramas subsequentes.

As paradas para troca de combustível e manutenção, de Angra 1 e 2, tiveram duração mais longa em 2024, devido ao maior número de atividades de manutenção associadas. Estes dados são divulgados e homologados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Durante o ano, a ELETRONUCLEAR registrou 848,1 horas de interrupção planejada e 40,63 horas de interrupção não planejada, alcançando uma disponibilidade média de geração de 89,88%. Nos dois anos anteriores, o indicador permaneceu abaixo da meta regulatória, devido a fatores externos, alheios à atuação dos colaboradores da empresa. No entanto, em 2024, a Companhia superou essa meta, consolidando um desempenho positivo e alinhado aos requisitos regulatórios.

Os dados são auditados e verificados pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Para o cálculo da disponibilidade de geração, foi adotada a metodologia do ONS, que exclui períodos de indisponibilidade decorrentes de eventos externos, como falhas em equipamentos de transmissão de outras empresas, que possam impedir o escoamento da energia nuclear.

3.2. SEGURANÇA NUCLEAR

Os princípios da segurança nuclear enfatizam a importância de uma cultura de segurança que permeie todas as atividades relacionadas direta e indiretamente com a produção de eletricidade numa central nuclear e garanta que o desempenho se situe num nível de competência e dedicação acima e além da simples conformidade com as boas práticas, incorporando objetivos de segurança a um nível muito elevado, de modo que, nas centrais nucleares, a probabilidade de um acidente causar danos graves no núcleo seja mínima. Na ELETRONUCLEAR, onde a segurança nuclear é tratada como prioridade absoluta e as questões de segurança das usinas recebem a atenção que a sua importância justifica, a cultura de segurança nuclear é o primeiro dos 5 principais objetivos corporativos que a empresa estabeleceu como meta empresarial para toda a sua estrutura organizacional.

Dentre as principais iniciativas adotadas pela ELETRONUCLEAR com este objetivo, estão o fomento da cultura de segurança em toda a organização, seja em sua formação ou manutenção, por meio de ações de capacitação, treinamento e reciclagem de seus funcionários próprios e contratados, de um rigoroso sistema de auditorias e revisões de segurança, nacional e internacional, com a participação do órgão regulador (CNEN) e de, pelo menos, duas das maiores entidades mundiais nessa área: a Associação Mundial de Operadores Nucleares (*WANO*, na sigla em inglês) e a Agência Internacional de Energia Atômica (*IAEA*, na sigla em inglês) que atuam no intercâmbio técnico de seus profissionais em instalações nucleares no mundo.

A ELETRONUCLEAR, por sua vez, realiza revisões de cultura de segurança, seja com recursos próprios (autoavaliação, como a que foi concluída em 2023), seja de forma independente com a participação de consultores externos (como a missão IAEA ISCA, de avaliação independente pela IAEA ocorrida em 2022). Além disso, no âmbito das usinas nucleares, uma infraestrutura documental de procedimentos, normas e instruções de trabalho norteia todas as ações operacionais, de engenharia e de fatores humanos, visando garantir a operação segura dos reatores em Angra 1 e em Angra 2, assim como na construção de sua próxima usina, Angra 3. Todos esses processos, passíveis de auditorias pelo órgão regulador, seguem uma agenda específica e periódica.

Em 2024, a ELETRONUCLEAR formalizou um convite à IAEA para realizar no mês de dezembro, um *workshop* de cultura de segurança com a participação de 3 especialistas internacionais, envolvendo a quase totalidade dos seus gestores da área corporativa e diretores da empresa, proporcionando uma ótima oportunidade de discussões e debates em torno deste tema.

Uma função corporativa relevante que possui esse mesmo objetivo é a Supervisão Nuclear Independente, onde uma unidade organizacional subordinada à Diretoria Executiva, a Coordenação de Segurança e Supervisão Independente (CS.DE), realiza observações e inspeções no campo, seja nas instalações industriais, seja nas diversas atividades do setor corporativo que dão apoio às atividades de operação das usinas. Como consequência desse trabalho, a CS.DE busca a melhoria dos vários processos envolvidos, por meio da emissão de suas notificações da supervisão independente. Outra atribuição é avaliar constantemente a cultura de segurança da empresa, por meio de ferramentas e processos de pesquisa.

No âmbito internacional, outra função de supervisão independente é executada pelo *Latin-American Independent Nuclear Oversight* (*Lat-INOS*, na sigla em inglês), onde a ELETRONUCLEAR, desde 2017, é a representante do Brasil juntamente com México e da Argentina, num programa de revisão, planejamento e a execução de revisões independentes de segurança nuclear, definindo datas e temas para serem desenvolvidos nos anos seguintes, igualmente visando garantir altos níveis de desempenho e segurança.

Outras iniciativas, não menos importantes, incluem a divulgação do Momento de Cultura de Segurança (frases mencionadas na abertura de cada uma das reuniões diárias da Presidência com seus diretores e principais gestores) e a promoção de palestras cuja temática reforça valores e conceitos de cultura de segurança. Outra atividade complementar ao fomento à cultura de segurança em 2024 foi a promoção de um treinamento on-line de cultura de segurança para todos os funcionários, próprios e contratados, em todos os níveis da organização.

A ELETRONUCLEAR possui ainda um Comitê de Supervisão Independente de Segurança (COSIS), criado em 2014, que tem por objetivo estabelecer um processo de revisão independente e periódica dos aspectos da segurança integrada da empresa, incluindo processos das usinas e corporativos, bem como do Programa de Avaliações Internas e Internacionais, onde é estabelecido um calendário de missões de revisão de segurança e outras missões internacionais nessa área, envolvendo entidades como a *WANO* e a *IAEA*, aplicáveis a toda a empresa em seus diversos empreendimentos, coordenada com as paradas de reabastecimento em ambas as usinas em operação.

Mais outra atividade sob o olhar da alta gestão da ELETRONUCLEAR, através da CS.DE, é o acompanhamento dos Comitês de Performance Humana e Cultura de Segurança das usinas Angra 1 e Angra 2, coordenados pelos seus respectivos superintendentes adjuntos. Suas atividades incluem desde o acompanhamento de diversos indicadores de desempenho humano (indiretos, portanto, ao conceito de cultura de segurança, mas ainda correlatos). Além disso, a própria equipe de Segurança Industrial (parte integrante destes comitês), faz relatos rotineiros sobre os riscos da falta do uso das ferramentas de prevenção de erros, assim como o uso incorreto dos EPIs e práticas inseguras, sempre visando informar e garantir a redução dos eventos relacionados à segurança industrial nas usinas, assim como na Central. Incluem-se também apresentações de filmes educativos, atualizações de procedimentos, relatos de experiência operacional etc.

Outra função em prol da segurança nuclear é a atuação do Comitê de Análise de Operação Nuclear (CAON). Ele é regido pelo procedimento PC-AG-OP-001 e é um órgão permanente destinado à apreciação e verificação de assuntos que envolvam a segurança de operação das usinas Angra 1 e Angra 2, fornecendo subsídios ao Diretor de Operação e Comercialização (DO), visando a tomada de decisão quanto a medidas que possibilitem a manutenção e a melhoria da segurança nuclear. Tem como atribuições examinar as avaliações de segurança feitas para alterações em procedimentos, modificações nas Especificações Técnicas, estruturas, equipamentos e sistemas das usinas, bem como testes específicos, propostas de modificações em procedimentos, entre outros. Também é de sua atribuição, avaliar o resultado das auditorias da Qualidade, o Plano de Emergência Local (PEL) e, quando necessário, a estrutura organizacional da empresa, apresentar na reunião do COSIS uma avaliação global de segurança das Usinas, incluindo pendências quando aplicável.

Treinamentos em Segurança Nuclear

Considerada o quesito essencial para o funcionamento das usinas, a segurança nuclear consiste, em grande parte, em garantir que os funcionários absorvam nos treinamentos as instruções obrigatórias para o acesso à central nuclear. Na nossa empresa, essa tarefa cabe ao Departamento de Treinamento (DTR.O), área subordinada à Diretoria de Operação (DO).

Entre as principais atribuições, a área tem a responsabilidade de supervisão, programar e executar as atividades de treinamento, qualificação e licenciamento do pessoal de operação das usinas. Também supervisão, programa e executa treinamentos básicos necessários à formação de pessoal de operação, de suporte à operação e de manutenção das usinas, em coordenação com os diversos órgãos da empresa. Essas ações atendem a procedimentos e normas nacionais e internacionais que orientam os treinamentos na área nuclear.

Em nosso Centro de Treinamento, contamos com um Simulador de Conduta no Trabalho e Simuladores de Sala de Controle, onde são realizados treinamentos específicos voltados ao pessoal de operação das usinas de Angra 1 e Angra 2. Há também espaços destinados à realização de treinamentos práticos de Segurança e Saúde Ocupacional.

Em 2024, o Departamento de Treinamento continuou a atender com qualidade os requisitos de treinamento do pessoal de Operação da CNAAA. Dentre as ações gerais de treinamentos realizadas, destacam-se:

- aplicado o treinamento em Cultura de Segurança, direcionado a todos os colaboradores da empresa, incluindo contratados e estagiários;
- aplicado o Curso no Simulador de Conduta no Trabalho para Trabalhadores da CNAAA;
- a continuação de aplicação do treinamento de empregados em geral (TEG) para os novos concursados, contratados ao longo do ano, em parceria com o Departamento de Educação Corporativa (DEC.A), como parte do Programa de Integração e Boas-Vindas aos Novos Empregados;
- continuidade do Retreinamento dos Operadores Licenciados de Angra 1 e Angra 2;
- a continuação do treinamento do grupo HOT 27, para formação de 14 licenciados para Angra 1 e obtenção de licenças de operadores de reator (OR) e operadores sênior de reator (OSR);
- dado início aos treinamentos do grupo HEISS 11, para formação de 22 licenciados para Angra 2 e obtenção de licenças de operadores de reator (OR) e operadores sênior de reator (OSR);
- continuidade dos treinamentos de formação para os empregados que atuarão como operadores licenciados de Angra 3 e farão parte dos grupos KALT 1 e KALT 2;
- realizadas aplicações dos Cursos Introdutórios a Angra 1 e Angra 2, CI-A1 e CI-A2;
- realizada aplicação do Curso Preparatório de Energia Nuclear (CPEN);
- aplicado o Curso de Formação de Operadores de Sistemas Elétricos (CFOSE) de Angra 2;
- continuam em andamento os treinamentos de acesso à CNAAA para empregados da ELETRONUCLEAR e contratados;
- continuam em andamento os treinamentos em atendimento às NRs para os empregados da ELETRONUCLEAR e contratados;
- aplicados treinamentos de acesso à CNAAA e aqueles em atendimento às NRs para os contratados da 20ª parada para recarregamento do núcleo do reator de Angra 2.

Além do exposto, a manutenção de treinamentos desenvolvidos no formato virtual, disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem do Centro de Treinamento (AVACT), possibilitou que os empregados pudessem se atualizar com conteúdo necessário ao bom andamento de suas atividades rotineiras, assim como garantiu que os trabalhadores que acessam as áreas vigiadas e protegidas das Usinas pudessem adquirir os conhecimentos essenciais para o acesso à CNAAA e mantê-los atualizados. De forma similar, continuou abrangendo os treinamentos desenvolvidos nesse mesmo formato em preparação às atividades para a Parada 2P20, para os contratados mais experientes, que já tenham realizado o curso de forma presencial.

O contrato com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que nos presta serviços para atendimento aos programas de treinamento e retreinamento de integrantes das Usinas de Angra 1, 2 e 3, em especial em atendimento às Normas Regulamentadoras (NRs), e o contrato contínuo de prestação de serviços técnicos especializados para desenvolvimento e aplicação de treinamentos, firmado a Tecnatom do Brasil, continuam vigentes.

Em paralelo às ações de treinamento, as equipes de manutenção dos simuladores realizaram testes e correções de discrepâncias identificadas pelos instrutores.

O contrato com a Tecnatom, para fornecimento de bens e serviços para instalação de um Simulador de escopo total para a Unidade 3 e substituição dos atuais modelos computacionais do Simulador da Unidade 2, da CNAAA, segue em andamento. Também foi dado andamento no processo para contratação da atualização do núcleo do Simulador de Angra 1.



Reapresentação de 2023 pela Materialização de Crédito Fiscal de 2022:

A variação se deve, principalmente, em razão de aumento no custo dos encargos de Distribuição.

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) em 2023 ocorreram as paradas 2P19 e 1P28 totalizando 102 dias, ao passo que em 2024 ocorreu somente a parada 2P20 totalizando 44 dias. Dessa forma o custo com consumo de combustível nuclear em 2023 foi menor do que em 2024 tendo em vista maior tempo de paralização para manutenção das usinas e troca de combustível nuclear; além disso (ii) em 2024 destacam-se especialmente os preços das recargas A1-R28 (58% mais cara que a recarga imediatamente anterior) e A2-R19 (65% mais cara que a recarga imediatamente anterior). O valor consumido destas recargas em 2024 foi de -R\$ 173 milhões e -R\$ 189 milhões respectivamente.

c.1) Pessoal

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) variação no salário base no valor de -R\$ 21 milhões tendo em vista reajustes concedidos em 2023 com reflexos em 2024 (a) reajuste de 2,40% somente para a base Angra com vigência em 01 de maio de 2023, para equiparação da tabela salarial Angra e Sede; (b) reajuste de 4,18% para Sede e Angra, retroativo 01 de maio de 2023 por força de Acordo Coletivo de Trabalho 2023/2024; (ii) PDV no valor de -R\$ 57 milhões sem contrapartida em 2023; (iii) provisões para acordos coletivos não efetivados (ACT) variação de -R\$ 26 milhões; (iv) maior gasto com plano médico em comparação com 2023 no valor de -R\$ 11 milhões; (v) demais aumentos de gastos com décimo terceiro salário, férias, gratificações e encargos sociais no valor de -R\$ 13 milhões; compensados por (vi) redução de horas extras em comparação com o ano de 2023 no valor de +R\$37 milhões; (vii) em 2023 foi pago Abono Indenizatório aos empregados base Angra referente ao Acordo Coletivo de Trabalho de 2020 +R\$ 21 milhões, sem contrapartida em 2024; (viii) redução de gastos com ticket refeição e alimentação no valor de +R\$ 12 milhões uma vez que em 2023 foram concedidas 5 cartas extras ao longo do exercício, sem contrapartida em 2024; (ix) reversão de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) em 2024 sem contrapartida em 2023 no valor de +R\$ 13 milhões.

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) redução em aquisição direta +R\$ 13 milhões e (ii) redução em consumo almoxarifado +R\$ 27 milhões.

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) custo total de paradas em 2023: -R\$ 191 milhões (1P28: -R\$ 104 milhões; 2P19: -R\$ 81 milhões; paradas anteriores: -R\$ 6 milhões) Custos de paradas 2024: -R\$ 140 milhões (2P20: -R\$ 100 milhões; 2P19: -R\$ 33 milhões; 1P28: -R\$ 7 milhões) variação nos custos de paradas +R\$ 51 milhões. As paradas ocorreram nas seguintes datas:

(ii) em relação aos serviços de terceiros fora do escopo de paradas ocorreu uma variação líquida de gastos no valor de R\$ 11 milhões em relação a 2023, com destaque para aumentos em Serviços de *Software* e Programação, Empreiteiros, e Mão de Obra Contrata e reduções para Manutenções de Instalações, Consultorias e Aluguéis de Veículos.

A variação se deve, principalmente, em razão de perdas em processos Judiciais -R\$ 12 milhões.

variação se deve, principalmente, em razão de: (i) atualização de prognóstico com baixa de provisão no valor de R\$ 40 milhões (Contingências trabalhistas em 2024) e -R\$ 7 milhões (Contingências Fiscais em 2023); (ii) reversão de provisão atuarial +R\$ 42 milhões. As reversões anteriores foram compensadas por (iii) constituição de provisão para encarcionamento de excedente sobre o Fundo de Descomissionamento no valor de -R\$ 12 milhões.

variação se deve, principalmente, em razão de: (i) reversão de depreciação referente ao imobilizado de descomissionamento de R\$ 222 milhões; (ii) reversão de depreciação acelerada R\$ 95 milhões; (iii) reversão demais contas de depreciação e amortização R\$ 50 milhões; (iv) perdas combustível nuclear -R\$ 74 milhões.

f.1) Receitas Financeiras
A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) redução receita aplicações financeiras por menor saldo caixa e selic -R\$ 156 milhões; (ii) multa consórcio Ferreira Guedes +R\$ 34 milhões; (iii) atualizações SELIC sobre créditos tributários +R\$ 51 milhões.

A variação se deu, principalmente, em razão de aumento nos encargos de dívidas nos períodos comparados no valor de -R\$ 60 milhões.

A variação se deve, principalmente, em razão de menor receita financeira por menor taxa selic em 2p.p. em relação a 2023 e performance títulos do fundo.

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	2023	2024
Receitas Financeiras	244	149
Rendimento sobre títulos e valores mobiliários de curto prazo	207	58
Outras receitas financeiras	37	91
Despesas financeiras	(504)	(639)
Encargos sobre financiamentos	(476)	(536)
Multas e Juros	(19)	(23)
Outras despesas financeiras	(9)	(80)
Resultado Financeiro sobre FDES	332	194
Ganho sobre títulos e valores mobiliários de LP para descomissionamento	339	244
Perda sobre títulos e valores mobiliários de LP para descomissionamento	(7)	(50)
Ajuste a Valor Presente desmobilização de ativos (AVP)	(245)	(262)
Ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização de ativos	(245)	(262)
Total	(173)	(558)

O cumprimento dos preceitos estatutários da ELETRONUCLEAR, como delegada da União para exploração de instalações nucleares para geração elétrica no país, está intrinsecamente associado ao desenvolvimento de atividades que garantam o atendimento de todos os requisitos de segurança inerentes às suas instalações, bem como a inserção equilibrada deste processo produtivo nas atividades socioeconômicas da macrorregião de Angra dos Reis.

A ELETRONUCLEAR desenvolve ações e estabelece políticas que proporcionem benefícios não só à companhia, mas também para toda a sociedade. O comprometimento da empresa com os municípios de Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro, circunvizinhos à Central Nuclear, se traduz por ações de responsabilidade social, através de convênios, programas ou projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, e, ao lado de governos e do setor elétrico, em prol do desenvolvimento sustentável da região.

O comprometimento da ELETRONUCLEAR com o ambiente externo e com a melhoria da qualidade de vida da população, de seus empregados e dos prestadores de serviços está registrado em seu Balanço Social (Informações de Natureza Social e Ambiental), que expressa o compromisso da sua administração na busca da harmonia e da integração entre capital, trabalho e o meio ambiente, conforme as informações contidas no Balanço Social (não auditado) a seguir:

1 - Geração e distribuição de riqueza - Distribuição do Valor Adicionado (a)		
	31/12/2024	31/12/2023
Governo	27,43%	32,41%
Acionistas	16,30%	10,10%
Empregados	26,99%	30,22%
Financiadores	29,28%	27,27%

2 - Informações Complementares

	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
3.1 - Remuneração			3.2 - Relação entre a maior e menor remuneração		
Empregados	892.485	833.007	Empregados	21,68%	19,30%
Administradores	5.875	5.433	Administradores	11,46%	8,01%
Folha de pagamento bruta (FPB)	898.360	838.440			

	31/12/2024				31/12/2023			
3.3 - Benefícios Concedidos	Valor	% sobre FPB (b)	% sobre RL (c)		Valor	% sobre FPB (b)	% sobre RL (c)	
Encargos sociais	225.883	25,14%	5,34%		220.182	26,26%	5,60%	
Alimentação	38.984	4,34%	0,92%		51.092	6,09%	1,30%	
Transporte	25.439	2,83%	0,60%		29.572	3,53%	0,75%	
Previdência privada	37.244	4,15%	0,88%		37.634	4,49%	0,96%	
Saúde	92.134	10,26%	2,18%		81.013	9,66%	2,06%	
Segurança e medicina do trabalho	2.043	0,23%	0,05%		1.308	0,16%	0,03%	
Educação ou auxílio creche	11.770	1,31%	0,28%		13.842	1,65%	0,35%	
Cultura	301	0,03%	0,01%		400	0,05%	0,010%	
Capacitação e desenvolvimento profissional	7.689	0,86%	0,18%		9.983	1,19%	0,25%	
Outros	84.344	9,39%	1,99%		75.364	8,99%	1,92%	
Total	525.831				520.390			

	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
3.4 - Composição do corpo funcional			3.8 - Nº de empregados por nível de escolaridade		
Nº de empregados	1.920	1.918	analfabetos	-	-
Nº de admissões	59	235	com ensino fundamental	14	14
Nº de demissões	58	37	com ensino médio	209	206
Nº de estagiários	105	165	com ensino técnico	664	674
Nº de empregados PCD (e)	29	19	com ensino superior	791	778
Nº de prestadores de serviços terceirizados	958	1.100	pós-graduação	242	246

3.5 - Nº de empregados por sexo			3.9 - Contingências e passivos trabalhistas		
Masculino	1.550	1.558	Nº de processos trabalhistas contra a entidade	49	28
Feminino	370	360	Nº de processos trab. julgados procedentes	42	97
			Nº de processos trab. julgados improcedentes	15	42

3.6 - Nº de empregados por faixa etária		
menores de 18 anos	-	-
de 18 a 35 anos	259	303
de 36 a 60 anos	1.386	1.365
acima de 60 anos	275	250

3.7 - % de ocupantes de cargos de chefia, por sexo		
Masculino	78,7%	82%
Feminino	21,3%	18%

Deuseimara Teixeira de Mendonça



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



4 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo

	31/12/2024					31/12/2023				
	Valor	% sobre RO	(d)	% sobre RL	(c)	Valor	% sobre RO	(d)	% sobre RL	(c)
4.1 - Relacionamento com a Comunidade										
Educação ou auxílio creche	382	0,06%		0,01%		431	0,07%		0,01%	
Cultura	-	0,00%		0,00%		570	0,10%		0,01%	
Saúde e infra-estrutura	69.877	10,56%		1,65%		65.725	11,18%		1,67%	
Esporte e lazer	-	0,00%		0,00%		195	0,03%		0,00%	
Alimentação	-	0,00%		0,00%		145	0,02%		0,00%	
Geração de trabalho e renda	-	0,00%		0,00%		35	0,01%		0,00%	
Outros	3.229	0,49%		0,08%		3.626	0,62%		0,09%	
Total dos investimentos	73.488	11,11%		1,74%		70.727	12,04%		1,80%	
Tributos (excluídos encargos sociais)	916.942	138,60%		21,67%		795.256	135,33%		20,23%	
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-					-				
Total - Relacionamento com a Comunidade	990.430	149,71%		23,41%		865.983	147,36%		22,03%	

4.2 - Interação com os Fornecedores

A Eletronuclear compromete-se a selecionar e contratar fornecedores e prestadores de serviços baseando-se em critérios legais, técnicos, de qualidade e custo, exigindo nessas relações contratuais, compromissos com a ética, a integridade corporativa e sustentabilidade nos pilares econômico, social e ambiental. A Eletronuclear desestimula disposições contratuais que afrontem ou minimizem a dignidade, a qualidade de vida e o bem-estar social dos empregados terceiros e, dentro de seu relacionamento com toda a cadeia de suprimento, a empresa se opõe a práticas de concorrência desleal, trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho forçado ou em condições degradantes; assim como, recusa toda e qualquer forma de violência física, sexual, moral ou psicológica e outras práticas contrárias aos princípios do seu Código de Conduta Ética e Integridade e do Programa de Integridade (Compliance).

5 - Interação com o Meio Ambiente

	31/12/2024					31/12/2023				
	Valor	% sobre RO	(d)	% sobre RL	(c)	Valor	% sobre RO	(d)	% sobre RL	(c)
5.1 - Investimentos e gastos	-	0,00%		0,00%		560	0,10%		0,01%	
Manutenção/melhorias do meio ambiente	-	0,00%		0,00%		340	0,06%		0,01%	
Preservação/recup. ambientes degradados	580	0,09%		0,01%		125	0,02%		0,003%	
Educação ambiental p/ colaboradores e comunidade	-	0,00%		0,00%		64.080	10,90%		1,63%	
Outros projetos ambientais	74.547	11,27%		1,76%		65.105	11,08%		1,66%	
Total dos investimentos	75.127	11,36%		1,78%						
Passivos e contingências ambientais	-	0,00%		0,00%		2.106	0,36%		0,05%	
Total interação com o meio ambiente	75.127	11,36%		1,78%		67.211	11,44%		1,71%	

	31/12/2024	31/12/2023
Qtde de processos ambientais movidos contra a entidade	-	3

(a) A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis

(b) FPB - Folha de pagamento bruta / (c) RL - Receita Operacional Líquida / (d) RO - Resultado Operacional antes do IR/CS / (e) Pessoas Com Deficiência (PCD)

ELETRONUCLEAR S.A.					
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023					
E REAPRESENTAÇÃO DE 01 DE JANEIRO DE 2023					
(em milhares de reais)					
ATIVO	NOTA	31/12/2024	31/12/2023 Reapresentado (nota 4.6)	01/01/2023 Reapresentado (nota 4.6)	
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	23.112	29.374	32.471	
Títulos e valores mobiliários	7	966.200	710.309	2.754.126	
Clientes	9	417.758	432.604	480.215	
Tributos a compensar	10	67.124	87.124	23.073	
Imposto de renda e contribuição social	11	630.316	394.161	57.742	
Estoque de combustível nuclear	12	1.122.257	1.122.257	700.276	
Almoxarifado	13	345.294	304.322	286.361	
Outros	15	245.597	99.781	100.642	
		3.817.658	3.179.932	4.434.906	
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Títulos e valores mobiliários	8	2.814.458	3.274.612	2.561.274	
Clientes	9	3.155	-	-	
Imposto de renda e contribuição social	11	-	282.558	144.494	
Estoque de combustível nuclear	12	1.938.327	1.788.977	1.892.887	
Cauções e depósitos vinculados	14	63.188	58.822	67.040	
Outros	15	1.530	1.568	1.289	
		4.820.658	5.406.537	4.666.984	
IMOBILIZADO	16	15.276.033	14.723.185	13.754.103	
INTANGÍVEL	17	672.162	90.224	96.999	
		20.768.853	20.219.946	18.518.086	
TOTAL DO ATIVO		24.586.511	23.399.878	22.952.992	
As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras					
ELETRONUCLEAR S.A.					
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023					
E REAPRESENTAÇÃO DE 01 DE JANEIRO DE 2023					
(em milhares de reais)					
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2024	31/12/2023 Reapresentado (nota 4.6)	01/01/2023 Reapresentado (nota 4.6)	
CIRCULANTE					
Fornecedores	19	1.219.314	1.240.066	1.450.471	
Empréstimos e financiamentos	20	966.297	440.311	414.435	
Tributos a recolher	21	90.443	94.420	131.183	
Obrigações estimadas	22	230.173	328.203	85.358	
Encargos setoriais	23	138.811	91.687	45.420	
Benefício pós-emprego	26	2.119	951	5.330	
Incentivo de desligamento Pessoal	25	31.550	-	1.011	
Arrendamentos	28	22.182	25.665	25.411	
Remuneração aos acionistas		3.544	3.551	3.720	
Ressarcimento de cliente - desvio negativo	29	-	167.042	151.026	
Outros	30	303.764	220.195	147.174	
		3.008.197	2.612.091	2.460.539	
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	20	6.720.919	6.352.760	6.718.183	
Provisões para litígios e passivos contingentes	24	193.896	215.080	202.669	
Benefício pós-emprego	26	178.963	377.880	333.364	
Obrigação para desmobilização de ativos	27	662.866	2.899.790	2.651.537	
Incentivo de desligamento Pessoal	25	24.549	-	-	
Ressarcimento excedente s/ Fundo Descomissionamento	27	2.151.592	-	-	
Arrendamentos	28	6.674	28.856	51.440	
Ressarcimento Cliente - Desvio Neg		-	15.185	13.730	
		9.939.459	9.889.551	9.970.923	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	31	15.493.956	15.493.956	15.493.956	
Prejuízos acumulados		(3.463.898)	(4.008.685)	(4.387.163)	
Outros resultados abrangentes		(391.203)	(587.035)	(585.263)	
		11.638.855	10.898.236	10.521.530	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.638.855	10.898.236	10.521.530	
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		24.586.511	23.399.878	22.952.992	

As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras

ELETRONUCLEAR S.A.				
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023				
E REAPRESENTAÇÃO DE 01 DE JANEIRO DE 2023				
(em milhares de reais)				
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2024	31/12/2023 Reapresentado (nota 4.6)	01/01/2023 Reapresentado (nota 4.6)
CIRCULANTE				
Fornecedores	19	1.219.314	1.240.066	1.450.471
Empréstimos e financiamentos	20	966.297	440.311	414.435
Tributos a recolher	21	90.443	94.420	131.183
Obrigações estimadas	22	230.173	328.203	85.358
Encargos setoriais	23	138.811	91.687	45.420
Benefício pós-emprego	26	2.119	951	5.330
Incentivo de desligamento Pessoal	25	31.550	-	1.011
Arrendamentos	28	22.182	25.665	25.411
Remuneração aos acionistas		3.544	3.551	3.720
Ressarcimento de cliente - desvio negativo	29	-	167.042	151.026
Outros	30	303.764	220.195	147.174
		3.008.197	2.612.091	2.460.539
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	20	6.720.919	6.352.760	6.718.183
Provisões para litígios e passivos contingentes	24	193.896	215.080	202.669
Benefício pós-emprego	26	178.963	377.880	333.364
Obrigação para desmobilização de ativos	27	662.866	2.899.790	2.651.537
Incentivo de desligamento Pessoal	25	24.549	-	-
Ressarcimento excedente s/ Fundo Descomissionamento	27	2.151.592	-	-
Arrendamentos	28	6.674	28.856	51.440
Ressarcimento Cliente - Desvio Neg		-	15.185	13.730
		9.939.459	9.889.551	9.970.923

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31			
Capital social	15.493.956	15.493.956	15.493.956	
Prejuízos acumulados	(3.463.898)	(4.008.685)	(4.387.163)	
Outros resultados abrangentes	(391.203)	(587.035)	(585.263)	
	11.638.855	10.898.236	10.521.530	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.638.855	10.898.236	10.521.530	
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24.586.511	23.399.878	22.952.992	

As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras

ELETRONUCLEAR S.A.			
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023			
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	NOTA	31/12/2024	31/12/2023 Reapresentado (nota 4.6)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	32	4.230.830	3.931.707
CUSTOS OPERACIONAIS	33		
Encargos sobre uso da rede elétrica		(240.364)	(234.939)
Pessoal, Material e Serviços		(951.987)	(1.016.939)
Pessoal - Incentivo de desligamento		(45.574)	-
Depreciação		(191.571)	(378.361)
Amortização		(485)	(4.613)
Combustível para produção de energia elétrica		(821.708)	(544.989)
Prov Ressarcimento exced s/ Fundo Desc		(2.151.592)	-
Reversão de obrigação para desmobilização de ativos		2.274.585	-
Provisões/Reversões operacionais		40.511	(11.258)
Outros Custos		(137.890)	(82.183)
Custos Operacionais		(2.226.075)	(2.273.282)
RESULTADO BRUTO		2.004.755	1.658.425
DESPESAS OPERACIONAIS	33		
Pessoal, Material e Serviços		(602.226)	(624.466)
Pessoal - Incentivo de desligamento		(10.946)	1.011
Depreciação		(8.885)	(9.139)
Depreciação direito de uso IFRS 16		(25.215)	(27.972)
Amortização		(108)	(648)
Provisões/Reversões operacionais		114.013	(91.503)
Outras		(251.445)	(85.043)
Despesas Operacionais		(784.812)	(837.740)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		1.219.943	820.685
RESULTADO FINANCEIRO	34		
Receitas Financeiras			
Receita de aplicações financeiras		58.080	207.060
Ganho sobre tit. e valores mobiliários de LP - Fundo descomissionamento		244.198	338.843
Atualizações monetárias ativas		6.351	12.736
Variações cambiais ativas		-	38.183
Outras receitas financeiras		90.643	36.804
Despesas Financeiras			
Encargos de dívidas		(535.942)	(476.146)
Perda sobre tit. e valores mobiliários de LP - Fundo descomissionamento		(50.292)	(6.563)
Ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização de ativos		(261.987)	(244.905)
Encargos de arrendamento		(3.642)	(5.791)
Atualizações monetárias passivas		(37.987)	(54.438)
Variações cambiais passivas		(45.804)	-
Outras despesas financeiras		(21.988)	(18.527)
Resultado Financeiro		(558.370)	(172.744)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		661.573	647.941
Imposto de renda e contribuição social correntes		(163.091)	(269.463)
Imposto de renda e contribuição social - Exercícios anteriores		46.305	-
LUCRO DO EXERCÍCIO		544.787	378.478
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO			
Lucro básico e diluído por lote de um milhão de ações (R\$)	35	1,230255	0,854691

As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras

<p align="center">ELETRONUCLEAR S.A. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (em milhares de reais)</p>		
	31/12/2024	31/12/2023
		Reapresentado (nota 4.6)
Lucro (Prejuízo) do exercício	544.787	378.478
Outros componentes do resultado abrangente	195.832	(1.772)
Ajuste ganhos e perdas atuariais	195.832	(1.772)
Total do resultado abrangente do exercício	740.619	376.706

As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras

GRUPO S.A.				
M 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E REAPRESENTAÇÃO DE 01 DE JANEIRO DE 2023				
(de reais)				
CAPITAL SOCIAL		LUCRO (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL
SUBSCRITO	A INTEGRALIZAR			
15.522.344	(28.388)	(4.609.442)	(585.263)	10.299.251
-	-	222.279	-	222.279
15.522.344	(28.388)	(4.387.163)	(585.263)	10.521.530
-	-	-	(1.772)	(1.772)
-	-	378.478	-	378.478
15.522.344	(28.388)	(4.008.685)	(587.035)	10.898.236
-	-	-	195.832	195.832
-	-	544.787	-	544.787
15.522.344	(28.388)	(3.463.898)	(391.203)	11.638.855

As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras

- Assinado por:

Deuscimara Teixeira de Mendonça



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



ELETRONUCLEAR S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
		Reapresentado (nota 4.6)
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	661.573	647.941
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:		
Depreciação	225.671	415.472
Baixas e outros ajuste no imobilizado	44.892	3.770
Amortização	593	5.261
Baixas e outros ajuste no intangível	-	4.258
Baixas e atualização monetária de depósito judicial	(162)	14.378
Consumo de Combustível Nuclear	821.709	544.989
Baixa de Elementos Combustível Oxidados	33.952	4.127
Variações cambiais e monetárias líquidas	42.363	(40.372)
Variações monetárias - financiamento	37.570	44.330
Encargos financeiros	535.942	476.146
Rendimentos do fundo para desmobilização de ativos	(193.907)	(332.280)
Rendimentos dos títulos e valores mobiliários de curto prazo	(58.080)	(207.060)
Benefícios pós-emprego - provisão atuarial	37.761	79.388
Provisão para plano de incentivo de desligamento	56.100	(1.011)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	610	(296)
Provisões para risco	(21.183)	12.411
Provisão para ressarcimento exced sobre Fundo Descomissionamento	(2.274.585)	-
Provisões para descomissionamento	2.151.592	-
Multa sobre impostos em atraso	-	(21.346)
Rendimento sobre impostos pagos a maior	-	(38.933)
Ajuste a valor presente de obrigação para desmobilização de ativos	261.987	244.905
Ajuste a valor presente de obrigação com arrendamento mercantil	3.642	5.791
	2.368.040	1.861.869

(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais		
Clientes	11.691	47.611
Estoque de combustível nuclear	(1.005.011)	(867.187)
Almoxarifado	(40.972)	(17.961)
Impostos e taxas a recuperar - PASEP,COFINS, IRPJ, CSLL e outros	66.403	(400.471)
Cauções e depósitos vinculados	(4.204)	(6.161)
Despesa Antecipada - Seguros	2.627	(1.449)
Contas a receber Eletrobras	64.834	(2)
Pagamento a maior - INB	(165.089)	-
Devedores diversos	(48.761)	2.330
	(1.118.482)	(1.243.290)

Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(63.116)	(170.032)
Impostos e taxas, exceto imposto de renda e contribuição social	(18.718)	(63.385)
Obrigações estimadas	(98.031)	165.060
Obrigações de ressarcimento	(182.228)	17.472
Empréstimos e financiamentos	23.636	(264)
Encargos Setoriais	47.125	46.266
Benefício pós-emprego	(229.783)	(33.577)
Incentivo de desligamento Pessoal	421	-
Arrendamentos	-	3.946
Obrigações para desmobilização de ativos	135.072	3.347
Obrigações folha de pagamento	83.562	72.852
Prejuízos acumulados	164.373	88.170
Outros resultados abrangentes	195.832	(1.772)
	58.145	128.083

Caixa proveniente das atividades operacionais	1.307.703	746.662
Pagamento de encargos financeiros	(271.713)	(480.914)
Pagamento de obrigações de arrendamento - IFRS 16	(29.307)	(32.066)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(281.159)	(357.633)
Pagamento de previdência complementar	(5.727)	(5.673)
Pagamento de incentivo de desligamento	(421)	-

Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	719.376	(129.624)
---	---------	-----------

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de empréstimos e financiamentos	842.494	1.652
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(273.784)	(380.498)

Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	568.710	(378.846)
---	---------	-----------

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.581.830)	(1.388.324)
Aquisição de ativo intangível	(183.509)	(2.744)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(3.002.192)	(1.758.510)
Resgate de títulos e valores mobiliários	3.473.183	3.654.951
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	(1.294.348)	505.373

Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(6.262)	(3.097)
--	---------	---------

Transações que não envolveram caixa:		
Imobilizado para desmobilização de ativo	359.397	3.347
Obrigações para desmobilização de ativo	(359.397)	(3.347)
	-	-

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.374	32.471
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	23.112	29.374
	(6.262)	(3.097)

As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras

ELETRONUCLEAR S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
		Reapresentado (nota 4.6)
RECEITAS (DESPESAS)		
Venda de energia e serviços	4.816.685	4.479.976
Outras Receitas Operacionais	4.189	528
Receita relativa à construção de ativos - usina Angra 3	469.406	941.643
PECLD - Perdas Estimadas em para Créditos de Liquidação Duvidosa	(610)	296
	5.289.670	5.422.443

INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Encargos da rede de transmissão	(240.364)	(234.939)
Materiais, serviços e outros	(920.639)	(780.328)
Materiais, serviços e outros - usina Angra 3	(390.658)	(867.624)
Combustível para produção de energia elétrica	(821.708)	(544.989)
Provisões/Reversões operacionais	259.789	(22.658)
	(2.113.580)	(2.450.538)

VALOR ADICIONADO BRUTO	3.176.090	2.971.905
------------------------	-----------	-----------

RETENÇÕES		
Depreciação, amortização e exaustão	(226.264)	(420.733)

VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	2.949.826	2.551.172
--	-----------	-----------

VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	392.921	620.890
	392.921	620.890

VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	3.342.747	3.172.062
-------------------------------------	-----------	-----------

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
----------------------------------	--	--

PESSOAL		
Remuneração direta	(584.740)	(593.672)
Remuneração direta - usina Angra 3	(78.748)	(74.019)
Benefícios	(193.370)	(239.152)
FGTS	(45.382)	(45.354)
	(902.240)	(952.197)

TRIBUTOS		
Federal	(751.127)	(867.031)
Estadual	(764)	(592)
Municipal	(18.603)	(17.486)
	(770.494)	(885.109)

ENCARGOS SETORIAIS	(146.448)	(136.030)
--------------------	-----------	-----------

TERCEIROS		
Juros	(951.291)	(793.634)
Aluguéis	(27.487)	(26.614)
	(978.778)	(820.248)

ACIONISTAS		
Resultado líquido do exercício	(544.787)	(378.478)
	(544.787)	(378.478)

	(3.342.747)	(3.172.062)
--	-------------	-------------

As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ELETRONUCLEAR S.A., (“ELETRONUCLEAR” ou “Companhia”) é uma companhia de capital fechado, com sua sede fixada na Rua da Candelária, nº 65 - 2º ao 14º andares - Centro - Rio de Janeiro (RJ). A Companhia é uma sociedade de economia mista que passou a ser controlada pela Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar) e teve sua denominação social alterada de Eletrobras Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR para ELETRONUCLEAR S.A. a partir do 2º trimestre de 2022.

A Companhia tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Dentro do escopo desse objeto, a Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das Usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW, bem como a construção da terceira unidade nucleoeletrica, denominada Usina Angra 3, cujo estágio está descrito na nota 33.3.5, todas integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA).

1.1. Guerra Rússia x Ucrânia

Em fevereiro de 2022, a Rússia deu início à invasão da Ucrânia, iniciando o conflito entre os dois países. Além dos efeitos diretos originados pela luta bélica, a guerra naturalmente afetou a economia da região envolvida, atingindo, portanto, as operações das empresas que lá atuavam. A Companhia estava encontrando limitações de mercado para aquisição de um importante insumo ao seu processo de produção de energia nuclear, o produto hidróxido de lítio-7, que é usado para ajustar o pH, na faixa especificada, da água de refrigeração do circuito primário das usinas nucleares de Angra 1 e Angra 2, evitando a corrosão do sistema. No ano de 2023, por meio de processo de licitação internacional, a Companhia obteve uma única oferta de fornecimento deste material por meio da empresa “Novosibirsk Chemical Concentrates Plant PJSC”, uma empresa localizada na Rússia e subsidiária da empresa “Rosatom State Atomic Energy Corporation (Rosatom)”, companhia também estabelecida na Rússia. O processo de fornecimento deste insumo foi concluído em julho de 2023 com o recebimento do material, que garantiu o abastecimento deste insumo em quantidades suficientes para a operação das Usinas de Angra 1 e Angra 2 até o ano de 2027, uma vez que não ocorram muitas variações de potência ou desligamentos não planejados, pois serão necessárias adições do hidróxido de lítio-7 para ajuste do pH nessas ocasiões. Devido às dificuldades de aquisição e à necessidade de adição de hidróxido de lítio-7 na partida da Usina de Angra 1 após a 1P29, a quantidade mínima em estoque será atingida, tornando necessário um novo processo de ressurgimento. Dessa forma, a Companhia já está solicitando novas cotações ao mercado internacional para dar início a esse novo processo de compra de hidróxido de lítio-7.

Em setembro de 2021, a ELETRONUCLEAR e a estatal russa de energia atômica Rosatom celebraram um memorando de entendimento não vinculante para trocar informações sobre novos projetos de usinas nucleares de larga escala. O acordo também inclui intercâmbio de dados sobre pequenos reatores modulares terrestres e flutuantes, ciclo de combustível nuclear, suporte no ciclo de vida de novas usinas, além de extensão da vida útil e desenvolvimento tecnológico relacionado ao setor nuclear. O acordo não abrange nenhum dos projetos atualmente em curso pela ELETRONUCLEAR.

O memorando citado é um instrumento meramente de cooperação e troca de informações, não implicando em qualquer compromisso contratual ou financeiro para qualquer uma das partes.

NOTA 2. DESTAQUES 2024

2.1. Resgate do Fundo de Descomissionamento referente ao ressarcimento parcial de encargos tributários

Em 25 de março de 2024 foi realizado o resgate parcial do Fundo de Descomissionamento (FDES) disponível na conta “BB EXTRAMERCADO EXCLUSIVO DESCOMISSIONAMENTO USINAS ANGRA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO LP”, no montante de R\$ 374 milhões.

O FDES é destinado a receber recursos exclusivamente da ELETRONUCLEAR, necessários ao custeio de futuras despesas com o processo de descomissionamento das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2, após o encerramento de suas respectivas atividades operacionais. Ele decorre de uma obrigaçãoidade imposta pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), e a gestão desses recursos tem como fundamento a Norma CNEN nº 9.02 (Resolução nº 204/16, alterada pela Resolução nº 218/17).

Durante a fase de acumulação de recursos do Fundo, foram imputados à ELETRONUCLEAR os ônus integrais de todos os tributos incidentes, quer sejam eles provenientes das parcelas recebidas e repassadas - receita fixa da parcela A - quer sejam sobre a rentabilidade do próprio fundo. Sobre a primeira incidem tributos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (25%) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (9%) que totalizam uma alíquota de 34%, conforme sistemática de apuração pelo Lucro Real. Sobre a rentabilidade do FDES há incidência de IRPJ (25%), CSLL (9%), PIS (0,65%) e COFINS (4%), os quais totalizam uma alíquota de 38,65%.

O montante resgatado é referente ao ressarcimento parcial dos encargos tributários pagos no período de 2010 a 2023 com caixa não restrito da ELETRONUCLEAR. Tais encargos tributários são decorrentes dos rendimentos do fundo, que sobre os quais incidem a tributação de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, na sistemática de apuração do Lucro Real. Está em tratativa junto aos órgãos reguladores CNEN e Aneel, com intermediação do TCU, uma solução definitiva para sanar esta oneração sem cobertura tarifária imposta a ELETRONUCLEAR, tendo sido obtido Acórdão no 253/2024 – TCU – com indicação do mérito da questão para a Companhia conforme detalhada na nota 27.2.

2.2. Captação de recursos para o Programa de Extensão da Vida Útil de Angra 1 e outros projetos prioritários da companhia

No âmbito do Programa de Extensão da Vida Útil de Angra 1 — Long Term Operation (LTO), a ELETRONUCLEAR e ENBPAR celebraram em 2024 contratos de mútuo viabilizando R\$400 milhões para utilização no projeto. Em 19 de junho de 2024 foi celebrado o Contrato de Mútuo N° GCGSC – 001/2024 entre a ELETRONUCLEAR e a ENBPAR para concessão de uma linha de crédito no valor de R\$ 226,7 milhões, com a liberação dos recursos em 26 de junho de 2024. Em 04 de outubro de 2024 foi celebrado o segundo Contrato de Mútuo No GCGSC – 002/2024 no valor de R\$173,3 milhões, com a liberação dos recursos em 07 de outubro de 2024.

Em maio de 2024 a ELETRONUCLEAR elaborou e encaminhou para o mercado um Request for Proposal (RfP) no qual foram contextualizados os projetos prioritários da Companhia, as obrigações financeiras previstas para o ano de 2024 para os referidos projetos e um sumário dos termos e condições indicativas almejadas para o financiamento de parte dos recursos necessários para estas obrigações estimadas para o exercício de 2024. Foram recebidas duas propostas sem apresentação de garantias (clean) enviadas pelo Banco ABC e pelo Banco BTG Pactual. A partir da análise das condições e termos propostos pelas instituições financeiras, e por conseguinte, as aprovações nas instâncias de governança da ELETRONUCLEAR, Diretoria Executiva e Conselho de Administração, foram assinados em 26 de junho de 2024 o Termo da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais em Série Única para Colocação Privada da ELETRONUCLEAR S.A. tendo a ELETRONUCLEAR como emitente e o Banco ABC como credor e o Termo da 2ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, da Espécie Quirográfrica, de Distribuição Privada, da ELETRONUCLEAR S.A. tendo a ELETRONUCLEAR como emissora e o Banco BTG Pactual como credora. Em 27 de junho de 2024, os recursos foram liberados pelos bancos, sendo o montante de R\$ 150 milhões pelo Banco ABC e, na mesma data, o montante de R\$ 300 milhões pelo BTG Pactual, deduzidos dos devidos custos das operações.

2.3. Aprovação da extensão vida útil da Usina Nuclear Angra 1 pela CNEN por adicionais 20 anos

A ELETRONUCLEAR obteve a renovação da licença de operação da Usina Nuclear Angra 1 por mais 20 anos junto à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

O investimento total será de R\$ 3,2 bilhões, sendo estimados gastos de R\$ 2,5 bilhões entre 2025 e 2029. Os valores serão investidos em quatro parcelas de aproximadamente R\$ 777 milhões nos primeiros três anos (2025 a 2027) e R\$ 174 milhões entre 2028 e 2029. A autorização do órgão regulador considera que a ELETRONUCLEAR demonstra estar tecnicamente qualificada para conduzir a operação da usina, que passa por inspeções regulatórias e avaliações de segurança.

A autorização da CNEN foi recebida pela Companhia por meio da Resolução nº 331 de 21 de novembro de 2024 e publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 25 de novembro de 2024, em que concedeu a Autorização para Operação a Longo Prazo de Angra 1 (AOLP), prorrogando a atual AOLP (Autorização para Operação Permanente) por mais 20 anos, contados a partir de 23 de dezembro de 2024. Portanto, a AOLP concedeu a Angra 1 a licença para operar até 23 de dezembro de 2044.

2.4. Reavaliação de créditos fiscais decorrentes da dedutibilidade sobre a correção monetária aplicada aos dividendos pagos no processo de desestatização da Eletrobras

A ELETRONUCLEAR reavaliou, com o apoio de especialistas jurídicos e tributários externos independentes, a transação de declaração e pagamento de dividendos prioritários mínimos acumulados atribuídos às ações preferenciais ocorrida em junho de 2022, as quais foram determinadas por meio da Resolução CPPI nº 203/2021, de 19 de outubro de 2021, e 221/2021, de 29 de dezembro de 2021, nas quais foram estabelecidas as condicionantes à desestatização da Eletrobras.

A referida reavaliação consistiu na revisão de não terem sido considerados um evento de exclusão, no exercício de 2022, a correção monetária sobre os dividendos distribuídos quando da apuração do lucro real no montante de R\$ 950.724.

Esta reavaliação resultou na apuração de um crédito fiscal, cujo valor em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 313.147 (R\$ 282.558 em 2023), e se referem a recuperação de saldo negativo de IRPJ e CSLL, bem como sobre recolhimentos considerados indevidos sobre pagamentos de estimativas de IRPJ e CSLL.

Os efeitos desta reavaliação também adicionaram ao estoque de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL o valor de R\$ 285.217, os quais serão convertidos em futuras compensações tributárias nos termos da legislação vigente. Esses créditos estão contemplados conforme norma ICPC 22

NOTA 3. AUTORIZAÇÕES PARA CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO DAS USINAS

A seguir, detalhes sobre as autorizações para construção e operação das usinas componentes da Central Nuclear:

USINA	Potencial Nominal	Licença para Exploração	Data de Início de Operação	Validade da Licença
		Inicial	Atual	
ANGRA 1	640 MW	Portaria MME Nº 416 de 13/07/70	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97 Resolução CNEN Nº 331 de 21/11/2024	Janeiro 1985 Dezembro 2024 20 anos adicionais*
ANGRA 2	1.350MW	Exp. Mot. MME Nº 300 de 28/05/74	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Setembro 2000 40 anos
ANGRA 3	1.405 MW	Decreto Nº 75.870 de 13/06/75	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Em fase de construção —

A energia elétrica gerada pela Companhia é rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional (SIN), de acordo com a metodologia estabelecida na Resolução Normativa nº 1.009, editada em 22 de março de 2022 pela Aneel, para o cálculo das cotas-partes anuais referentes à energia das centrais de geração Angra 1 e Angra 2 e as condições para a comercialização dessa energia na forma do art.11, da Lei nº 12.111/2009.

Essas cotas-partes representam o percentual da energia proveniente das usinas, a ser alocado à cada distribuidora, calculado pela razão entre o seu mercado faturado dos consumidores e a soma dos mercados faturados dos consumidores cativos de todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A Aneel estabeleceu as cotas-partes anuais referentes à geração para os anos de 2024 a 2031, bem como os montantes de energia a serem alocados às distribuidoras do SIN em 2024, através das Resoluções Homologatórias:

- 2.499/2018 de 18 de dezembro de 2018 (cotas-partes de 2024 a 2026)
- 2.643/2019 de 26 de novembro de 2019 (cotas-partes de 2027)
- 2.805/2020 de 24 de novembro de 2020 (cotas-partes de 2028)
- 2.998/2021 de 14 de dezembro de 2021 (cotas-partes de 2029)
- 3.148/2022 de 06 de dezembro de 2022 (cotas-partes de 2030)
- 3.297/2023 de 12 de dezembro de 2023 (cotas-partes de 2031 e montantes de energia a serem alocados às distribuidoras do SIN em 2024)

NOTA 4 BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), atualmente denominadas “normas contábeis IFRS®”), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e as disposições contidas na legislação societária brasileira. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 31 de março de 2025.



4.2. Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão reportadas na Nota 5.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de o preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

4.3. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, moeda funcional da ELETRONUCLEAR. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais arredondados para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4. Políticas contábeis materiais

As emissões/alterações abaixo de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2024 não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

4.4.1. Políticas contábeis materiais

A Companhia não identificou impactos decorrentes da aplicação das alterações e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, e relacionadas a seguir:

Norma revisada	Novas normas e interpretações vigentes	Aplicável a partir de
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas definem os requisitos para classificar e divulgar passivos com cláusulas de <i>covenants</i> como circulantes ou não circulantes. Além disso, apenas os <i>covenants</i> que devem ser cumpridos antes ou no final do período de reporte influenciam essa classificação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros	Novos requisitos de divulgação para operações de Risco Sacado (<i>Reverse Factoring</i>).	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2). Arrendamentos	As emendas exigem que o vendedor-arrendatário mensure o passivo de arrendamento resultante da transferência de um ativo, que é reconhecida como receita de venda, e do retro arrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de modo que não haja reconhecimento de ganho ou perda sobre o direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

4.4.2. Novas normas e interpretações ainda não vigentes

A Companhia não realizou a adoção antecipada dos pronunciamentos apresentados no quadro abaixo, visto que não identificou impactos quanto às aplicações das alterações e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs e está acompanhando as discussões sobre a incorporação desse novo arcabouço normativo.

Norma revisada	Novas normas e interpretações não vigentes	Aplicável a partir de
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (IC02e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (IC02e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO).	01/01/2025, aplicação retrospectiva
CPC 02/ IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Falta de Conversibilidade	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com empréstimos.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48) - - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – relacionado a estrutura da demonstração de resultados e exige que as entidades forneçam novos subtotais . A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre medidas de desempenho definidas pela Administração.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A aplicação da IFRS 18 trará reflexos na apresentação na demonstração de resultado e na demonstração dos fluxos de caixa. A Companhia não espera impactos significativos nas demonstrações financeiras, quando da adoção das outras normas, alterações e interpretações contábeis emitidas, que não estão em vigor ou aplicáveis após o exercício de 2024.

4.5. Demonstração do valor adicionado – DVA

Conforme art. 7 da lei 13.303, aplicam-se a todas as empresas públicas, as sociedades de economia mista de capital fechado e as suas subsidiárias as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão.

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

4.6. Representação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2023, e do resultado do exercício de 2023

As demonstrações financeiras do exercício de 2022, publicadas em 20 de abril de 2023, estão sendo reapresentadas em função da reavaliação de créditos fiscais de IRPJ e CSLL decorrentes da dedutibilidade sobre a correção monetária aplicada aos dividendos pagos no processo de desestatização da Eletrobras conforme nota 2.4.

Os ajustes decorrentes da reapresentação impactaram na revisão das seguintes contas do balanço patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2023, conforme movimentação a seguir:

AJUSTES EM 2023			
ATIVO	31/12/2023	Ajuste	31/12/2023 Reapresentado (nota 4.6)
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social	-	282.558	282.558
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2023	Ajuste	31/12/2023 Reapresentado (nota 4.6)
CIRCULANTE			
Obrigações estimadas	328.203	-	328.203
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15.493.956	-	15.493.956
Prejuízos acumulados	(4.291.243)	282.558	(4.008.685)
Outros resultados abrangentes	(587.035)	-	(587.035)
	10.615.678	282.558	10.898.236
AJUSTES EM 2022			
ATIVO	31/12/2022	Ajuste	01/01/2023 Reapresentado (nota 4.6)
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social	-	144.494	144.494
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2022	Ajuste	01/01/2023 Reapresentado (nota 4.6)
CIRCULANTE			
Obrigações estimadas	163.143	(77.785)	85.358
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15.493.956	-	15.493.956
Prejuízos acumulados	(4.609.442)	222.279	(4.387.163)
Outros resultados abrangentes	(585.263)	-	(585.263)
	10.299.251	222.279	10.521.530

Os ajustes decorrentes da reapresentação também impactaram na revisão do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, adicionando ao lucro líquido o montante de R\$ 60.279, representado pelo acréscimo de reconhecimento de receita financeira em R\$ 21.346 e decréscimo de reconhecimento de despesa financeira em R\$ 38.933, conforme movimentação e quadros a seguir:

	31/12/2023	Ajustes	31/12/2023 Reapresentado (nota 4.6)
Receitas Financeiras			
Rendimento sobre títulos e valores mobiliários de curto prazo	207.060	-	207.060
Ganho sobre títulos e valores mobiliários de LP para descomissionamento - (Nota 8)	338.843	-	338.843
Outras receitas financeiras	15.458	21.346	36.804
	561.361	21.346	582.707
Despesas financeiras			
Encargos sobre financiamentos	(476.146)	-	(476.146)
Perda sobre títulos e valores mobiliários de LP para descomissionamento - (Nota 8)	(6.563)	-	(6.563)
Ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização de ativos	(244.905)	-	(244.905)
Ajuste a valor presente da obrigação com arrendamento mercantil IFRS 16	(5.791)	-	(5.791)
Outras despesas financeiras	(57.460)	38.933	(18.527)
	(790.865)	38.933	(751.932)
Itens financeiros, líquidos			
Variações monetárias	(41.702)	-	(41.702)
Variações cambiais	38.183	-	38.183
	(3.519)	-	(3.519)
Resultado Financeiro	(233.023)	60.279	(172.744)

	31/12/2023	Ajuste	31/12/2023 Reapresentado (nota 4.6)
Numerador			
Lucro atribuído aos acionistas	318.199	60.279	378.478
Lucro do exercício	318.199	60.279	378.478
Denominador			
Média ponderada de número de ações	442.824.422.279		442.824.422.279
Lucro básico e diluído por lote de um milhão de ações (R\$)	0,718567		0,854691

Também em decorrência dos ajustes do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão sendo reapresentados os efeitos da distribuição do valor adicionado na Demonstração do Valor Adicionado - DVA:

	31/12/2023	Ajuste	31/12/2023 Reapresentado (nota 4.6)
--	------------	--------	---

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

TERCEIROS			
Juros	(832.567)	38.933	(793.634)
ACIONISTAS			
Resultado líquido do exercício	(318.199)	(60.279)!	(378.478)

NOTA 5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em períodos futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, são apresentadas as principais premissas das estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia, a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos exercícios:

5.1. Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração

A Administração da Companhia considera premissas e dados técnicos para elaboração do teste de determinação de recuperação de ativos. Nesta prática são aplicadas premissas, baseadas na experiência histórica na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, e práticas de avaliação comumente utilizadas no mercado. Tais premissas podem, eventualmente, não se verificarem no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada. Atualmente, a vida útil adotada pela Companhia está de acordo com as práticas determinadas pela Aneel, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens em vigor.

Diversos eventos incertos também compõem as premissas utilizadas pela Companhia, dentre elas: as tarifas futuras para venda de energia elétrica; data de entrada em operação de empreendimentos em construção; a taxa de crescimento da atividade econômica no país.

5.2. Provisão para desmobilização de ativos

A Companhia reconhece provisão para obrigações com a desativação de ativos relativos às suas usinas termonucleares. Para determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo estimado para a desativação e remoção de todas as usinas dos locais e à época esperada dos referidos custos (nota 27). A estimativa dos custos é baseada nos requerimentos legais, regulatórios e ambientais para a desativação e remoção de todas as usinas em conjunto assim como os preços de produtos e serviços a serem utilizados no final da vida útil.

5.3. Obrigações atuariais

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente (nota 26).

5.4. Provisões e passivos contingentes

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores de forma confiável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis (nota 24).

5.5. Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa

A Companhia adotou a abordagem simplificada e calcula a perda esperada, com base na expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida útil do instrumento financeiro, de acordo com o IFRS 9.

Considera-se um ativo financeiro inadimplente quando: (i) é improvável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito com a Companhia, sem recorrer a ações como a garantia (se houver); ou (ii) o ativo financeiro expirou de acordo com as regras atuais.

5.6. Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado e valor justo por meio de resultado. A classificação depende do modelo de negócio no qual o instrumento financeiro é mantido e nas características de fluxo de caixa contratual. Os valores justos dos instrumentos financeiros são determinados com base em preços de mercado ou técnicas de avaliação, conforme demonstrado na nota 36.2.

5.7. Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia considera a taxa incremental sobre empréstimos, para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao tomar empréstimos, por prazo semelhante, para obter os recursos necessários para a aquisição de ativos com valores similares ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia obtém as taxas específicas que abrangem o prazo remanescente de cada contrato. Como não é possível determinar a taxa de juros implícita no arrendamento, a Companhia estima o custo de financiamento do arrendatário para determinação da taxa de desconto dos arrendamentos (nota 28).

5.8. Determinação da vida útil dos ativos

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo, menos o seu valor residual após sua vida útil, esteja integralmente baixado.

A Companhia considera a vida útil estimada de cada ativo em conformidade com as determinações da Aneel, que são tidas como aceitáveis pelo mercado, limitada a data da licença de operação de cada uma das usinas.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

5.9. Consumo de Combustível Nuclear

A Companhia efetua um acompanhamento mensal do desempenho dos elementos combustíveis por meio do sistema Cadastro de Combustível Nuclear (CCN), que proporcionaliza os custos de aquisição de combustíveis nucleares, para cada elemento de combustível nuclear no momento da inclusão no sistema, e calcula mensalmente o consumo de cada elemento. Este consumo (amortização) é registrado contabilmente com base no relatório gerado pelo CCN, que apresenta a queima (consumo) mensal, a queima acumulada mensalmente e o saldo residual dos elementos combustíveis que compõem o núcleo do reator.

5.10. Tratamentos fiscais incertos

A Companhia aplica julgamento contábil crítico ao avaliar se é provável que as suas posições tributárias serão aceitas pelas autoridades fiscais, que podem impactar as demonstrações financeiras.

NOTA 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras com vencimentos originais de até 90 dias, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos atuais dessa rubrica, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e Bancos	23.112	29.374
Total	23.112	29.374

Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses.

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e à gestão de caixa da Companhia.

NOTA 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários, nos fundos nos quais a Companhia aplica seus recursos, se dá como se segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Investimento em renda fixa:		
BB RF Ref DI TP FI	-	684.994
BB Extramercado FAE 2 FI	559.548	25.315
FDES (a)	406.652	-
Total	966.200	710.309
Rentabilidade do BB Extramercado FAE 2 FI nos últimos 12 meses: 9,21% em 31/12/24 e 13,18% em 29/12/23.		
(a) Fundo de Descomissionamento Transferido do Não circulante conforme nota 27.2		
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2023	710.309	
Aplicações	2.845.224	
Resgates	(3.040.226)	
Rendimento Bruto	60.912	
Imposto de Renda	(16.009)	
IOF	(662)	
Saldo Carteira	559.548	
FDES (a)	406.652	
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	966.200	
(a) Fundo de Descomissionamento Transferido do Não circulante conforme nota 27.2		
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2022	2.754.126	
Aplicações	1.340.000	
Resgates	(3.553.047)	
Rendimento Bruto	217.158	
Imposto de Renda	(44.836)	
IOF	(3.092)	
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	710.309	

Prática contábil

Trata-se de aplicações financeiras destinadas à compra de ativo fixo e outras atividades de investimento. São inicialmente mensurados a valor justo e, posteriormente, pelo valor justo por meio do resultado.



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



NOTA 8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – FUNDO PARA DESCOMISSIONAMENTO

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito. Para permitir a inclusão dos custos a serem incorridos com o descomissionamento das Usinas Angra 1 e 2, foi constituído contabilmente uma obrigação para desmobilização de ativos, com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia, conforme nota 27.

De acordo com a determinação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), por meio da Resolução CNPE nº 08 de 17 de setembro de 2002, a responsabilidade pelas atividades de instituir e viabilizar o fundo, para fazer face ao efetivo descomissionamento das Usinas Nucleares Angra 1 e 2, ao final da vida útil econômica das referidas usinas, foi atribuída à Eletrobras. Desta forma, a titularidade deste fundo ficou a cargo da Eletrobras, com uso restrito para futuro custeio das atividades de descomissionamento.

Em 15 de janeiro de 2008, a Eletrobras fixou as diretrizes para implementação do fundo financeiro, informando a conta corrente para os depósitos, as datas de recolhimentos, bem como os valores das quotas mensais a serem recolhidas no exercício de 2008.

Assim sendo, a ELETRONUCLEAR, em 20 de fevereiro de 2008, iniciou o processo de pagamento à Eletrobras para o devido recolhimento ao fundo financeiro para o descomissionamento.

Em 19 de outubro de 2021, foi publicada pelo Conselho do Programa de Parceiras de Investimentos (CPPI) a Resolução nº 203 por meio da qual, no âmbito das condições para a desestatização da Eletrobras, foi determinada, em seu inciso XVI do artigo 11, a transferência de titularidade das cotas do fundo de descomissionamento para a ELETRONUCLEAR.

Com base na Resolução CPPI nº 203 e nas Normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) nºs 9.01 e 9.02 que tratam da desmobilização de usinas nucleares e da gestão dos recursos financeiros destinados ao descomissionamento, respectivamente, a Assessoria Especial de Gestão Estratégica (AEGE) da Secretaria Executiva (SE) do Ministério de Minas e Energia (MME) se manifestou no sentido de que já existe arcabouço legal e normativo suficiente para justificar a transferência de titularidade, sem a necessidade de promulgação de novos atos ou alteração de atos já existentes.

Desta forma, em junho de 2022 foi operacionalizada a transferência de titularidade do fundo de descomissionamento da Eletrobras para a ELETRONUCLEAR, assumindo esta última todas as atribuições necessárias para o acompanhamento deste fundo, não havendo mais a participação da Eletrobras no processo como ocorrido até a efetiva transferência. A aplicação no fundo de descomissionamento da cota referente ao mês de junho de 2022 já foi realizado totalmente no âmbito operacional interno da ELETRONUCLEAR.

Anualmente, o montante a ser recolhido ao fundo financeiro para o descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2, é definido com base no cálculo realizado pela Aneel, referente à rubrica "Fundo de Descomissionamento" na Parcela A, incluída na receita fixa anual, calculada e publicada por meio de Resolução Homologatória para as mencionadas usinas.

O mencionado fundo é mantido com o Banco do Brasil, através de um fundo de investimento extramercado de longo prazo, exclusivo para acumular os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das Usinas Angra 1 e 2, classificado como títulos e valores mobiliários no ativo não circulante.

A seguir, demonstramos o detalhamento da carteira do fundo:

	31/12/2024	31/12/2023
Títulos públicos	2.947.418	2.911.924
Op. Compromissadas	275.737	358.910
Dólar comercial futuro	(2.106)	3.728
Outros	61	50
Saldo Carteira	3.221.110	3.274.612
Circulante	406.652	-
Não Circulante	2.814.458	3.274.612
Total	3.221.110	3.274.612
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2023		3.274.612
Aplicações		156.968
Resgates		(374.000)
Rendimento Bruto		205.815
Imposto de Renda		(42.285)
IOF		-
Saldo final em 31 de dezembro de 2024		3.221.110
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2022		2.561.274
Aplicações		418.511
Resgates		-
Rendimento Bruto		348.803
Imposto de Renda		(53.976)
IOF		-
Saldo final em 31 de dezembro de 2023		3.274.612

Em 25 de março de 2024, foi realizado o resgate parcial do Fundo de Descomissionamento (FDES) disponível na conta "BB Extramercado Exclusivo Descomissionamento Usinas Angra Fundo de Investimento Multimercado LP", no montante de R\$ 374.000. O valor resgatado do Fundo de Descomissionamento (FDES) refere-se ao ressarcimento parcial dos encargos tributários pagos no período de 2010 a 2023, com caixa não restrito da ELETRONUCLEAR. Tais encargos tributários são decorrentes dos rendimentos do fundo, que sobre os quais incidem a tributação de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, na sistemática do Lucro Real.

Para a determinação do valor resgatado, a Companhia adotou duas premissas: a) sacar os valores relativos aos encargos tributários pagos com caixa não restrito, referentes ao rendimento do FDES e que compuseram a apuração de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, descontados os créditos existentes de imposto de renda retido na fonte do fundo – IRRF (come-cotas); b) ter como limite máximo de saque um valor que mantivesse o equilíbrio do montante acumulado no FDES (ativo) com o passivo constituído para descomissionamento (passivo), tendo como base os respectivos saldos no Balanço Patrimonial da ELETRONUCLEAR, em 31 de dezembro de 2023.

Prática contábil

O fundo para descomissionamento é um ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado. Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado (nota 33).

11.2. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2024				31/12/2023			
	Base	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Base	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Impostos diferidos ativos								
Provisão PLR dos empregados	(95.664)	(23.916)	(8.610)	(32.526)	(109.408)	(27.352)	(9.847)	(37.199)
Imobilizado da desmobilização-Custo	(456.405)	(114.101)	(41.076)	(155.177)	(714.754)	(178.688)	(64.328)	(243.016)
Outros ajustes CPC	(1.211.225)	(302.806)	(109.010)	(411.816)	(1.175.865)	(293.966)	(105.828)	(399.794)
Arrend. Merc. e AVP Alug Imov Candel 65/Out. Transp. Cont. IFRS 16	(9.961)	(2.490)	(897)	(3.387)	(9.245)	(2.311)	(832)	(3.143)
Baixa despesas administrativas	(193.604)	(48.401)	(17.424)	(65.825)	(193.604)	(48.401)	(17.424)	(65.825)
Provisão Impairment Angra 3	(4.377.564)	(1.094.391)	(393.981)	(1.488.372)	(4.508.764)	(1.127.191)	(405.789)	(1.532.980)
Ajuste CPC - Baixa de Angra 3	(689.197)	(172.299)	(62.028)	(234.327)	(689.197)	(172.299)	(62.028)	(234.327)
Transfer.de estoque para o Imobilizado	(343.745)	(85.936)	(30.937)	(116.873)	(315.107)	(78.777)	(28.359)	(107.136)
Receita financeira capitalizada no Imobilizado	(102.394)	(25.599)	(9.215)	(34.814)	(102.394)	(25.599)	(9.215)	(34.814)
Provisão benefício pós-emprego	(278.142)	(69.536)	(25.033)	(94.569)	(240.382)	(60.096)	(21.634)	(81.730)
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	(114.922)	(28.731)	(10.343)	(39.074)	(114.311)	(28.578)	(10.288)	(38.866)
Provisão para risco	(207.136)	(51.784)	(18.642)	(70.426)	(228.319)	(57.080)	(20.549)	(77.629)
Provisão para desvalorização de títulos	(1.532)	(383)	(138)	(521)	(1.532)	(383)	(138)	(521)
Provisão plano incentivo - PSPE/PAE	(62.965)	(15.741)	(5.667)	(21.408)	(6.865)	(1.716)	(618)	(2.334)
Provisão p/perdas Estoque	(3.756)	(939)	(338)	(1.277)	(44.268)	(11.067)	(3.984)	(15.051)
Provisão ressarc. exced. Sobre Fundo descomissionamento	(12.079)	(3.020)	(1.087)	(4.107)	-	-	-	-
Total Ativo	(8.160.291)	(2.040.073)	(734.426)	(2.774.499)	(8.454.015)	(2.113.504)	(760.861)	(2.874.365)
Impostos diferidos passivos								
AVP - obrigação p/ desmobilização	(997.639)	(249.410)	(89.788)	(339.197)	(735.652)	(183.913)	(66.209)	(250.122)
Corr.monetária imobilizado 1995 a 1997	71.000	17.750	6.390	24.140	81.948	20.487	7.375	27.862
D. Fin - Encargos de Dívidas Transf p/invest	1.654.195	413.549	148.878	562.427	1.648.396	412.099	148.356	560.455
D. Fin - Var. Monet. Dívidas Transf p/invest	115.370	28.843	10.383	39.226	115.370	28.843	10.383	39.226
Total Passivo	842.926	210.732	75.863	286.596	1.110.062	277.515	99.905	377.421
Impostos diferidos ativos, líquidos sobre diferenças temporárias	(7.317.365)	(1.829.341)	(658.563)	(2.487.903)	(7.343.953)	(1.835.989)	(660.956)	(2.496.944)
(-) Provisão para valor realizável	7.317.365	1.829.341	658.563	2.487.903	7.343.953	1.835.989	660.956	2.496.944
Outros resultados abrangentes	391.203	97.801	35.208	133.009	587.035	146.759	52.833	199.592
(-) Provisão para valor realizável	(391.203)	(97.801)	(35.208)	(133.009)	(587.035)	(146.759)	(52.833)	(199.592)
Total	-	-	-	-	-	-	-	-

A ELETRONUCLEAR não apresenta perspectiva consistente de lucro tributável futuro e, desta forma, os créditos tributários diferidos de diferenças temporárias não são registrados nas demonstrações financeiras, os quais somam o valor de R\$ 2.620.912 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.696.536 em 31 de dezembro de 2023).

O Prejuízo Fiscal IRPJ e a Base Negativa CSLL somam, respectivamente, os valores de R\$ 146.309 e 329.951 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 353.343 e 536.835 em 31 de dezembro de 2023).

Os cálculos da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social encontra-se detalhado na nota 11.3 a seguir.

11.3. Despesa com imposto de renda e contribuição social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado operacional antes dos tributos	661.573	587.662	661.573	587.662
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(165.369)	(146.892)	(59.542)	(52.890)
Efeitos de adições e exclusões:				
Ajuste a valor presente - obrigação p/desmobilização	(65.497)	(61.226)	(23.579)	(22.041)
Despesa com juros – IFRS 16	(7.214)	(1.448)	(2.597)	(521)
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	45.851	(40.270)	16.506	(14.497)
Dotação à Fundação de Assist.Médica - permanente	(10.112)	(10.702)	(3.640)	(3.853)
Provisão atuarial benefício pós-emprego	(9.440)	(19.847)	(3.398)	(7.145)
Provisões diversas	-	(438)	-	(118)
Provisão para Devedores Duvidosos	(184)	(231)	(66)	(83)
Reversão provisão plano incentivo - PSPE/PAE/PDC	(14.025)	253	(5.049)	91
Provisão para risco	5.296	(3.103)	1.906	(1.117)
Provisão para PLR dos empregados	(13)	-	(5)	-
Multas Indedutíveis	(106)	(1.042)	(38)	(375)
Gastos com Associações	(3.835)	(4.819)	(1.381)	(1.735)
Contribuições - Lei Rouanet	(275)	-	(99)	-
Provisão ressarc.exced s/ Fundo Descom.	(3.020)	-	(1.087)	-
Outras	(237)	-	(41)	-
Reversão de provisão para devedora duvidosos	31	305	11	110
Reversão PLR	3.449	-	1.242	-
Pgto Arr. Mercantil Aluguel e Transp. Contratados	7.035	7.725	2.533	2.781
D. Fin. Enc. Dívidas	1.450	1.469	522	529
Provisão para perdas Est.	10.128	(2.815)	3.646	(1.013)
Reversão Impairment	32.800	-	11.808	-
Ganho de Participação Societária	1	-	-	-
Outras Receitas Financeiras - Repetição de Indébito	783	-	282	-
Compensação de prejuízo fiscal	51.758	84.931	18.620	30.563
Compensação Lei rouanet	1.100	-	-	-
Total da despesa de IRPJ e CSLL	(119.645)	(198.150)	(43.446)	(71.314)
Alíquota efetiva	18,08%	33,72%	6,57%	12,14%

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

Prática Contábil

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

NOTA 9. CLIENTES

O faturamento da Companhia é realizado, mensalmente, com base na Resolução Normativa nº 1.009, editada em 22 de março de 2022, pela Aneel, para todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional (SIN). Em 2024 não há saldo de inadimplência das distribuidoras.

A Aneel, por meio do Despacho nº 3.155, de 13 de outubro de 2021, autorizou que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) desconsiderasse as indisponibilidades ou restrições operativas identificadas, em 2021, nos ativos de geração, comprovadamente associadas, única e exclusivamente, à pandemia de Covid-19. Em junho de 2023, por meio do despacho 1.983, a Aneel aprovou o requerimento interposto pela ELETRONUCLEAR a ser reprocessado em 12 parcelas mensais no valor de R\$ 8.260 atualizadas monetariamente, que foram integralmente quitadas no período de agosto de 2023 a julho de 2024.

No quarto trimestre de 2024, foi apurado um desvio positivo no valor total de R\$ 37.863, sendo R\$ 34.708 no circulante e R\$ 3.155 no não circulante, para faturamento em doze parcelas iguais a partir do mês de fevereiro de 2025.

O desvio positivo (reembolso) de R\$ 37.863, provisionados em 31 de dezembro de 2024, é em decorrência da energia fornecida ter sido maior do que a energia garantida para o período. Ele corresponde a 50% do montante apurado e valorado ao PLD médio para o ano de 2024 e deverá ser cobrado a todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional (SIN) em parcelas duodecimais a partir de fevereiro de 2025.

	31/12/2024		Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Total	31/12/2023
Circulante		A vencer				Total
Suprimento/Fornecimento de Energia:						
Energia contratada	417.758	-	-	-	417.758	374.787
Indisponibilidade 2021 associada à Covid-19	-	-	-	-	-	57.817
Não Circulante						
Energia contratada	3.155	-	-	-	3.155	-
Total Clientes	420.913	-	-	-	420.913	432.604

NOTA 10. TRIBUTOS A COMPENSAR

Os saldos atuais dessa rubrica podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante		
Imposto de Renda Retido na Fonte	28.954	60.965
PASEP e Cofins Compensáveis Recolhidos a maior (a)	37.447	23.416
ICMS	7	2.743
ICMS a compensar - Patrocinio incentivado	716	-
Total	67.124	87.124

a) Crédito decorrente de valores recolhidos de PIS/COFINS a maior incidente sobre a receita de fornecimento de energia, visto que a apuração final da quantidade de energia disponibilizada no SIN foi inferior ao determinado via resolução homologatória Aneel.

10.1. Reforma tributária

Em dezembro de 2023, foi aprovado o texto final da Proposta de Emenda à Constituição nº 45/19, que da Lei Complementar nº 214/25, que trouxe as bases da regulamentação da Reforma Tributária, foi sancionada pela Presidência da República em 16 de janeiro de 2025, de forma que ainda não é possível mensurar os impactos definitivos dos novos tributos criados (IBS, CBS e IS) para a Companhia. As principais discussões giram em torno dos efeitos da nova sistemática de não-cumulatividade do IBS e da CBS, da redução gradual de incentivos fiscais, da adaptação sistêmica aos novos tributos e suas respectivas obrigações acessórias, do impacto do método de split payment, dos impactos em preços de contratos de energia (equilíbrio econômico-financeiro dos instrumentos) e dos impactos na cadeia de fornecimento.

NOTA 11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - ATIVO

Os saldos atuais dessa rubrica podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

11.1. Imposto de renda e contribuição social corrente

	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
		Reapresentado (nota 4.6)	Reapresentado (nota 4.6)
Ativo circulante			
Antecipações IRPJ e CSLL (a)	297.931	320.143	57.742
Exercícios Anteriores IRPJ e CSLL (b)	19.239	74.018	-
Efeitos da reapresentação IRPJ e CSLL (c)	313.146	-	-
Total	630.316	394.161	57.742
Ativo Não circulante			
Efeitos da reapresentação IRPJ e CSLL (c)	-	282.558	144.494
	-	282.558	144.494
Total	630.316	676.719	202.236

- a) Saldo de antecipações de IRPJ/CSLL;
- b) Antecipações de IRPJ/CSLL de exercicios anteriores que foram compensadas, em parte, com PASEP/COFINS;
- c) Efeitos da reavaliação de créditos fiscais decorrentes da dedutibilidade sobre a correção monetária aplicada aos dividendos pagos no processo de desestatização da Eletrobras, conforme divulgado nas notas 2.4, 4.6 e 5.10.

31/12/2024				31/12/2023			
Imposto de Renda	Contribuição Social	Total		Base	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
(23.916)	(8.610)	(32.526)		(109.408)	(27.352)	(9.847)	(37.199)
(114.101)	(41.076)	(155.177)		(714.754)	(178.688)	(64.328)	(243.016)
(302.806)	(109.010)	(411.816)		(1.175.865)	(293.966)	(105.828)	(399.794)
(2.490)	(897)	(3.387)		(9.245)	(2.311)	(832)	(3.143)
(48.401)	(17.424)	(65.825)		(193.604)	(48.401)	(17.424)	(65.825)
(1.094.391)	(393.981)	(1.488.372)		(4.508.764)	(1.127.191)	(405.789)	(1.532.980)
(172.299)	(62.028)	(234.327)		(689.197)	(172.299)	(62.028)	(234.327)
(85.936)	(30.937)	(116.873)		(315.107)	(78.777)	(28.359)	(107.136)
(25.599)	(9.215)	(34.814)		(102.394)	(25.599)	(9.215)	(34.814)
(69.536)	(25.033)	(94.569)		(240.382)	(60.096)	(21.634)	(81.730)
(28.731)	(10.343)	(39.074)		(114.311)	(28.578)	(10.288)	(38.866)
(51.784)	(18.642)	(70.426)		(228.319)	(57.080)	(20.549)	(77.629)
(383)	(138)	(521)		(1.532)	(383)	(138)	(521)
(15.741)	(5.667)	(21.408)		(6.865)	(1.716)	(618)	(2.334)
(939)	(338)	(1.277)		(44.268)	(11.067)	(3.984)	(15.051)
(3.020)	(1.087)	(4.107)		-	-	-	-
(2.040.073)	(734.426)	(2.774.499)		(8.454.015)	(2.113.504)	(760.861)	(2.874.365)
(249.410)	(89.788)	(339.197)		(735.652)	(183.913)	(66.209)	(250.122)
17.750	6.390	24.140		81.948	20.487	7.375	27.862
413.549	148.878	562.427		1.648.396	412.099	148.356	560.455
28.843	10.383	39.226		115.370	28.843	10.383	39.226
210.732	75.863	286.596		1.110.062	277.515	99.905	377.421
(1.829.341)	(658.563)	(2.487.903)		(7.343.953)	(1.835.989)	(660.956)	(2.496.944)
1.829.341	658.563	2.487.903		7.343.953	1.835.989	660.956	2.496.944
97.801	35.208	133.009		587.035	146.759	52.833	199.592
(97.801)	(35.208)	(133.009)		(587.035)	(146.759)	(52.833)	(199.592)
-	-	-		-	-	-	-



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



O quadro abaixo apresenta a movimentação do estoque de combustível nuclear destinado à operação da Usina Angra 1 e Usina Angra 2:

Angra 1	31/12/2023	Consumo	Adição	Transferência	Baixa	31/12/2024
Ativo circulante						
Elementos Prontos	439.466	(319.725)	-	319.725	-	439.466
	439.466	(319.725)	-	319.725	-	439.466
Ativo não circulante						
Elementos Prontos Bruto	1.987.199	-	-	31.106	(33.953)	1.984.352
Consumo Acumulado	(1.553.567)	-	-	(319.725)	-	(1.873.292)
Provisão para perda	-	-	-	-	-	-
Elementos Prontos	433.632	-	-	(288.619)	(33.953)	111.060
Concentrado de urânio	-	-	399.435	(29.233)	-	370.202
Serviços em curso	86.747	-	223.332	(1.873)	-	308.206
	520.379	-	622.767	(319.725)	(33.953)	789.468
Total	959.845	(319.725)	622.767	-	(33.953)	1.228.934
Angra 2	31/12/2023	Consumo	Adição	Transferência	Baixa	31/12/2024
Ativo circulante						
Elementos Prontos	682.791	(501.983)	-	501.983	-	682.791
	682.791	(501.983)	-	501.983	-	682.791
Ativo não circulante						
Elementos Prontos Bruto	3.950.711	-	-	661.030	(40.511)	4.571.230
Consumo Acumulado	(3.312.424)	-	-	(501.983)	-	(3.814.407)
Provisão para perda	(44.267)	-	-	-	40.511	(3.756)
Elementos Prontos	594.020	-	-	159.047	-	753.067
Concentrado de urânio	304.514	-	283.895	(301.204)	-	287.205
Serviços em curso	370.064	-	98.349	(408.359)	-	60.054
Elemento remanescente	-	-	-	48.533	-	48.533
	1.268.598	-	382.244	(501.983)	-	1.148.859
Total	1.951.389	(501.983)	382.244	-	-	1.831.650

Prática contábil

Os materiais em estoque de combustível são classificados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo efetivo de consumo. São apresentados ao custo médio de aquisição ou pelo valor líquido de mercado / realização, dos dois o menor. Os elementos de combustível nuclear estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado (PCU); são apropriados ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica. O estoque de combustível é composto pelo concentrado de urânio em estoque, os serviços correspondentes e os elementos de combustível nuclear utilizados nas Usinas Angra 1 e Angra 2.

NOTA 13. ALMOXARIFADO

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo do almoxarifado é composto por materiais utilizados para consumo das Usinas, no montante de R\$ 316.713 (R\$ 276.388 em 31 de dezembro de 2023) no circulante, assim como, os adiantamentos efetuados a fornecedores para a aquisição dos correspondentes materiais, no montante de R\$ 28.581 (R\$ 27.934 em 31 de dezembro de 2023), totalizando R\$ 345.294 (R\$ 304.322 em 31 de dezembro de 2023).

Prática contábil

O Almoxarifado, classificado no ativo circulante, está registrado ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado / realização.

NOTA 14. DEPÓSITOS VINCULADOS

Os saldos atuais dessa rubrica podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

a) Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos judiciais		
Contingências trabalhistas	62.292	58.822
Contingências cíveis	47	-
Contingências tributárias	849	-
Total	63.188	58.822

b) Movimentação

	31/12/2023		31/12/2024	
		Baixa	Inclusão	Saldo
Depósitos judiciais	29.758	(2.423)	4.203	31.538
Atualização monetária s/depósitos judiciais	29.064	-	2.586	31.650
Total	58.822	(2.423)	6.789	63.188

Prática Contábil

Os depósitos vinculados estão registrados ao custo histórico, acrescidos das respectivas atualizações monetárias (atualizações e reversões).

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

	Saldo em 31/12/2023	Reclassificação	Adição / Constituição	Baixas / Reversões	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Imobilizado em serviço - Angra 1 e Angra 2							
Terrenos	34.380	-	-	-	-	-	34.380
Barragens, reservatórios e adutoras	999	-	-	-	(591)	-	408
Edificações, obras civis e benfeitorias	499.403	-	-	(11.203)	(58.101)	-	430.099
Edificações, obras civis e benfeitorias - Direito de Uso	15.717	-	-	-	(5.126)	-	10.591
Máquinas e equipamentos (a)	1.629.128	-	-	(253.365)	(136.832)	26.312	1.265.243
Veículos	21.729	-	-	(3.734)	(4.054)	1.267	15.208
Veículos - Direito de Uso	35.154	-	-	-	(20.088)	-	15.066
Móveis e Utensílios	5.494	-	-	(37)	(879)	729	5.307
	2.242.004	-	-	(268.339)	(225.671)	28.308	1.776.302
Imobilizado em curso - Angra 1 e Angra 2							
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Barragens, reservatórios e adutoras	28.264	-	(3.436)	-	-	-	24.828
Edificações, obras civis e benfeitorias	56.311	-	26.753	-	-	-	83.064
Máquinas e equipamentos	525.759	-	779.398	-	-	(26.658)	1.278.499
Veículos	439	-	1.616	-	-	(1.111)	944
Móveis e Utensílios	2.277	-	413	-	-	(539)	2.151
A Ratear (b)	567.477	(399.023)	34.401	-	-	-	202.855
Transf./Fab e Rep/Mat em Processo	5.221	-	2.104	-	-	-	7.325
Adiantamento a Fornecedores	179.718	-	140.830	-	-	-	320.548
	1.365.466	(399.023)	982.079	-	-	(28.308)	1.920.214
Imobilizado em curso - Angra 3							
Terrenos	56.433	-	-	-	-	-	56.433
Barragens, reservatórios e adutoras	620.661	-	29.220	-	-	-	649.881
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.105.464	-	54.866	-	-	-	2.160.330
Máquinas e equipamentos	4.973.933	-	253.959	(113)	-	(2.152)	5.225.627
Veículos	2.676	-	6.172	(1.490)	-	2.132	9.490
Móveis e Utensílios	480	-	-	(35)	(1)	20	464
A Ratear	7.196.165	-	117.769	(134.312)	-	-	7.179.622
Transf./Fab e Rep/Mat em Processo	2.860	-	1	-	-	-	2.861
Adiantamento a Fornecedores	665.807	-	6.565	-	-	-	672.372
Provisão para valor recuperável dos ativos (Impairment)	(4.508.764)	-	131.201	-	-	-	(4.377.563)
	11.115.715	-	599.753	(135.950)	(1)	-	11.579.517
Total	14.723.185	(399.023)	1.581.832	(404.289)	(225.672)	-	15.276.033

- a) A baixa de máquinas e equipamentos no montante de R\$ 253.365 teve como principal movimentação o ajuste do descomissionamento no valor de R\$ 224.325.
b) Foram reclassificados para o intangível o montante no valor de R\$ 399.023 conforme divulgado na Nota 17.

	Saldo em 31/12/2022	Adição / Constituição	Baixas / Reversões	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Imobilizado em serviço - Angra 1 e Angra 2						
Terrenos	34.380	-	-	-	-	34.380
Barragens, reservatórios e adutoras	1.141	-	-	(142)	-	999
Edificações, obras civis e benfeitorias	543.258	-	-	(44.895)	1.040	499.403
Edificações, obras civis e benfeitorias - Direito de Uso	18.699	3.946	-	(6.928)	-	15.717
Máquinas e equipamentos (a)	1.900.222	3.360	(2.778)	(337.248)	65.572	1.629.128
Veículos	24.800	-	-	(4.366)	1.295	21.729
Veículos - Direito de Uso	56.199	-	-	(21.045)	-	35.154
Móveis e Utensílios	5.498	-	(13)	(848)	857	5.494
	2.584.197	7.306	(2.791)	(415.472)	68.764	2.242.004
Imobilizado em curso - Angra 1 e Angra 2						
Barragens, reservatórios e adutoras	28.044	220	-	-	-	28.264
Edificações, obras civis e benfeitorias	51.791	5.606	-	-	(1.086)	56.311
Máquinas e equipamentos	420.947	171.589	-	-	(66.777)	525.759
Veículos	5	587	-	-	(153)	439
Móveis e Utensílios	2.437	588	-	-	(748)	2.277
A Ratear	460.504	106.973	-	-	-	567.477
Transf./Fab e Rep/Mat em Processo	3.978	1.243	-	-	-	5.221
Adiantamento a Fornecedores	27.350	152.368	-	-	-	179.718
	995.056	439.174	-	-	(68.764)	1.365.466
Imobilizado em curso - Angra 3						
Terrenos	56.433	-	-	-	-	56.433
Barragens, reservatórios e adutoras	599.726	20.935	-	-	-	620.661
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.055.668	49.796	-	-	-	2.105.464
Máquinas e equipamentos	4.194.416	779.610	(93)	-	-	4.973.933
Veículos	3.550	-	(874)	-	-	2.676
Móveis e Utensílios	490	2	(12)	-	-	480
A Ratear	7.104.806	91.359	-	-	-	7.196.165
Transf./Fab e Rep/Mat em Processo	2.860	-	-	-	-	2.860
Adiantamento a Fornecedores	665.665	142	-	-	-	665.807
Provisão para valor recuperável dos ativos (Impairment)	(4.508.764)	-	-	-	-	(4.508.764)
	10.174.850	941.844	(979)	-	-	11.115.715
Total	13.754.103	1.388.324	(3.770)	(415.472)	-	14.723.185

Assinado por:

Deuscimara Teixeira de Mendonça



Taxa média de depreciação e custo histórico:

	31/12/2024				31/12/2023			
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Imobilizado em serviço								
Terrenos	0,00%	34.380	-	34.380	0,00%	34.380	-	34.380
Barragens, reservatórios e adutoras	6,49%	5.716	(5.308)	408	7,27%	5.716	(4.717)	999
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,08%	1.637.898	(1.207.799)	430.099	3,15%	1.650.082	(1.150.679)	499.403
Máquinas e equipamentos	1,89%	8.040.120	(6.774.877)	1.265.243	3,92%	8.411.002	(6.781.874)	1.629.128
Veículos	14,36%	36.729	(21.521)	15.208	14,29%	41.165	(19.436)	21.729
Móveis e Utensílios	6,25%	22.572	(17.265)	5.307	6,25%	22.075	(16.581)	5.494
		9.777.415	(8.026.770)	1.750.645		10.164.420	(7.973.287)	2.191.133
Imobilizado em curso		13.499.731	-	13.499.731		12.481.181	-	12.481.181
		13.499.731	-	13.499.731		12.481.181	-	12.481.181
Direito de Uso								
Imobilizado em serviço								
Edificações, obras civis e benfeitorias	20,80%	24.645	(14.054)	10.591	21,46%	24.645	(8.928)	15.717
Veículos	33,33%	60.265	(45.199)	15.066	32,85%	60.265	(25.111)	35.154
		84.910	(59.253)	25.657		84.910	(34.039)	50.871
Total		23.362.056	(8.086.023)	15.276.033		22.730.511	(8.007.326)	14.723.185

Cabe mencionar que informações sobre o *impairment* estão apresentadas na nota 18.

Prática contábil

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição dos ativos e, no caso de ativos qualificáveis, também inclui os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica e ativos corporativos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso e em operação. A depreciação reconhecida é mensurada com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil esteja integralmente baixado. A Companhia considera a vida útil estimada de cada ativo em conformidade com as determinações da Aneel, que são tidas como aceitáveis pelo mercado, limitada a data da licença de operação das usinas.

Os ativos de Direito de Uso são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos do imobilizado incluem a estimativa de custos de desmobilização de suas unidades operativas, nos termos do que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo imobilizado (nota 27).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

NOTA 17. INTANGÍVEL

O ativo intangível da Companhia compõe-se, basicamente: da aquisição de licença de uso do software do seu sistema corporativo central, denominado SAP R/3, e de outros softwares aplicativos de uso específico e geral, de valores substanciais, estando os mesmos registrados pelo custo de aquisição.

Os intangíveis em serviço são amortizados a taxa anual de 20%.

	Saldo em 31/12/2023	Reclassificação	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Geração	50.668	399.023	178.659	-	-	628.350
Em serviço	488	-	(488)	-	572.039	572.041
Custo	76.137	-	4.820	-	572.039	652.996
Amortização acumulada	(75.649)	-	(5.306)	-	-	(80.955)
Em curso	50.180	399.023	179.145	-	(572.039)	56.309
Custo	50.180	-	12.298	-	(572.039)	(509.561)
Reclassificação	-	399.023	166.847	-	-	565.870
Administração	39.556	-	4.256	-	-	43.812
Em serviço	108	-	(108)	-	-	-
Custo	71.914	-	(4.820)	-	-	67.094
Amortização acumulada	(71.806)	-	4.712	-	-	(67.094)
Em curso	39.448	-	4.364	-	-	43.812
Custo	39.448	-	4.364	-	-	43.812
Total	90.224	399.023	182.915	-	-	672.162

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Geração	63.694	(8.769)	(4.257)	-	50.668
Em serviço	9.358	(4.613)	(4.257)	-	488
Custo	101.686	-	(25.549)	-	76.137
Amortização acumulada	(92.328)	(4.613)	21.292	-	(75.649)
Em curso	54.336	(4.156)	-	-	50.180
Custo	54.336	(4.156)	-	-	50.180
Administração	33.305	6.251	-	-	39.556
Em serviço	757	(649)	-	-	108
Custo	71.914	-	-	-	71.914
Amortização acumulada	(71.157)	(649)	-	-	(71.806)
Em curso	32.548	6.900	-	-	39.448
Custo	32.548	6.900	-	-	39.448
Total	96.999	(2.518)	(4.257)	-	90.224

Licença de autorização para operação da Usina Angra 1

O processo de obtenção da extensão da vida útil de Angra 1 iniciou em 2019, quando foi oficialmente solicitada a renovação da licença junto à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Desde então, a Companhia criou um grupo de trabalho exclusivo para cumprir todas as exigências do órgão regulador.

A extensão da vida útil de Angra 1, que foi formalizada pela CNEN prorrogando a vigência da Autorização de Operação Permanente (AOP) é um dos projetos mais importantes em curso na ELETRONUCLEAR. O projeto assegurou a continuidade da operação da usina após a expiração da licença atual, em dezembro de 2024, mantendo por mais 20 anos à disposição do sistema elétrico brasileiro uma capacidade de geração de 640 MW. Para garantir essa ampliação da operação da usina, a ELETRONUCLEAR desenvolveu o Programa de Extensão da Vida Útil de Angra 1 - *Long Term Operation* (LTO).

O Projeto LTO é fruto da decisão estratégica da ELETRONUCLEAR de implementar o projeto Extensão de Vida Útil de Angra 1 (LTO) aprovado em fevereiro de 2018, por meio da Circular Geral - CGE 022/18, que posteriormente originou a criação da estrutura formal do Núcleo Técnico LTO em setembro de 2018 (CGE 059/2018) baseada na experiência internacional de ter uma equipe dedicada, essencial para o sucesso do projeto, visando cumprir prazos e compromissos estabelecidos pelo órgão regulador CNEN e pela *International Atomic Energy Agency* (IAEA).

Seguindo o padrão adotado pelo setor nuclear norte-americano, a usina Angra 1, que iniciou sua operação em 1985, obteve inicialmente uma licença de 40 anos, que expirava em 2024. Graças ao avanço tecnológico, que permitiu uma sobrevida dos empreendimentos sem riscos para a segurança, as extensões de vida útil de Reatores Nucleares vêm ocorrendo no mundo todo.

Ao longo dos últimos anos foram desenvolvidas várias iniciativas para a operacionalização de um Programa de Gerenciamento do Envelhecimento (PGE) em Angra 1 com avanços significativos na formulação de processos e desenvolvimento da infraestrutura requerida para sua implementação, compatíveis com a operação da planta por longo prazo. O desenvolvimento destes estudos e projetos foi consolidado e formalizado pela Diretoria Executiva com a criação do Programa de Extensão da Vida Útil (LTO) da Usina de Angra 1. Considerando a sua transversalidade, foi necessária a utilização da abordagem de gerenciamento de projetos complexos, estabelecendo uma estrutura organizacional específica para o programa com uma equipe dedicada à sua implementação. A ELETRONUCLEAR contratou a *Westinghouse*, projetista original de Angra 1, para desenvolver a Avaliação Integrada da Planta (IPA) e as Avaliações de Envelhecimento Dependentes de Tempo (TLAAs), que se constituem na espinha dorsal do processo de renovação de licença de usinas nucleares segundo a normativa da US NRC.

Considerando que a equipe técnica da ETN não possuía experiência na sistemática e da documentação regulatória da regra americana de solicitação de renovação de licença necessitando de reforço, bem como a ausência de requisitos específicos por parte do órgão regulador Brasileiro até 2018, foram efetuados diversos estudos da documentação regulatória Americana e do grande volume de material produzido pela empresa detentora da tecnologia da planta (*Westinghouse*). A equipe formada para compor o Programa LTO de Angra 1 assumiu uma série de responsabilidades no processo de elaboração e implementação dos Programas de Gerenciamento do Envelhecimento de Angra 1 e preparação da Solicitação de Renovação da Licença de Angra 1 e Reavaliação Periódica de Segurança (RPS).

O Projeto da RPS de Angra 1 envolveu mais de 85 profissionais e uma Consultoria internacional. Tudo isto para concluir a entrega e acompanhamento junto a CNEN dos estudos e documentos obrigatórios e atendimento rigoroso aos prazos para a obtenção da extensão da Autorização da Operação Permanente (AOP) por mais 20 anos.

Ao todo, foram produzidos 14 Relatórios dos Fatores de Segurança e o Relatório da Avaliação Global, os quais foram submetidos e aprovados em Comissão de Revisão de Operação da Usina (CROU), Comitê de Análise de Operação Nuclear (CAON) e Comitê Executivo do Programa LTO/RPS. Conforme acordado com a CNEN foram encaminhados os 14 Relatórios dos Fatores de Segurança e o Relatório da Avaliação Global da RPS Angra 1.

A Avaliação Global envolveu a formulação de argumentos que denotam a convicção de que é seguro continuar a operar a Usina Angra 1 e reforçar ainda mais a segurança através da implementação das melhorias de segurança. Nenhuma preocupação imediata de segurança foi identificada, que poderia impedir a operação segura da Usina.

Desse modo, a ELETRONUCLEAR obteve a renovação da licença de operação da usina Angra 1 por mais 20 anos, até dezembro de 2044. A autorização da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) foi recebida pela companhia por meio da Resolução nº 331 de 21 de novembro de 2024 e publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 25 de novembro de 2024, em que concedeu a Autorização para Operação a Longo Prazo de Angra 1 (AOLP), prorrogando a atual AOP por mais 20 anos, contados a partir de 23 de dezembro de 2024. Portanto, a AOLP concedeu a Angra 1 a licença para operar até 23 de dezembro de 2044.

Ressalta-se que, ao conceder a renovação da licença de operação, a CNEN observou o retrato da Usina naquele momento, novembro de 2024, considerando todas as melhorias, *upgrades* e aperfeiçoamento de processos desenvolvidos ao longo de sua vida útil original, bem como os compromissos assumidos no âmbito do Programa LTO, os quais continuarão em processo até 2030, conforme previsto. Nesse sentido, para o próximo quinquênio (2025-2029), foi estabelecido um cronograma de implementação de projetos associados à operação de longo prazo de Angra 1. Estão incluídas as negociações e contratações de bens e serviços e o desenvolvimento dos projetos e sua instalação e comissionamento, o que ocorrerá durante as paradas programadas para reabastecimento de combustível.

Neste sentido, e identificado todos os elementos de constituição de um ativo intangível, conforme preceitos e em observância aos critérios contidos no CPC 04 (R1) Ativo Intangível, a Companhia entendeu que a melhor classificação para os benefícios econômicos a serem usufruídos no período adicional, mediante a obtenção de licença de autorização para operação da Usina Angra 1 por mais 20 anos, referente aos gastos associados a obtenção desta licença, não seria como um componente de um custo associado às futuras intervenções à planta, com as devidas implementações dos projetos de modificações dos ativos imobilizados que serão adquiridos e substituídos, mas sim, ao ativo intangível associado a própria licença de autorização para operação da Usina Angra 1 concedida pelo órgão regulador, tendo em vista que na sua essência, são indissolúveis ao processo de aprovação junto ao ente regulador.

Em 2024 foram reclassificados de imobilizado em curso para o intangível em curso o montante de R\$ 399.023 referente as adições acumuladas até dezembro de 2023, que somados com as adições ocorridas no ano de 2024 totalizam o custo da licença de autorização para operação da Usina Angra 1 em R\$ 572.039.

O custo deste ativo intangível constituído no valor de R\$ 572.039, que possui um prazo de vida útil definida, e obviamente associado diretamente ao período da licença adicional de 20 anos, será amortizado de forma sistemática ao longo da sua vida útil.

Prática contábil

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

NOTA 18. VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A Companhia estima o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis com base em valor em uso, tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa.

A administração da ELETRONUCLEAR tem razoável segurança que a nova tarifa de Angra 3, elaborada no âmbito da modelagem pelo BNDES, e pendente de aprovação pelo CNPE, tem como pilar a questão da viabilidade econômico-financeira do Projeto, conforme estabelecido na Lei 14.120/2021 e pela Resolução CNPE nº 23, de 20 de outubro de 2021. Esses normativos estabelecem as diretrizes para o cálculo do preço da energia de Angra 3, resultante dos estudos do BNDES. A formalização da tarifa, que é uma premissa extremamente sensível na aplicação do teste de recuperabilidade do ativo, ainda não está aprovada pelo CNPE. Já foram marcadas duas reuniões para análise do tema durante os meses de dezembro de 2024 e fevereiro de 2025, mas o assunto foi retirado de pauta para maiores análises.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2024 a Companhia efetuou uma análise de recuperabilidade de sua segunda Unidade Geradora de Caixa - UGC 2 (Angra 3) para avaliar os possíveis resultados da tarifa proposta no Relatório elaborado pelo BNDES e enviado para análise do TCU. Neste caso, com base nos resultados obtidos, não foi identificada a necessidade de registros de *impairment* adicional. Com relação à sua primeira Unidade Geradora de Caixa - UGC 1 (Angra 1 e 2) não foi identificada necessidade de realizar a análise de recuperabilidade da mesma.

Na análise de sensibilidade realizada na UGC 2 foram consideradas as principais premissas definidas a seguir:

a) Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e reajustes tarifários contratuais de inflação.

b) Taxa de desconto.

Para a Usina Angra 3, em função das características peculiares de financiamento, a taxa de desconto foi calculada considerando a estrutura de capital específica do projeto, o que resultou na taxa de desconto para a base dezembro de 2024 de 6,00% (6,65% em dezembro de 2023). Nesses cálculos foram utilizados parâmetros do Produto 27 – Novo Relatório de Modelagem – Financiamento e Preço de Energia, material emitido pelo BNDES em setembro de 2024 para retomada do empreendimento de Angra 3, por meio do qual estão disponibilizados a tarifa, Capex e Início de Operação Comercial do empreendimento de Angra 3 conforme parâmetros definidos pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) por meio da Resolução nº 23.

c) Data de Entrada em Operação.

A data para entrada em operação da usina utilizada no exercício de sensibilidade foi estimada para agosto de 2031, conforme Produto 27 – Novo Relatório de Modelagem – Financiamento e Preço de Energia emitido pelo BNDES em setembro de 2024.

d) Orçamento Total do Projeto

O orçamento direto utilizado no presente exercício de sensibilidade foi estimado com base no Produto 27 – Novo Relatório de Modelagem – Financiamento e Preço de Energia emitido pelo BNDES em setembro de 2024, que atualizou o Capex do empreendimento.

e) Sinergia

As Usinas Angra 2 e Angra 3 são oriundas de projetos similares e, por isso, tem sido utilizado o parâmetro de custos de Angra 2 em Angra 3. Ocorre que existirá um ganho de custo/produtividade na entrada de Angra 3 por não haver necessidade de duplicar todas as atividades geradoras de custo, pois áreas comuns atenderão as duas usinas.

A Lei nº 14.120/21 estabeleceu as condições gerais para estruturação do empreendimento Angra 3, garantindo ao projeto uma tarifa que assegure a sua viabilidade econômico-financeira, sendo este um marco relevante para conclusão do projeto. Ademais, a Resolução do CNPE 23/21 definiu parâmetros para cálculo da tarifa de equilíbrio pelo BNDES, dentre os quais a data base, 30 de junho de 2020, e o custo de capital próprio real de 8,88% ao ano para remuneração do capital investido.

Após a entrega pelo BNDES de estudo atualizado com a nova tarifa para o projeto em setembro 2024, houve a 43ª e 44ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), em Dezembro 2024 e Fevereiro 2025 respectivamente, onde embora o Ministério de Minas e Energia (MME), que preside o Conselho, tenha orientado pela aprovação dos itens, houve um pedido de vista coletivo, adiando-se a tomada da decisão sobre a retomada do projeto para a próxima reunião extraordinária de 2025, potencialmente em março de 2025.

Para a realização do teste de recuperabilidade em dezembro de 2024, apesar de todos os parâmetros para o cálculo da tarifa de equilíbrio do projeto estarem disponíveis, a tarifa não é definida pela Companhia, sendo de responsabilidade do CNPE. Portanto, ainda resta pendente a homologação tarifária, que é de grande relevância para a estruturação do projeto.

A fundamentação da manutenção do saldo provisionado de *impairment* no montante de R\$ 4.377.563 é derivada substancialmente da carência da homologação da tarifa do empreendimento.

Seguem abaixo as posições de *impairment* no período:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Geração	Total	Geração	Total
Imobilizado	(4.377.563)	(4.377.563)	(4.508.764)	(4.508.764)

Os detalhes da redução ao valor recuperável do ativo (Angra 3) no valor de R\$ 131.200 estão descritos na nota 16.

Prática contábil

A Companhia avalia periodicamente se há alguma indicação de que seus ativos não financeiros (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs) tenham sofrido alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa que reflete uma avaliação atual de mercado e/ou custo de oportunidade da Companhia, do valor da moeda no tempo e dos riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros foi efetuada.

NOTA 19. FORNECEDORES

Os saldos atuais dessa rubrica podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	31/12/2024		31/12/2023	
	A vencer	Vencidos	Total	Total
Circulante				
Bens, materiais e Serviços:				
Fatura processada (a)	593.121	342.465	935.586	964.128
Variação cambial (b)	53.417	-	53.417	33.502
Provisão (c)	230.311	-	230.311	242.436
Total	876.849	342.465	1.219.314	1.240.066

- a) Cobranças em aberto junto aos fornecedores de materiais, equipamentos, combustível nuclear e serviços. Dos montantes vencidos, R\$ 57.168 foram pagos até fevereiro de 2025.
- b) Estimativa de variação cambial na quitação dos pagamentos em aberto.
- c) Provisão de serviços executados não faturados no exercício.

Prática contábil

São reconhecidas as obrigações relacionadas com encargos de uso da rede elétrica, e compras de bens, mercadorias (material, combustível nuclear e etc.) e de serviços. A rubrica de fornecedores é mensurada a custo amortizado, os passivos são baixados mediante a liquidação do título e as variações cambiais/monetárias são reconhecidas no resultado financeiro.

NOTA 20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos empréstimos e financiamentos devidos pela ELETRONUCLEAR é divulgada a seguir:

	31/12/2024		
	Taxa Efetiva	Circulante	Não Circulante
ANGRA 1 e 2:			
ENBPAP - RGR ECF 2278/ ECF 2507/ ECF 2579	5,00%	32.908	29.506
ENBPAP - MÚTUO 1	13,97%	6.371	235.194
ENBPAP - MÚTUO 2	13,97%	1.566	176.879
FURNAS - Instrumento de Confissão de Dívida	7,86%	44.797	171.723
SANTANDER - LTO Angra 1	5,83%	26.342	49.397
ANGRA 3:			
ENBPAP - RGR- ECF 2878	5,00%	29.712	359.026
BNDES - Nº 10.2.2032.1 - Subcréditos A e B	7,72%	192.482	3.014.251
BNDES - Nº 10.220.321 - Subcrédito E	14,38%	1.708	5.848
CEF - Nº 0410.351-27/13	6,50%	147.382	2.679.095
PROJETOS PRIORITÁRIOS			
ABC	15,91%	161.010	-
BTG	15,91%	322.019	-
Total		966.297	6.720.919
	31/12/2023		
	Taxa Efetiva	Circulante	Não Circulante
ANGRA 1 e 2:			
ENBPAP - RGR ECF 2278/ ECF 2507/ ECF 2579	5,00%	37.588	62.413
FURNAS - Instrumento de Confissão de Dívida	7,85%	47.973	206.459
SANTANDER - LTO Angra 1	6,48%	21.215	57.930
ANGRA 3:			
ENBPAP - RGR- ECF 2878	5,00%	34.118	388.738
BNDES - Nº 10.2.2032.1 - Subcréditos A e B	7,72%	167.378	2.973.890
CEF - Nº 0410.351-27/13	6,50%	132.039	2.663.330
Total		440.311	6.352.760

Assinado por:

Deussimara Teixeira de Mendonça



a) Aplicações nas Usinas Angra 1

Trata-se de financiamentos captados com recursos provenientes da Reserva Global de Reversão (RGR) por meio de contratos de financiamento firmados e geridos pela Eletrobras até o mês de junho de 2023, quando houve a transferência da gestão destes contratos para a ENBpar. Conforme disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, que estabeleceu as regras para o processo de desestatização da Eletrobras, e o Decreto nº 10.791, de 10 de setembro de 2021, que criou a ENBPar, a nova empresa ficaria responsável por absorver os programas de governo até então geridos pela antiga controladora da ELETRONUCLEAR, dentre os quais se destaca a gestão dos contratos de financiamento que utilizem recursos da RGR celebrados até 17 de novembro de 2016, os quais se enquadram os contratos firmados pela ELETRONUCLEAR. Estes contratos de financiamentos foram utilizados para diversas etapas de melhoramentos na Usina Angra 1, para a troca dos geradores de vapor, da tampa do vaso de pressão do reator e para o capital de giro da Companhia.

Em garantia dos compromissos assumidos no âmbito dos contratos com recursos provenientes da RGR, a ELETRONUCLEAR vinculou sua receita própria, oriunda das Usinas Angra 1 e Angra 2, aos débitos previstos nos financiamentos. Tal vinculação está suportada por procurações outorgadas por instrumento público para que, em caso de inadimplência, a primeira possa receber diretamente os valores em atraso.

Em 19 de Junho de 2024 foi celebrado o Contrato de Mútuo Nº GCGSC – 001/2024 entre a ELETRONUCLEAR e a ENBPar para concessão de uma linha de crédito no valor de R\$ 226.688. Parte desse valor se refere ao IOF no valor de R\$ 4.253 somado ao valor líquido recebido pela companhia de R\$ 222.434. Esses recursos foram captados para realização dos investimentos no âmbito do Programa de Extensão de Vida Útil de Angra 1 (LTO). O referido contrato prevê carência de 12 meses de principal e encargos sendo que o principal será amortizado no prazo de 10 anos após o fim do período de carência.

Os juros contratuais serão calculados a partir da liberação dos recursos a uma taxa de juros equivalente à NTN-B 32 + {1,5%} a.a., com incorporação de juros ao saldo devedor durante o período de carência, calculada *pro rata temporis* sobre o saldo devedor. A ELETRONUCLEAR também pagará uma taxa de administração de 0,5% a.a., calculada *pro rata temporis* sobre o saldo devedor a partir da data de liberação de recursos.

Em 04 de outubro de 2024 foi celebrado o Contrato de Mútuo Nº GCGSC – 002/2024 entre a ELETRONUCLEAR e a ENBPar para concessão de uma linha de crédito no valor de R\$ 173.311. Parte desse valor se refere ao IOF no valor de R\$ 3.252 somado ao valor líquido recebido pela companhia de R\$ 170.059. Esses recursos foram captados para realização dos investimentos no âmbito do Programa de Extensão de Vida Útil de Angra 1 (LTO). O referido contrato prevê carência de 12 meses de principal e encargos sendo que o principal será amortizado no prazo de 10 anos após o fim do período de carência.

Os juros contratuais serão calculados a partir da liberação dos recursos a uma taxa de juros equivalente à NTN-B 32 + {1,5%} a.a., com incorporação de juros ao saldo devedor durante o período de carência, calculada *pro rata temporis* sobre o saldo devedor. A ELETRONUCLEAR também pagará uma taxa de administração de 0,5% a.a., calculada *pro rata temporis* sobre o saldo devedor a partir da data de liberação de recursos.

Em 26 de Junho de 2024 houve a liberação dos recursos para reembolso dos pagamentos já realizados no âmbito do programa LTO em 2024.

b) Aplicações na Usina Angra 3

Trata-se de financiamentos captados com a Eletrobras com abertura de recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com a Caixa Econômica Federal (CEF) destinados à implantação da Usina Angra 3.

Em garantia dos compromissos assumidos com o contrato do BNDES citado, a ELETRONUCLEAR constituiu uma cessão fiduciária em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretirável, até o final da liquidação de todas as obrigações deste contrato, decorrentes da venda de energia produzida pela Usina Angra 3.

Originalmente, o Contrato nº 10.2.2032.1 previa o início das amortizações do principal da dívida em 30 de julho de 2016. Em virtude de renegociações realizadas entre BNDES e ELETRONUCLEAR, foram realizados dois aditamentos contratuais que prorrogaram a data de início de amortização. Por conta destas renegociações, a ELETRONUCLEAR pagou uma Comissão de Renegociação por cada uma destes aditamentos, no valor de 0,5% do saldo devedor. O montante em débito, acrescido de IOF, foi incorporado ao saldo devedor do contrato original, na forma dos Subcréditos C e D, com prazo de pagamento de 54 parcelas, após um prazo de carência de 6 meses. O Subcrédito C começou a ser amortizado em 15 de fevereiro de 2017, enquanto o Subcrédito D teve sua amortização iniciada em 16 de novembro de 2017.

Em 16 de outubro de 2017, a ELETRONUCLEAR iniciou a amortização do principal e passou a realizar o pagamento de 100% dos encargos dos Subcréditos A e B relativos ao contrato nº 10.2.2032.1, celebrado com o BNDES para investimentos no empreendimento de Angra 3.

Em 06 de julho de 2018, a ELETRONUCLEAR iniciou a amortização do Contrato nº 0410.351-27/2013 da CEF com o pagamento da primeira prestação no valor de R\$ 24.741.

Em 18 de abril de 2022, houve o pagamento da última prestação e liquidação final do Subcrédito D referente ao Contrato de Financiamento nº 10.2.2031.1 firmado pela ELETRONUCLEAR com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tendo a Eletrobras como interveniente.

Em 10 de Maio de 2022, a ELETRONUCLEAR recebeu comunicação formal do BNDES, por meio da carta 042/2022 – BNDES AE/DEENNE1, autorizando a prorrogação até a data de 15 de junho 2024 do prazo para o cumprimento pela ELETRONUCLEAR da obrigação do preenchimento da Conta Reserva com base no pedido encaminhado pela Companhia em 25 de março de 2022. Também houve autorização de prorrogação até 01 de outubro 2026 para a apresentação da Autorização para a Utilização de Material Nuclear (AUMAN) e até 01 de março de 2026, para a celebração do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e do Contrato de Conexão (CCT), com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Furnas Centrais Elétricas S.A., respectivamente.

Adicionalmente à prorrogação do prazo para cumprimento das obrigações de cláusulas contratuais pela ELETRONUCLEAR, os termos aditivos previam também a inserção da ENBPar como interveniente do contrato de financiamento. Os termos foram aprovados nas instâncias de Governança de ELETRONUCLEAR, ENBPar e Eletrobras durante o segundo trimestre de 2023, ainda restando a formalização por meio das assinaturas dos referidos termos.

Após pedido da Eletrobras, o BNDES prorrogou até 31 de janeiro de 2024 o prazo para envio das vias assinadas. Próximo do prazo final dado anteriormente, o BNDES informou às partes do contrato uma nova prorrogação, estendendo o prazo até maio de 2024.

Durante o mês de maio de 2024 a ELETRONUCLEAR encaminhou o Termo Aditivo nº 9 ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 10.2.2032.1 e o Termo Aditivo nº 4 ao Contrato de Cessão Fiduciária devidamente assinados e registrados formalizando assim a inserção da ENBPar como interveniente do contrato de financiamento e a prorrogação até a data de 15 de junho de 2024 o preenchimento da Conta Reserva, assim como a prorrogação até 01 de outubro de 2026 para a apresentação da Autorização para a Utilização de Material Nuclear –AUMAN e até 01 de março de 2026, para a celebração do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e do Contrato de Conexão (CCT), com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Furnas Centrais Elétricas S.A., respectivamente.

Em 15 de maio de 2024 a ELETRONUCLEAR encaminhou pedido de nova prorrogação do prazo para preenchimento da Conta Reserva tendo em vista que o Termo Aditivo nº 9 formalizava uma nova data de 15 de junho de 2024. Também foi solicitada a suspensão (“waiver”) por 6 (seis) meses do pagamento de principal e juros da dívida do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 10.2.2032.1.

Em 10 de junho de 2024 o BNDES emitiu carta em resposta ao pedido da Companhia autorizando a prorrogação do prazo para preenchimento da Conta Reserva até 15 de junho de 2026.

Em 14 de junho de 2024, a instituição financeira emitiu outra carta autorizando a suspensão temporária do pagamento das prestações de principal e encargos da dívida dos sub créditos A e B, por 6 (seis) meses com capitalização no saldo devedor das parcelas de juros que deixarem de ser pagas durante o período, sem alteração do termo final do prazo de amortização e de pagamento de juros da operação.

Foi autorizada ainda a incorporação ao saldo devedor da operação da Comissão de Renegociação mediante a constituição do Sub crédito e no valor de R\$ de R\$ 6.969, acrescido de IOF, totalizando R\$ 7.099. O denominado Subcrédito E será corrigido pela Taxa Média Selic (TMS) mais 1,99% ao ano, e será amortizado em até 54 (cinquenta e quatro) prestações mensais, sendo a primeira prestação devida em 15 de janeiro de 2025 e a última em 15 de junho 2029. Os juros apurados entre 15 de junho de 2024 e 15 de dezembro de 2024 serão capitalizadas ao saldo devedor.

Em janeiro de 2025, com o fim do período de 6 meses de *standstill*, foram retomados os pagamentos do serviço da dívida dos subcréditos A e B do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 10.2.2032.1 assim como foi iniciada a amortização do Subcrédito E;

Em 27 de junho de 2024 foi celebrado o Termo Aditivo nº 10 ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 10.2.2032.1 formalizando, portanto, a prorrogação do prazo para preenchimento da Conta Reserva até 15 de junho de 2026 e a suspensão do pagamento do serviço da dívida no período de julho a dezembro de 2024 com a retomada dos pagamentos em 15 de janeiro de 2025. A via eletrônica do referido termo já foi devidamente registrada em cartório.

O Termo Aditivo nº 5 ao Contrato de Cessão Fiduciária que formaliza a prorrogação do prazo de preenchimento da Conta Reserva foi devidamente assinado e registrado durante o mês de julho atendendo o prazo estabelecido.

Em 05 de agosto de 2024 foi celebrado o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Financiamento nº 0410.351-27/2013 junto à Caixa Econômica Federal, com interveniência da Eletrobras, por meio do qual ficou acordado a suspensão do pagamento das parcelas do principal e dos juros remuneratórios do referido contrato, por seis meses, no período compreendido entre 06 de julho de 2024 e 06 de dezembro de 2024, inclusive, sem alteração do termo final do prazo de amortização e sem alteração da taxa de juros. As parcelas de juros remuneratórios do período de suspensão serão capitalizadas mensalmente ao saldo devedor a cada evento financeiro de vencimento.

Em janeiro de 2025, com o fim do período de 6 meses de *standstill*, foram retomados os pagamentos do serviço da dívida do Contrato de Financiamento nº 0410.351-27/2013.

c) Confissão de Dívida

Em 30 de outubro de 2019, foi celebrado pela ELETRONUCLEAR e por Furnas Centrais Elétricas S.A. o Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças – 001/2019, por meio do qual as duas partes reconhecem a existência de créditos pendentes uma com a outra, que após compensação dos valores somam um crédito líquido em favor de Furnas no montante de R\$ 122.560, atualizado à data de 31 de dezembro de 2012. Este montante devido pela ELETRONUCLEAR, atualizado em 31 de dezembro 2018, totalizava R\$ 246.142.

Desta forma, conforme as condições firmadas pelas duas partes no Instrumento firmado, a ELETRONUCLEAR obriga-se a pagar o saldo atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), da dívida reconhecida em 96 (noventa e seis) parcelas iguais e sucessivas, pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), contados a partir da expiração dos 24 (vinte e quatro) meses de carência do principal, que possui início a partir do mês subsequente à assinatura do referido Instrumento de Confissão de Dívida.

A partir da assinatura do referido contrato, sobre o saldo devedor atualizado mensalmente pelo IPCA, incidem taxa de juros nominal de 7,83% a.a. e uma taxa de administração de 0,5% a.a., ambos calculados *pro rata temporis*.

Em novembro de 2021, teve início a amortização do principal do Instrumento Particular de Confissão de Dívida firmado com Furnas, que está sendo realizado mensalmente pela Companhia.

d) Projetos Prioritários

Em maio de 2024 a ELETRONUCLEAR elaborou e encaminhou para o mercado um *Request for Proposal (RfP)* no qual foram contextualizados os projetos prioritários da companhia, as obrigações financeiras previstas para o ano de 2024 para os referidos projetos e um sumário dos termos e condições indicativas almejadas para o financiamento de parte dos recursos necessários para estas obrigações estimadas para o exercício de 2024.

Com um curto prazo de vencimento, em dezembro de 2025, aproximadamente 18 meses, a companhia considerou a possibilidade de obter um custo aceitável de financiamento sem a necessidade de apresentação de garantias firmes, ou seja, sem garantia por meio de recebíveis ou mesmo por aval de seus acionistas.

Após análise das condições e termos propostos pelas instituições financeiras, foram recebidas duas propostas sem apresentação de garantias (*clean*). As propostas foram enviadas pelo Banco ABC e pelo Banco BTG Pactual, ambas utilizando como instrumento de dívida a emissão de Nota Comercial Privada, sendo R\$ 300 milhões pelo BTG Pactual e R\$ 150 milhões com o Banco ABC, totalizando um valor de R\$ 450 milhões de captação.

Conforme as propostas enviadas, os juros seriam calculados a uma taxa de CDI + 3,35% a.a. tendo o pagamento de juros e amortização na forma *bullet* com liquidação final em dezembro de 2025. Seria cobrado ainda um *fee* de 1% *upfront* referente à Comissão de Estruturação. O custo *All In* de ambas as propostas foi de CDI + 4% a.a.

Após aprovações nas instâncias de governança da ELETRONUCLEAR, Diretoria Executiva e Conselho de Administração, foram assinados em 26 de junho de 2024 o Termo da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais em Série Única para Colocação Privada da ELETRONUCLEAR S.A. tendo a ELETRONUCLEAR como emitente e o Banco ABC como credor e o Termo da 2ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, da Espécie Quilografária, de Distribuição Privada, da ELETRONUCLEAR S.A. tendo a ELETRONUCLEAR como emissora e o Banco BTG Pactual como credora.

Em 27 de junho de 2024, os recursos foram liberados pelos bancos, sendo o montante de R\$ 150 milhões pelo Banco ABC e, na mesma data, o montante de R\$ 300 milhões pelo BTG Pactual, deduzidos dos devidos custos das operações.

20.1. Movimentação dos empréstimos e financiamentos.

A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2023	6.793.071
Captação	842.494
Juros, encargos, variações monetárias incorridos	597.145
Juros pagos	(271.712)
Amortização do principal	(273.783)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	7.687.215
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2022	7.132.618
Captação	1.652
Juros, encargos, variações monetárias incorridos	520.213
Juros pagos	(480.914)
Amortização do principal	(380.498)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	6.793.071

Segue abaixo o fluxo de vencimento do saldo de empréstimos e financiamentos registrados em 31 de dezembro de 2024:

	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
ENBPar - Mútuo	7.937	25.117	28.560	32.584	325.812	420.010
ENBPar - RGR	62.620	56.351	32.360	29.933	269.888	451.152
FURNAS	44.797	44.797	44.797	44.798	37.331	216.520
BNDES	194.190	198.326	213.507	229.861	2.378.405	3.214.289
CEF	147.382	143.700	153.324	163.592	2.218.479	2.826.477
SANTANDER	26.342	24.699	24.698	-	-	75.739
ABC	161.010	-	-	-	-	161.010
BTG	322.019	-	-	-	-	322.019
Total	966.297	492.990	497.246	500.768	5.229.915	7.687.216

20.2. Obrigações Assumidas – Covenants

A ELETRONUCLEAR possui *covenants* em alguns de seus contratos de empréstimos e financiamentos. Os principais *covenants* a cumprir são: apresentar demonstrações financeiras auditadas; apresentar trimestralmente Relatório Gerencial sobre a evolução física e financeira do Projeto; cumprir as “Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES”; permitir ampla inspeção das obras do projeto por parte de representantes do BNDES; enviar quadrimestralmente à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) posição dos créditos empenhados no Contrato de Contragarantia junto à União; no caso do Contrato de Confissão de Dívida com Furnas, que foi incorporada pela Eletrobras, emissão de Nota Promissória no ato da assinatura e a cada dois anos, ao final do exercício, com posição em 31 de dezembro.

A Companhia não identificou a ocorrência de evento de descumprimento de tais *covenants* em 2024.

Prática contábil

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação diretamente atribuíveis, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Quando os seus termos contratuais são modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletem o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecido como ganho ou perda no resultado do exercício. Quando tal modificação é substancial, o financiamento original é baixado e um novo passivo financeiro é reconhecido, com impacto no resultado do exercício.

NOTA 21. TRIBUTOS A RECOLHER

Os saldos atuais dessa rubrica podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante		
IR - Encargos Dívida	765	-
ISS sobre importação e outros	3.186	4.411
ICMS	4.154	499
COSIRF	62.084	39.241
Outros tributos retidos na fonte	35	32
INSS	3.405	6.581
PASEP e COFINS	0	21.798
PASEP e COFINS - Diferidos	3.347	3.347
FGTS	6.081	7.110
CIDE s/serviços no exterior	7.384	11.399
Recolhimento Impostos e Taxas	2	2
Total	90.443	94.420

NOTA 22. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

Os saldos atuais dessa rubrica podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
			Reapresentado (nota 4.6)
Passivo Circulante			
Provisão IR e CSLL sobre lucro Real	133.559	231.974	-
Provisão e gratificação de férias	64.406	64.364	57.508
Encargos sociais sobre provisões de férias	32.208	31.865	27.699
Encargos sobre honorários	-	-	151
Total	230.173	328.203	85.358

NOTA 23. ENCARGOS SETORIAIS

Os saldos atuais dessa rubrica podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo Circulante		
Quota RGR	137.992	90.858
Taxa de Fiscalização Aneel	819	829
Total	138.811	91.687

Prática contábil

Os encargos setoriais são reconhecidos como obrigações a recolher, derivadas dos encargos estabelecidos em lei e são registrados na rubrica de passivo circulante de acordo com a competência.

NOTA 24. PROVISÃO PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é parte envolvida em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e tributária, que se encontram em vários estágios de julgamento.

24.1. Provisões

A Companhia constitui provisão para contingências em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

	31/12/2024	31/12/2023
Não Circulante		
Ambientais	3.532	3.344
Cíveis	10.891	10.694
Trabalhistas	178.971	200.553
Tributárias	502	489
Total	193.896	215.080

Estas contingências tiveram a seguinte evolução:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	215.080
Constituição de provisões	10.898
Reversão de provisões	(28.050)
Atualização Monetária	(4.032)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	193.896

Saldo em 31 de dezembro de 2022	202.669
Constituição de provisões	40.683
Reversão de provisões	(46.003)
Atualização Monetária	17.731
Saldo em 31 de dezembro de 2023	215.080

A movimentação de contingências está relacionada à revisão de estimativas em razão da evolução de decisões na fase de execução e liquidação dos processos judiciais, sem destaques relevantes em 2024 com relação às informações divulgadas no exercício de 2023.

24.2. Cauções e Depósitos Vinculados a Processos Prováveis

A rubrica de cauções e depósitos vinculados refere-se a valores vinculados a processos judiciais e administrativos de probabilidade provável, conforme relacionados a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	28	85
Trabalhistas	57.428	49.574
Tributárias	849	823
Total	58.305	50.482

24.3. Passivos Contingentes

Adicionalmente, a Companhia possui processos avaliados com perda possível nos seguintes montantes:

	31/12/2024	31/12/2023
Ambientais	55.075	359.657
Cíveis	318.845	290.151
Trabalhistas	360.846	772.393
Tributárias	3.221	3.308
Total	737.987	1.425.509

Dentre as ações de causas possíveis e prováveis e que apresentam valores avaliados com perda superiores a 1% da Receita Operacional Líquida em 2024, ou seja, acima de R\$ 42.308, destacam-se:

1. CIVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – Processo nº 0022780-32.2018.4.02.5101	
Instância / Juízo	1ª Instância – 10ª Vara Federal – RJ
Partes no processo	POLO ATIVO: Andrade Gutierrez Engenharia S.A. POLO PASSIVO: ELETRONUCLEAR S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 218.943
Objeto	Trata-se de ação declaratória e condenatória, para (i) reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e recomposição de prejuízos, impedindo-se o enriquecimento ilícito da ELETRONUCLEAR; (ii) revogação da decisão que declarou a nulidade do Contrato e seus aditamentos; (iii) reconhecimento de rescisão contratual por inadimplemento da ELETRONUCLEAR; (iv) cobrança dos serviços prestados pela AG e não pagos pela ELETRONUCLEAR. FASE ATUAL: Contestação apresentada pela ELETRONUCLEAR em 16 de maio de 2018. Réplica pela AG em 10 de agosto de 2018. Despacho do juiz determinando às partes que especifiquem as provas a serem produzidas. Em 07 de janeiro de 2020, o juiz proferiu despacho determinando a suspensão do processo até a decisão final da ação de ressarcimento proposta pela ELETRONUCLEAR em face da Andrade Gutierrez. Em 27 de janeiro 2020, a Andrade ofereceu embargos de declaração requerendo o acolhimento do seu recurso para que a ação movida pela ELETRONUCLEAR em face da AG seja suspensa alegando que a ação que move contra a ELETRONUCLEAR é prejudicial àquele. Em 17 de dezembro 2020: Despacho Saneador. Determinação de prova pericial. Iniciada a fase pericial. Em 22 de dezembro 2022, foi juntada petição da Caixa Econômica Federal informando que fez a transferência de valores referentes aos honorários periciais da Swot Global Consulting, determinada pelo juízo em despacho do dia 14 de dezembro 2022. O processo se encontra em fase de produção de provas. Há prova pericial de contabilidade/engenharia em curso, sob a responsabilidade da empresa Swot Global Consulting, que entregou o laudo pericial em 21 de julho 2023. Em 21 de julho 2023, as partes apresentaram quesitos suplementares. Em 31 de agosto de 2023: Concedido o prazo de 60 dias úteis às partes para manifestação sobre o laudo pericial. Em 21 de fevereiro de 2024 houve a impugnação do laudo pericial pela ELETRONUCLEAR. Determinado o refazimento da perícia, em 12 de fevereiro de 2025 houve nova impugnação pela ETN.
Expectativa de perda	Possível



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



2. TRABALHISTA – AÇÃO COLETIVA – Processo nº 0064500-25.1989.5.01.0029	
Instância / Juízo	1ª instância – 29ª VARA DO TRABALHO de Rio de Janeiro
Partes no processo	POLO ATIVO: Sindicato dos Engenheiros do Estado do RJ (SENGE) POLO PASSIVO: ELETRONUCLEAR S.A
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 339.074
Principais fatos	OBJETO: URP/1989 – Plano Econômico. A controvérsia principal do processo reside na interpretação da coisa julgada que delimitou o pagamento do índice da URP apenas do mês de fevereiro de 1989. Contudo, em fase de liquidação a outra parte alegou que deve ser aplicado o índice de 26,05% mês a mês até sua incorporação na remuneração dos substituídos ou até sua demissão. Há possibilidade de ter decisão judicial homologando o valor histórico de R\$ 359.671, calculado pelo perito judicial em 2014. Ressalte-se que a Advocacia Geral da União (AGU) ingressou nos autos. A AGU tem tese jurídica que se alinha à defesa da ELETRONUCLEAR, ao explicitar que: [1] a decisão em fase de liquidação/ execução que estabelece direito à incorporação da URP/1989 na remuneração dos substituídos ofende a decisão já transitada em julgado; [2] o valor exigido com base na decisão transitada em julgado, ou seja, o pagamento da URP relativa apenas ao mês de fevereiro de 1989, já foi adimplido, por conta da existência de Acordo Coletivo pactuado em 1989, entre as partes da presente ação judicial, cujo conteúdo trata especificadamente da quitação da URP/1989. No momento há laudo emitido pelo perito do Juízo. Em 30 de novembro de 2022, a juíza determinou a renovação da intimação do perito para se manifestar sobre os cálculos da liquidação, visando prolação de decisão de embargos à execução e impugnação à sentença de liquidação opostos anteriormente.
	Em 24 de novembro de 2017 foi publicada decisão judicial para as partes se manifestarem em relação ao laudo pericial que respondeu os quesitos apresentados pela Companhia. Nesse laudo o Perito do Juízo, por amostragem, destacou que os valores indicados no acordo coletivo específico da URP de fevereiro de 1989 foram pagos. A última decisão publicada em diário oficial é a do dia 16 de março de 2018, destinada à parte autora (SENGE) para que oferte manifestação em relação a petição apresentada pela parte Ré. Há outros andamentos processuais que constam no sítio eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, são eles: [1] autos enviados à contadoria da Vara; [2] homologada a liquidação; [3] petição da União Federal; [4] petição do Sengen com impugnação aos cálculos, todos atos processuais aos quais a Companhia ainda não foi intimada para tomar ciência. Em 29 de janeiro de 2019 foi publicada decisão para a Companhia pagar o débito ou ofertar defesa, o que inaugurou a fase de execução do processo. De toda forma, na decisão a Companhia foi isentada de ofertar bens à penhora para ajuizar eventual defesa. Em 19 de julho de 2019 foi publicada decisão para a Companhia pagar honorários do perito do Juízo, o que já foi realizado. Em 04 de dezembro 2019 foram opostos embargos de declaração pela ELETRONUCLEAR. Em 19 de agosto de 2021, houve a migração para o processo eletrônico, com a intimação da ELETRONUCLEAR para juntar as principais peças dos autos físicos que totalizam 48 volumes. Após, foram julgados e rejeitados os declaratórios da Companhia (opostos em 2019). Na sequência, a ELETRONUCLEAR interpôs embargos à execução, ainda pendentes de julgamento.
	Em 17 de março de 2023 publicado despacho: “Trata-se de processo gigantesco, com 48 volumes físicos, que corre há mais de 30 anos e de alto valor em execução. Nesse sentir, converto em diligência o julgamento dos embargos à execução opostos, para determinar à executada-embargante que junte aos autos cópias do Acordo Coletivo indicado, bem como das peças em que o sindicato-exequente deu quitação pelos débitos do presente processo. Prazo de 15 dias. Uma vez apresentados os documentos, notifique-se o sindicato-exequente para manifestações em 15 dias, valendo o silêncio como quitação geral e irrestrita pelo objeto do presente processo. Após o prazo, notifique-se a UNIÃO FEDERAL – AGU, Assistente Simples no processo, para manifestações em 15 dias.
	Em 12 de abril de 2023, a ELETRONUCLEAR apresenta petição arguindo comprovação do pagamento das diferenças salariais reclamadas e requer a extinção da execução. Aguarda o transcurso do prazo para manifestação do SENGE e da UNIÃO e, após, a decisão sobre embargos à execução.
	Em 17 de abril de 2023: petição do SENGE. Rejeita alegação da ELETRONUCLEAR acerca da existência de “termo de acordo com força de transação” perante as classes obreiras, matéria alegadamente preclusa em sede de conhecimento e, por via de consequência, afasta o suposto pagamento das diferenças salariais com base na URP/1989.
	Em 17 de maio de 2023: petição da ELETRONUCLEAR. Reitera os termos do Acordo Coletivo 1989/1990. Indica os indexadores das peças processuais de interesse acostadas aos e-autos. Arola as entidades sindicais subscritoras do acordo e reafirma a participação da SENGE na sua negociação e chancela.
	Em 12 de junho de 2023: manifestação da UNIÃO. Ratifica in totum os termos da petição anterior. Requer a extinção da execução, uma vez reconhecida a inexistibilidade do título pelo cumprimento da obrigação.
	Em 05 de julho de 2023: manifestação do SENGE. Acosta cópia da decisão que reconhece a preclusão da prova do acordo, visto a ausência de provocação do juízo a tempo e modo, operando a coisa julgada.
	Em 21 de fevereiro de 2024, decisão em embargos à execução - reconhecimento da alteração de índices aplicados para a atualização do débito trabalhista. Em fevereiro de 2025: sem alterações.
	Expectativa de perda Possível

3. CIVEL – Processo nº 0900078-24.2024.8.19.0001	
Instância	1ª instância – 41ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro
Partes	Autor: CONSORCIO AGIS - FERREIRA GUEDES - MATRICIAL – ADTRANZ Réu: ELETRONUCLEAR S.A.
Valores	R\$ 100.603
Resumo da Ação	Trata-se de ação ordinária movida pelo O Consórcio Agis, objetivando (i) a suspensão, e subsequente anulação, das decisões proferidas pela ETN nos Processos Administrativos nº DGC.A-0005/23 (“PA 5/23”) e DGC.A-0007/24 (“PA 7/24”), (ii) a declaração judicial de rescisão (por culpa da ETN) do contrato celebrado entre as Partes, e, enfim, (iii) a devida indenização pelo prejuízo por ele sofrido até (e mesmo após) a rescisão unilateral do Contrato pela ETN. Em fevereiro de 2025, o Consórcio alterou o valor do pedido de R\$ 43.000 para R\$ 100.603. O valor ajustado constará do próximo relatório.
	Expectativa de perda Possível

Incidente Operacional na Usina Nuclear de Angra 1

Cuida-se Ação Civil Pública (5000400-21.2023.4.02.5111) ajuizada pelo Ministério Público Federal em face de ELETRONUCLEAR S.A em razão de incidente ocorrido em 16 de setembro de 2022, decorrente de procedimento de manutenção na Usina Angra I, objetivando, em síntese: (i) a adoção de medidas de restauração ambiental na área afetada pelo vazamento; (ii) a transparência e a divulgação de informações precisas sobre o vazamento e seus impactos na saúde humana e no meio ambiente; (iii) a abstenção de atividades que possam agravar a contaminação do meio ambiente na área afetada pelo vazamento; (iv) a compensação do dano ambiental decorrente do acidente nuclear; e (v) indenização dos danos coletivos causados ao meio ambiente e a terceiros que possam ter sido afetados pelo acidente nuclear.

Foi proferida decisão concedendo parcialmente a tutela de urgência requerida para determinar que a ré cumpra determinadas obrigações de fazer e não fazer. A ELETRONUCLEAR interpôs agravo de instrumento contra a decisão que ordenou a divulgação pública de informações objetivas sobre o acidente e as medidas adotadas para remediar os danos em mídias de circulação nacional. Foi concedida medida liminar em favor da ELETRONUCLEAR determinando a suspensão da eficácia da decisão. Os autos deste Agravo encontram-se conclusos para julgamento desde 11 de julho de 2023.

A defesa da ELETRONUCLEAR será apresentada somente após a realização de audiência de conciliação. Foram realizadas audiências nos dias 12 de junho de 2023, 24 de agosto de 2023, 28 de novembro de 2023, 21 de março de 2024, 22 de agosto de 2024 e 12 de dezembro de 2024. A próxima audiência será agendada.

FASE ATUAL:

Em fase de audiência de conciliação.

A avaliação inicial da expectativa de perda da Ação Pública Civil (ACP) pela Companhia se mantém em uma Perda Possível. Após a primeira decisão de mérito, poderá haver a revisão da classificação de risco, a depender do seu teor.

Embargo da Obra de Angra 3

Em 19 de abril de 2023, a ELETRONUCLEAR teve as obras de Angra 3 embargadas sob a alegação de tê-las executado em “desacordo com o projeto aprovado, licença para construir ou as prescrições do Código de Obras e das demais leis urbanísticas” (art. 94, inciso II da Lei Municipal de Angra dos Reis nº 2087/09).

Pelo ato de embargo, não foi possível à ELETRONUCLEAR identificar/analisar/remediar as irregularidades apontadas, em virtude da absoluta ausência de informações que dessem suporte à paralisação – como, por exemplo, o processo administrativo correspondente, a motivação, os elementos probatórios e a indicação da área construída em desacordo com o projeto –, o que motivou a apresentação de defesa administrativa junto à Prefeitura. Após várias exigências do Instituto Municipal Ambiental de Angra dos Reis (IMAAR), a área de engenharia nos informou que toda a documentação faltante já foi entregue e que não haveria pendências do ponto de vista administrativo.

Em paralelo, a Companhia impetrou mandado de segurança (0803859-74.2023.8.19.0003), em curso na 2ª Vara Cível de Angra dos Reis, no qual se insurgiu não somente contra o embargo da obra, mas também contra a omissão administrativa no tocante à renovação da licença de construção – cujo pedido havia sido feito com mais de 05 (cinco) meses de antecedência do término de sua validade.

Em sede do mandado de segurança, a liminar foi concedida para: (a) sustar os efeitos do embargo, até decisão de mérito do mandado de segurança, e (b) para prorrogar os efeitos da licença anterior até a decisão pela Prefeitura sobre o novo pedido, a ser proferida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da ciência oficial da concessão da liminar.

Após a apresentação da defesa pela Prefeitura e juntada de documentos, a liminar foi revogada sob o fundamento de não se tratar de renovação de licença, como afirmado pela ELETRONUCLEAR, mas sim de pedido de nova licença – o que, de fato, se comprovou posteriormente em razão de pequena alteração no projeto. Foram interpostos embargos de declaração, não providos, e Agravo de Instrumento. O Agravo de Instrumento perdeu o objeto em virtude da sua superveniência da decisão de mérito.

Sobreveio sentença de mérito denegando a segurança, de modo que a obra segue embargada.

Apelação interposta pela ELETRONUCLEAR. Contrarrazões pelo Município.

Em sede de tutela antecipada recursal, o relator concedeu tutela provisória de urgência, “para suspender os efeitos do Auto de Embargo nº 141129, prorrogando os efeitos do Alvará de Licença anterior, até que haja decisão definitiva acerca do requerimento administrativo realizado pelo Requerente, ou, até o julgamento do recurso de apelação por esta Corte”, decisão que se mantém válida.

A apelação foi parcialmente provida para (i) determinar que o processo administrativo seja decidido em 90 dias; (ii) impedir o embargo da obra nesse período. O processo supracitado tem prognóstico de êxito possível. Não houve a interposição de recurso pelo Município de Angra dos Reis e o processo transitou em julgado, em 30 de janeiro de 2025, com decisão favorável à ETN.

Prática contábil

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

As provisões para contingências judiciais são reconhecidas quando contingência representa uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

NOTA 25. INCENTIVO DE DESLIGAMENTO DE PESSOAL

Em 21 de novembro de 2024, como parte de uma estratégia para a adequação de seus gastos com "Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMO)" aos valores regulatórios estabelecidos em sua "Receita Fixa" das Usinas de Angra 1 e 2, a Companhia lançou um Programa de Desligamento Voluntário (PDV), estabelecendo o prazo de adesões voluntárias, de seus empregados elegíveis, entre as datas de 25 de novembro de 2024 a 30 de dezembro de 2024. A adesão ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV) 2024 é voluntária e espontânea, por iniciativa e decisão do empregado. As adesões dos empregados ao PDV-2024 somente poderão ser consideradas efetivas após a avaliação, análise e aceite pela ELETRONUCLEAR. O aceite da ELETRONUCLEAR se dará por meio do enquadramento do empregado em grupos de desligamento com a adoção de critérios próprios. Os desligamentos ocorrerão em grupos de saídas com datas definidas ao longo de 2025, tendo como início das saídas do primeiro grupo a data de 31 de janeiro de 2025 e o último grupo a ocorrer em 30 de dezembro de 2025. Os empregados que se desligarem voluntariamente por meio do PDV-2024 farão jus ao recebimento das parcelas A, B e C, sendo a parcela C condicionada ao cumprimento das obrigações pelos empregados e estabelecidas e divulgadas nos termos da adesão, conforme disposto quadro abaixo:

Parcelas	Descrição	Característica
A	Equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios	Cálculo da Multa do FGTS semelhante à rescisão sem justa causa
B	Equivalente a 100% do Aviso Prévio para fins rescisórios	Cálculo do Aviso Prévio semelhante à rescisão sem justa causa
C	Incentivo Financeiro	30% do Montante referente ao somatório dos valores equivalentes a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios e 100% do Aviso Prévio para fins rescisórios: 30% * (A + B) Obs: Cálculo do incentivo financeiro levará em conta o piso e teto definidos pelo Programa.
Incentivo mínimo (A + B + C)		R\$ 50.000,00
Incentivo máximo (A + B + C)		R\$ 1.000.000,00

Ao final do prazo das adesões, o PDV totalizou a inscrição de 138 empregados, com a estimativa total de desembolso prevista em R\$ 56.099, e que de acordo com o cronograma de desligamentos estão previstos conforme a seguir:

Cronograma de desligamento			
Data saída		Qtde empregados	Desembolso
31/01/2025		41	13.269
31/03/2025		12	5.178
30/06/2025		19	10.207
30/09/2025		10	2.896
30/12/2025		56	24.549
Total		138	56.099
		31/12/2024	31/12/2023
Circulante		31.550	-
Não Circulante		24.549	-
Total		56.099	-

NOTA 26. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A ELETRONUCLEAR patrocina planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e outros benefícios. Esses benefícios são classificados como Benefícios Definidos (BD) e de Contribuição Definida (CD).

A ELETRONUCLEAR é uma das patrocinadoras da Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social e do Núcleos – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

O plano de benefício previdenciário normalmente expõe a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

- Risco de investimento: O valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em renda fixa e variável considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução 4.661/18 do Conselho Monetário Nacional e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.
- Risco de taxa de juros: A variação da taxa de desconto influencia o valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário. A redução da taxa de desconto aumenta o valor presente da obrigação registrado no passivo da Companhia; enquanto o aumento da taxa gera o inverso.
- Risco de longevidade: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes aumentará o passivo do plano; e
- Risco de salário: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes aumentará o passivo do plano.

Critério de Rateio dos Ativos Financeiros dos planos previdenciários mantidos

Historicamente, o rateio dos ativos financeiros dos planos previdenciários foi realizado com base na proporcionalidade das contribuições efetuadas pelas patrocinadoras, conforme evidenciado nos balancetes consolidados. Entretanto, considerando o processo de cisão do plano administrado pela Fundação Real Grandeza iniciado em 2024, a metodologia de alocação dos ativos foi alterada para refletir a proporção das reservas matemáticas, que representam a estimativa dos passivos atuariais mensurados com base nas premissas específicas do referido plano. Essa alteração visa alinhar a estrutura de custeio dos ativos aos compromissos financeiros e atuariais do plano, proporcionando maior aderência à realidade econômica e à transparência das informações contábeis.

Reconhecimentos os efeitos da alteração do critério de rateio

Em decorrência da alteração do critério de rateio, foi evidenciada uma perda financeira no plano administrado pela Fundação Real Grandeza da ordem de R\$ 606.140. Tal perda decorre da realocação com base na nova metodologia – ou seja, segundo a proporção das reservas matemáticas – que demonstra valores inferiores aos ativos financeiros anteriormente atribuídos pelo critério de proporcionalidade de contribuições.

À luz das disposições do CPC 33 (R1), a ELETRONUCLEAR evidencia que as variações oriundas de alteração de premissas, ajustes de experiência ou revisão do valor justo dos ativos classificam-se como remensurações, devendo ser reconhecidas imediatamente em Outros Resultados Abrangentes (ORA), de forma a preservar a demonstração do resultado do exercício de impactos atuariais que não reflitam o custo corrente dos serviços ou os juros líquidos do passivo (ou ativo) de Benefício Definido (BD). Dessa forma, em obediência aos itens 135 a 152 do CPC 33 (R1), a Companhia mantém a divulgação das reconciliações entre os saldos inicial e final das obrigações e dos ativos, detalhando a natureza e o montante das perdas reconhecidas em 2024.

Adicionalmente, cumpre informar que tal mudança de critério está enquadrada na categoria de mudança de estimativa, conforme dispõe o CPC nº 23, sendo promovida para aprimorar a confiabilidade e a transparência das informações prestadas.

Por fim, a ELETRONUCLEAR reafirma seu compromisso com a observância das normas contábeis e atuariais, bem como a continuidade das revisões periódicas de premissas e critérios de avaliação, em atendimento ao disposto no CPC 33 (R1) e normas correlatas. Essa postura assegura a adequada representação da posição patrimonial e financeira dos planos de Benefício Definido e a consonância com os princípios de relevância, fidedignidade e transparência impostos pela regulamentação contábil vigente.

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos com os valores registrados no balanço patrimonial para os benefícios previdenciários e para os demais benefícios pós-emprego. A seguir estão apresentados os resultados das obrigações com benefícios pós-emprego da Companhia.

Obrigações de benefício pós-emprego – valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	31/12/2024	31/12/2023
Contrato de pactuação obrigação financeira	77.961	951
Provisão atuarial	103.121	377.880
Total das obrigações de benefício pós emprego	181.082	378.831
Circulante	2.119	951
Não Circulante	178.963	377.880
	181.082	378.831

a) Conciliação dos passivos dos planos de previdência e outros benefícios

Planos de benefícios definidos previdenciários – Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

a.1) Real Grandeza:

	31/12/2024	31/12/2023
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	1.765.097	2.243.656
Valor justo dos ativos do plano	(2.113.282)	(3.031.786)
Teto do ativo	348.185	788.130
Passivo/(Ativo) líquido	-	-
Custo de serviço corrente líquido	12.440	3.833
Custo de juros líquidos	(15.762)	(73.499)
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	(3.322)	(69.666)

a.2) Núcleos

	31/12/2024	31/12/2023
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	1.990.964	2.275.584
Valor justo dos ativos do plano	(1.914.923)	(1.940.634)
Teto do ativo	-	-
Passivo/(Ativo) líquido	76.041	334.950
Custo de serviço corrente líquido	5.899	8.136
Custo de juros líquidos	32.980	-
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	38.879	8.136

Outros benefícios pós-emprego – Valores reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício:

a.3) Saúde:

	31/12/2024	31/12/2023
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	27.080	42.931
Passivo/(Ativo) líquido	27.080	42.931
Custo de serviço corrente líquido	-	-
Custo de juros líquidos	3.914	2.770
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	3.914	2.770

b) Divulgação de Benefícios Definidos Previdenciários

Resultados de benefícios definidos previdenciários – conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido.

b.1) Real Grandeza:

	31/12/2024	31/12/2023
Valor das obrigações atuariais no início do ano	2.243.656	1.941.491
Custo de serviço corrente	12.440	3.833
Juros sobre a obrigação atuarial	207.763	221.397
Benefícios pagos no ano	(159.020)	(155.437)
Contribuições Normais do Participante	3.517	3.365
(Ganhos) Perdas sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	(543.259)	229.008
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	1.765.097	2.243.656

b.2) Núcleos:

	31/12/2024	31/12/2023
Valor das obrigações atuariais no início do ano	2.275.584	2.064.328
Custo de serviço corrente	5.899	8.136
Juros sobre a obrigação atuarial	214.677	232.539
Benefícios pagos no ano	(107.333)	(95.920)
Contribuições Normais do Participante	20.868	19.158
(Ganhos) Perdas sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	(418.731)	86.430
Reclassificação entre passivo e resultado abrangente ano anterior	-	(39.086)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	1.990.964	2.275.584

Planos de benefícios definidos previdenciários – conciliação do valor justo dos ativos:

b.3) Real Grandeza:

	31/12/2024	31/12/2023
Valor justo dos ativos no início do ano	3.031.786	2.561.747
Benefícios pagos durante o exercício	(159.020)	(155.437)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	3.516	3.365
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	3.523	3.365
Rendimento esperado dos ativos no ano	284.990	295.551
Ganho (Perda) sobre os ativos do plano (excluindo as receitas de juros)	(1.064.753)	323.195
Ajuste valor justo do ativo do ano anterior	13.240	-
Valor justo dos ativos ao final do ano	2.113.282	3.031.786

b.4) Núcleos:

	31/12/2024	31/12/2023
Valor justo dos ativos no início do ano	1.940.634	1.756.248
Benefícios pagos durante o exercício	(107.333)	(95.920)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	20.868	19.158
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	29.504	23.153
Rendimento esperado dos ativos no ano	181.697	203.703
Ganho (Perda) sobre os ativos do plano (excluindo as receitas de juros)	(123.122)	34.292
Ajuste valor justo do ativo do ano anterior	(27.325)	-
Valor justo dos ativos ao final do ano	1.914.923	1.940.634



Resultados de benefícios definidos previdenciários – Montantes reconhecidos no resultado:

	31/12/2024	31/12/2023
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos no resultado do exercício - Real Grandeza	(870)	(8.398)
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos no resultado do exercício - Núcleos	(35.612)	(40.583)
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos no resultado do exercício - Saúde	(1.279)	(21.905)
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos no resultado do exercício - PAE	-	(8.502)
	<u>(37.761)</u>	<u>(79.388)</u>

Resultados de benefícios definidos previdenciários – Montantes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:

	31/12/2024	31/12/2023
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício - Real Grandeza	(6.845)	(186)
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício - Núcleos	295.609	(13.051)
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício - Saúde	17.130	2.818
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício - PAE	-	9.028
Encargos e Var. Monetária Pactuação Obrigação Financeira com Real Grandeza	(7.095)	(381)
PED - Plano de equacionamento de déficit	(75.641)	-
Reclassificação entre passivo e resultado abrangente ano anterior	<u>(27.326)</u>	<u>-</u>
	<u>195.832</u>	<u>(1.772)</u>

c) Divulgação de Outros Benefícios Pós-Emprego

Resultados de outros benefícios pós-emprego – conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido

c.1) Saúde:

	31/12/2024	31/12/2023
Valor das obrigações atuariais no início do ano	42.931	23.844
Juros sobre a obrigação atuarial	3.914	2.770
Benefícios pagos no ano	(2.635)	(2.502)
(Ganhos) Perdas sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	<u>(17.130)</u>	<u>18.819</u>
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	<u>27.080</u>	<u>42.931</u>

c.2) PAE:

	31/12/2024	31/12/2023
Valor das obrigações atuariais no início do ano	-	526
(Ganhos) Perdas sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	<u>-</u>	<u>(526)</u>

d) Hipóteses atuariais e econômicas

As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

Hipóteses Econômicas		
Fundação Real Grandeza		
	2024	2023
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	7,67%	5,38%
Projeção de aumento médio dos salários	2,00%	5,38%
Taxa média de inflação anual	4,96%	4,00%
Núcleos		
	2024	2023
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	7,40%	5,47%
Projeção de aumento médio dos salários	1,80%	1,80%
Taxa média de inflação anual	4,96%	4,00%

Hipóteses Demográficas		
Fundação Real Grandeza		
	2024	2023
Taxa de rotatividade	Nula	Nula
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	RP-2000 Geracional com Escala MP	RP-2000 Geracional com Escala MP
Tábua de mortalidade de inválidos	PUB 2010 MI Segregada por sexo	RP-2000 Disabled por sexo
Tábua de invalidez	Álvaro Vindas, Suavizada em 50%	Álvaro Vindas, Suavizada em 50%
Núcleos		
	2024	2023
Taxa de rotatividade	Experiência Núcleos 2021	Experiência Núcleos 2021
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT 2000 Segregada por Sexo e Suavizada em 10% MI 2006 Segregada por Sexo e Suavizada em 10%	AT 2000 Segregada por Sexo e Suavizada em 10% MI 2006 Segregada por Sexo e Suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos		
Tábua de invalidez	TASA 1927	TASA 1927

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano Real Grandeza foi negativo em R\$ 1.064.753 em 31 de dezembro de 2024 (ganho de R\$ 323.196 em 31 de dezembro de 2023) e do plano Núcleos foi negativo em R\$ 123.122 em 31 de dezembro de 2024 (ganho de R\$ 34.293 em 31 de dezembro de 2023).

e) Fluxo de pagamentos de benefícios esperado para os próximos anos:

	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Real Grandeza	150.454	151.055	140.341	131.565	1.191.682	1.765.097
Em 31 de dezembro de 2024						
	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Núcleos	138.364	124.663	119.102	114.671	1.494.164	1.990.964
Em 31 de dezembro de 2024						
	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Saúde	1.990	1.883	1.832	1.791	19.584	27.080
Em 31 de dezembro de 2024						

f) Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos

f.1) Real Grandeza:

	31/12/2024	31/12/2023
Categoria de Ativo		
Valores Disponíveis Imediatos	65	64
Realizáveis	26.414	31.066
Investimentos em Renda Fixa, Variável, Estruturados	2.070.309	2.937.814
Investimentos Imobiliários	43.058	78.614
Empréstimos e Financiamentos	8.430	18.712
Crédito Privado	11.195	12.821
Depósitos Judiciais	357	465
Precatórios a receber	-	19.993
Ativo Líquido Total	2.159.828	3.099.549
(-) Exigíveis Operacionais	(4.887)	(7.328)
(-) Exigíveis Contingenciais	(11.380)	(17.189)
(-) Fundos Administrativos	(12.064)	(15.148)
(-) Fundo para garantia de operações com participantes	(18.215)	(28.098)
Total dos ativos	<u>2.113.282</u>	<u>3.031.786</u>

f.2) Núcleos:

	31/12/2024	31/12/2023
Categoria de Ativo		
Valores Disponíveis Imediatos	39	11
Realizáveis	232.240	63.792
Investimentos em Renda Fixa, Variável, Estruturados	1.862.075	1.665.482
Investimentos Imobiliários	25.017	23.546
Empréstimos e Financiamentos	10.463	8.102
Depósitos Judiciais	25	-
Crédito Privado	24.743	181.682
Recursos a receber - Precatórios	-	18.946
Parcela CD	-	(59)
Ativo Líquido Total	2.154.602	1.961.502
(-) Contribuições Contratadas	(216.246)	-
(-) Exigíveis Operacionais	(8.431)	(7.771)
(-) Exigíveis Contingenciais	(1.058)	(922)
(-) Fundos Administrativos	(10.755)	(9.596)
(-) Fundo para garantia de operações com participantes	(3.189)	(2.579)
Total dos ativos	<u>1.914.923</u>	<u>1.940.634</u>

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos de investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

g) Efeitos da variação percentual nas premissas atuariais significativas

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto, aumento salarial, aumento nos custos médicos e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças, razoavelmente, possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Plano de Benefício Definido Real Grandeza

- Se a taxa de desconto nominal variasse + 1 p.p. (- 1 p.p.), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 185.783 (aumento de R\$ 212.456).
- Se o crescimento salarial variasse + 1 p.p. (- 1 p.p.), a obrigação de benefício definido teria aumento de R\$ 37.311 (redução de R\$ 37.311).

Plano de Benefício Definido Núcleos

- Se a taxa de desconto nominal variasse + 1 p.p. (- 1 p.p.),a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 224.484 (aumento de R\$ 237.701).
- Se o crescimento salarial variasse + 1 p.p. (- 1 p.p.), a obrigação de benefício definido teria aumento de R\$ 110.569 (redução de R\$ 108.437).

Plano de Saúde

- Se a taxa de desconto nominal variasse + 1 p.p. (- 1 p.p.), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 2.396 (aumento de R\$ 2.833).
- Se os custos médicos variassem + 1 p.p. (- 1 p.p.), a obrigação de benefício definido teria aumento de R\$ 2.918 (redução de R\$ 2.501).

h) Plano de Equacionamento de Déficit – PED

Em decorrência dos efeitos da pandemia do COVID-19 sobre as economias do Brasil e do mundo, o Núcleos- Instituto de Seguridade Social apresentou em 31 de dezembro de 2021 um resultado deficitário no Plano Básico de Benefício (PBB) o qual ensejou a elaboração de um Plano de Equacionamento do Déficit (PED).

O PED visa manter o equilíbrio entre o Ativo e o Passivo e efetuar o reequilíbrio atuarial do Plano Básico de Benefícios do Núcleos (PBB), tendo em vista que, no exercício de 2021, o limite permitido pelas Resolução CNPC nº 30/2018 e Instrução Previc nº 33/2020 foi ultrapassado em R\$ 289,3 milhões.

O equacionamento do Plano será efetuado através de contribuição extraordinária, sendo dividido da seguinte forma: 46,30% para as patrocinadoras e 53,70% para os participantes ativos, aposentados e pensionistas, conforme estudo elaborado pela empresa de atuária responsável pelo PBB, a Mirador.

Do total a ser equacionado, será de responsabilidade da ELETRONUCLEAR o montante de R\$ 61.728 (data base de 31 de dezembro 2021), a ser reconhecido por meio da formalização de um Contrato de Confissão de Dívida, e a ser celebrado entre a ELETRONUCLEAR e o Núcleos. A parcela a ser equacionada pela ELETRONUCLEAR, será atualizada financeiramente até o momento de início das parcelas do contrato, mediante a aplicação da taxa de juros e o índice de atualização monetária (INPC/IBGE), que serão definidos contratualmente.

Primeiramente, o PED foi aprovado pelo Conselho de Administração da ELETRONUCLEAR e da ENBPar e, em agosto de 2023 a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, por meio do ofício SEI nº 1264/2023/MGI, aprovou o PED seguindo as informações descritas na nota técnica SEI nº 101/2023/MGI.

O valor do equacionamento que cabe a ELETRONUCLEAR é ajustado pela taxa de juros do plano à época, ou seja, 5,23% a.a. + INPC mensal. O prazo de amortização do déficit é de 23 anos e 10 meses, inclusive para as patrocinadoras, sendo 13 pagamentos por ano. O valor de responsabilidade da ELETRONUCLEAR com base no último índice em 31.12.2023 é de R\$ 75.227.

Por deliberação do Conselho Deliberativo do Núcleos, foi implementado o Plano de Equacionamento de Déficit, com o início da cobrança das contribuições extraordinárias, junto aos participantes do plano, a partir da folha de pagamento de janeiro/2024.

Quanto a parte que cabe à patrocinadora ELETRONUCLEAR, o saldo foi atualizado para R\$ 75.641 com base no índice de janeiro de 2024, e o pagamento das parcelas começou a ser realizado a partir de fevereiro de 2024.

Saldo inicial em janeiro de 2024	75.641
Juros, encargos, variações monetárias incorridos	7.083
Juros pagos	(3.593)
Amortização do principal	(1.170)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	<u>77.961</u>

Prática contábil

Obrigações de aposentadoria

A Companhia patrocina planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a estes fundos de pensão, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições suplementares, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados aos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano. Já no plano de benefício definido o valor do benefício já está definido a partir de determinados parâmetros, tais como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar o compromisso assumido, suplementando o fundo caso este não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, com a aplicação do método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são decorrentes substancialmente de ajustes, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, e são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no período de ocorrência de uma alteração do plano.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de suplementar a contribuição efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo à medida em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros se torna disponível.

Outras obrigações pós-emprego

A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou à sua invalidez enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Benefícios de Rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o vínculo empregatício é encerrado antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de rescisão na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia não mais puder retirar a oferta desses benefícios; e (ii) quando a Companhia reconhecer custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25/IAS 37 e envolvam o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que, segundo se espera, aceitarão a oferta. Os benefícios devidos após 12 meses contados da data do encerramento do exercício são descontados a valor presente.

NOTA 27. OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS E RESSARCIMENTO EXCEDENTE S/ FUNDO DESCOMISSIONAMENTO

O descomissionamento de usinas nucleares refere-se à obrigação para desmobilização dos ativos dessas usinas para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica das mesmas.

Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos de descomissionamento referentes à desmontagem e à remoção do item e de restauração dos locais nos quais as instalações estão localizadas deve ser contabilizada como custo do empreendimento.

No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento, considera-se o custo total estimado para a desmobilização e o cronograma de desembolsos, descontado a uma taxa que represente o risco do passivo para descomissionamento.

Em setembro de 2024, a Companhia atualizou as estimativas de custos relacionadas com as atividades de descomissionamento. A provisão foi estimada a preços correntes e com base no fluxo de caixa projetado, utilizando uma taxa de desconto nominal média de 10,34% a.a., taxa formada pelo spread da NTN-B Principal na data de 30 de setembro de 2024, com *maturity* mais próxima da próxima data de início da atividade de cada rubrica, somado à inflação projetada, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A estimativa do custo para a realização do descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2 totaliza o montante de R\$ 7.559.141, sendo o ajuste a valor presente da obrigação para descomissionamento no montante de R\$ 4.824.761, perfazendo um reconhecimento da obrigação na data base de 30 de setembro de 2024 no montante de R\$ 2.734.380 (R\$ 2.899.790 em 31 de dezembro de 2023).

Para a posição de 31 de dezembro de 2024, foi realizada nova estimativa dos custos relacionados com as atividades de descomissionamento. Neste caso, foram considerados os custos estimados de descomissionamento tendo em vista a extensão de vida útil de Angra 1 e Angra 2 por mais 20 anos além do período inicial de operação de 40 anos. Desta forma, a Usina de Angra 1 teria sua operação até 2044 e a Usina de Angra 2 até 2062. Conforme estabelecido na revisão do Plano Preliminar de Descomissionamento aprovado pelo regulador CNEN em 2024 e contemplando o plano de descomissionamento conjunto protelado e os custos estimados para a desmobilização em conjunto das usinas da CNAEA.

Neste contexto, a provisão foi estimada a preços correntes e com base no fluxo de caixa projetado, utilizando uma taxa de desconto nominal média de 10,49% a.a., taxa formada pelo spread da NTN-B Principal na data de 30 de dezembro de 2024, com *maturity* mais próxima da próxima data de início da atividade de cada rubrica, somado à inflação projetada, medida pelo IPCA. O resultado da estimativa do custo para a realização do descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2 totaliza o montante de R\$ 7.843.777, sendo o ajuste a valor presente da obrigação para descomissionamento no montante de R\$ 7.180.911, perfazendo um reconhecimento da obrigação na data base de 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 662.866 (R\$ 2.899.790 em 31 de dezembro de 2023).

O quadro abaixo resume a posição dos valores correspondentes ao passivo total de desmobilização de ativos:

Usinas	31/12/2024		31/12/2023	
	Estimativa Total de Custo	Ajuste a Valor Presente	Estimativa a Valor Presente	Valor Presente
ANGRA 1	3.681.321	(3.245.857)	435.464	1.741.576
ANGRA 2	4.162.456	(3.935.054)	227.402	1.158.214
Total	<u>7.843.777</u>	<u>(7.180.911)</u>	<u>662.866</u>	<u>2.899.790</u>

27.1. Movimentação da obrigação para desmobilização de ativos a valor presente

O efeito líquido da movimentação da estimativa dos custos para desmobilização de ativos apresentado abaixo teve como contrapartida uma nova obrigação regulatória no valor total de R\$ 2.151.592, sendo somente a diferença no valor de R\$ 12.079 mil imediatamente reconhecida no resultado nos termos do ICPC 12 conforme nota 27.2:

Usinas	Movimentação da Obrigação para Desmobilização de Ativo a Valor Presente			
	Saldo 31/12/2023	Revisão da Estimativa	Saldo 31/12/2024	
		Estimativa Total de Custo	Ajuste a Valor Presente	
ANGRA 1	1.741.576	304.187	(1.610.298)	435.465
ANGRA 2	1.158.214	347.311	(1.278.124)	227.401
Total	<u>2.899.790</u>	<u>651.498</u>	<u>(2.888.422)</u>	<u>662.866</u>
Variação do Passivo Líquido em função da revisão da estimativa			(2.236.924)	

Prática contábil

O descomissionamento de usinas nucleares pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento, que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas, considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de operação os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

Conforme previsto no pronunciamento IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), é constituída provisão ao longo do tempo de vida útil econômica de usinas termonucleares. O objetivo de tal provisão é alocar ao respectivo período de operação os custos a serem incorridos com sua desativação técnico-operacional, ao término da sua vida útil, estimada em quarenta anos.

Nos termos do Pronunciamento Técnico 27 e ICPC 12, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Companhia contabilizou no Ativo Imobilizado, em contrapartida ao Passivo Não Circulante, os valores das estimativas aprovadas.

O custo total estimado é descontado a valor presente, com base em taxa que represente o custo de capital da Companhia e registrado no Imobilizado, em contrapartida à obrigação para desmobilização de ativos.

A Companhia revisa anualmente os valores da provisão do passivo para descomissionamento.

Mensurada pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização das usinas nucleares, quais sejam: o desmantelamento e a descontaminação dos materiais, equipamentos e instalações, os quais incorrerão no término da vida útil econômica das usinas, tendo como contrapartida o imobilizado.

Assinado por:

Deuscimara Teixeira de Mendonça



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



27.2. Ressarcimento excedente sobre fundo descomissionamento

Devido à incerteza quanto à utilização do fundo de descomissionamento para fins que não sejam relacionados à desmobilização dos ativos, a Companhia considera que o superávit na data base de 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 2.151.592, referente a diferença entre a estimativa para provisão de desmobilização de ativos e o valor do fundo atualmente constituído, deva permanecer registrado no passivo como uma obrigação regulatória devido a uma provável expectativa de futuro ressarcimento de excedente de arrecadação.

Comparando-se os valores presentes, na data base de 31 de dezembro de 2024, entre o Fundo de Descomissionamento, cujo saldo se apresenta no valor de R\$ 3.221.110, com a nova estimativa em provisão para desmobilização (descomissionamento) de Angra 1 e 2, cujo valor reduziu-se para R\$ 662.866, observa-se um superávit no valor de R\$ 2.558.244.

Mediante a determinação proferida pelo Acórdão nº 2503/2024 – TCU – Plenário, em 05 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou o segundo saque no valor de R\$ 406.652 mil. Igualmente a realização do primeiro saque, a Companhia imediatamente deu conhecimento aos seus órgãos reguladores (CNEN e Aneel), bem como ao Egrégio TCU. Nas demonstrações financeiras divulgadas para esta data base de 31 de dezembro de 2024 estão contidos os reflexos desta expectativa de realização, sendo o valor de R\$ 406.652 mil reclassificados de Ativo Não Circulante para Ativo Circulante, conforme nota 8.

Embora o saque tenha sido realizado em fevereiro de 2025, a Companhia adotou para fins de estimativa de superávit aplicável na data base de 31 de dezembro de 2024, a redução deste montante, por entender que o recurso sacado, não representa um recurso de uso restrito do fundo.

Assim sendo, o superávit aplicável para fins de julgamento, na data base de 31.12.2024, é determinado pelo montante de R\$ 2.558.244, deduzido do saque ocorrido de R\$ 406.652, sendo o valor final de R\$ 2.151.592 mantido como uma obrigação de ressarcimento mediante a posição excedente s/ fundo descomissionamento.

A manutenção no passivo encontra respaldo normativo no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que determina: "em casos raros que não é claro se existe ou não uma obrigação presente. Nesses casos, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço."

A Companhia entende ser mais provável que sim do que não existir uma obrigação de devolução do saldo que exceder os valores para desmobilizar as usinas, considerando:

- (i) Casos análogos em que nossa antiga Controladora (Eletrobras) geriu recursos para fins específicos, resultando na devolução dos recursos excedentes ao final (RGR);
- (ii) A definição da Aneel de que o fundo de descomissionamento é a cobertura dada para a composição de fundo financeiro necessário para o desmantelamento das Centrais de Geração após o seu desligamento, sendo este originado via Parcela A; e
- (iii) Apontamentos do TCU sobre o resgate parcial sem prévia anuência dos agentes reguladores.

NOTA 28. ARRENDAMENTOS

O passivo de arrendamento refere-se principalmente a aluguel de imóveis e veículos.

A movimentação do passivo é demonstrada no quadro a seguir:

Saldo inicial em 31 de dezembro 2023	54.521	
Novos contratos/Remensurações	-	
Juros Incorridos	3.642	
Pagamentos	(29.307)	
Baixas	-	
Saldo final em 31 de dezembro 2024	28.856	
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2022	76.851	
Novos contratos/Remensurações	3.946	
Juros Incorridos	5.790	
Pagamentos	(32.066)	
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	54.521	

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	22.182	25.665
Não Circulante	6.674	28.856
Total	28.856	54.521

Os vencimentos dos passivos não circulantes estão demonstrados no quadro a seguir:

	31/12/2024
2025	-
2026	6.153
2027	521
Total	6.674

Os aluguéis fixos e variáveis relacionados a contratos de baixo valor foram os seguintes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respectivamente:

	31/12/2024	31/12/2023
Arrendamentos de curto prazo	29.469	32.576

Prática contábil

A Companhia reconhece os passivos de arrendamentos mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos sem refletir a inflação futura projetada. Os pagamentos são descontados pela taxa incremental sobre empréstimos da companhia, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas.

Remensurações refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como nos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado). As remensurações são reconhecidas no passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

Os juros e outras despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil. O direito de uso adquirido por meio de arrendamento financeiro está classificado no Ativo Não Circulante sendo depreciado pelo prazo do arrendamento.

NOTA 29. RESSARCIMENTO DE CLIENTE

Os saldos atuais dessa rubrica podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo Circulante		
Ressarcimento 2023	-	167.042
Ressarcimento 2024	-	-
	-	167.042
Não Circulante		
Ressarcimento 2023	-	15.185
Ressarcimento 2024	-	-
	-	15.185
Total	-	182.227

Não houve a apuração de Ressarcimento no ano de 2024, e o Ressarcimento apurado no exercício de 2023 foi integralmente liquidado em 2024.

Prática contábil

As contas de obrigações de ressarcimento a clientes representam valores a serem restituídos às distribuidoras quando, em um exercício, é verificado que o montante da energia fornecida foi inferior ao montante da energia contratada/garantida para o mesmo período. O valor, apurado em cada competência pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), é ressarcido no ano seguinte, a partir do mês de fevereiro, em doze parcelas iguais e sucessivas, conforme estabelecido no Art. 27, parágrafos 3º ao 6º, da Resolução Normativa Aneel 530/2012.

NOTA 30. OUTROS PASSIVOS

Os saldos atuais dessa rubrica podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo Circulante		
Provisão Participação nos Lucros e Resultados	42.983	56.727
Provisão Acordo Trabalhista	257.873	160.480
Outras Obrigações Folha de Pagamento	2.908	2.988
Encargos sobre honorários	-	-
Total	303.764	220.195

NOTA 31. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 15.493.956 e suas ações são nominativas e não têm valor nominal, sendo as ordinárias com direito a voto.

As ações preferenciais não podem se converter em ações ordinárias e não têm direito a voto, tendo preferência na distribuição de dividendos e prioridade no reembolso do capital.

Também, de acordo com o Estatuto, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório anual, calculado na base de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação vigente.

O capital social está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, conforme a seguir:

	31/12/2024					
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
ACIONISTA						
Empresa Brasileira de Part. - ENBPar	141.916.224.437	64,10	-	-	141.916.224.437	32,05
Centrais Elétr. Brasil. S.A - ELETROBRAS	79.488.849.747	35,90	221.396.242.535	99,99	300.885.092.282	67,95
Depto de Águas E. Elétrica Est. SP - DAEE	5.960.026	0,00	7.405.548	0,00	13.365.574	0,00
LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A.	-	-	5.058.993	0,00	5.058.993	0,00
Outros	1.176.930	0,00	3.504.063	0,00	4.680.993	0,00
Total	221.412.211.140	100,00	221.412.211.139	100,00	442.824.422.279	100,00
	31/12/2023					
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
ACIONISTA						
Empresa Brasileira de Part. - ENBPar	141.916.224.437	64,10	-	-	141.916.224.437	32,05
Centrais Elétr. Brasil. S.A - ELETROBRAS	79.488.849.747	35,90	221.396.242.535	99,99	300.885.092.282	67,95
Depto de Águas E. Elétrica Est. SP - DAEE	5.960.026	0,00	7.405.548	0,00	13.365.574	0,00
LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A.	-	-	5.058.993	0,00	5.058.993	0,00
Outros	1.176.930	0,00	3.504.063	0,00	4.680.993	0,00
Total	221.412.211.140	100,00	221.412.211.139	100,00	442.824.422.279	100,00

Prática contábil

O capital social da Companhia está representado pelas ações ordinárias e preferenciais integralizadas e é classificado no patrimônio líquido.

Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem:

- a) Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido; e
- b) Impacto de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os itens registrados em outros resultados abrangentes.

NOTA 32. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Os saldos atuais dessa rubrica podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Suprimento de Energia Elétrica:		
Receita	4.816.685	4.662.204
Ressarcimento	-	(182.228)
	4.816.685	4.479.976
Outras receitas	4.189	528
	4.189	528
(-) Deduções à Receita Operacional		
(-) Pis/PASEP e Cofins	(445.543)	(414.397)
(-) Encargos setoriais	(144.501)	(134.400)
	(590.044)	(548.797)
Receita operacional líquida	4.230.830	3.931.707

Suprimento de energia elétrica

O suprimento líquido de energia elétrica das Usinas Nucleares Angra 1 e 2 de 14.486.890 MWh* no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (13.318.225 MWh* em dezembro de 2023), corresponde a uma receita de R\$ 4.816.685 (R\$ 4.479.976 em 31 de dezembro de 2023).

A receita fixa do exercício de 2024, como definida pela Resolução Homologatória Aneel nº 3.299 de 12 de dezembro de 2023 e atualizada monetariamente pelo Despacho 5.055 de 20 de dezembro de 2023, é no montante de R\$ 4.775.761. A receita fixa do exercício de 2023, definida pela Resolução Homologatória nº 3.164 de 13 de dezembro de 2022, atingiu o montante de R\$ 4.662.204.

a) Modalidade de comercialização

Com a regulamentação da Aneel para o dispositivo do art.11, da Lei 12.111/2009, de edição em 21 de dezembro de 2012, da Resolução Normativa nº 1.009, da Resolução Homologatória nº 1.405 e da Resolução Homologatória nº 1.407, a receita decorrente da geração das Usinas Angra 1 e 2 passa, a partir de 01 de janeiro de 2013, a ser rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional (SIN).

b) Apuração do Pis/PASEP e da Cofins

A apuração do Programa de Interação Social – Pis/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) é feita com base no método não cumulativo utilizando a alíquota de 9,25%.

*Não auditado pelo auditor independente

Prática contábil

Reconhecimento de receita

O CPC 47/IFRS 15 estabeleceu um novo conceito para o reconhecimento de receita, substituindo o CPC 30/IAS 18 Receita, o CPC 17/IAS 11 Contratos de Construção e as interpretações relacionadas a partir de 1º de janeiro de 2018.

A norma estabelece um modelo de cinco etapas, sendo elas, (1) identificação do contrato, (2) identificação das obrigações de desempenho separadas nos contratos, (3) determinação do preço da transação, (4) alocação do preço de transação às obrigações de desempenho separadas e (5) reconhecimento da receita, para determinar quando reconhecer a receita, e por qual valor. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo se determinados critérios são cumpridos, a receita é reconhecida:

- Com o passar do tempo, de forma a refletir o desempenho da entidade da melhor maneira possível; ou
- Em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

A receita da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal de suas atividades. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos do contrato de fornecimento.

NOTA 33. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os saldos atuais dessa rubrica podem ser conciliados com os respectivos itens da demonstração de resultados, como demonstrado a seguir:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Encargos de uso da rede de transmissão	(189.399)	-	(189.399)	(190.186)	-	(190.186)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(50.965)	-	(50.965)	(44.753)	-	(44.753)
Pessoal	(600.779)	(365.332)	(966.111)	(582.056)	(391.962)	(974.018)
Pessoal - plano médico incentivo desligamento	(45.574)	(10.946)	(56.520)	-	1.011	1.011
Material	(70.087)	(8.884)	(78.971)	(108.658)	(10.169)	(118.827)
Serviços de terceiros	(281.121)	(228.010)	(509.131)	(326.225)	(222.315)	(548.540)
Depreciação e amortização	(192.056)	(8.993)	(201.049)	(382.974)	(9.787)	(392.761)
Depreciação direito de uso - IFRS 16	-	(25.215)	(25.215)	-	(27.972)	(27.972)
Combustível para produção de energia elétrica	(821.708)	-	(821.708)	(544.989)	-	(544.989)
Aluguéis	(7.170)	(20.317)	(27.487)	(5.956)	(20.658)	(26.614)
Provisões para risco	-	21.184	21.184	-	(12.411)	(12.411)
Provisões benefício pós emprego	-	(37.761)	(37.761)	-	(79.388)	(79.388)
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	-	(610)	(610)	-	296	296
Realização de Impairment Angra 3 (a)	-	131.200	131.200	-	-	-
Provisão Perda Estoque Combustível	40.511	-	40.511	(11.258)	-	(11.258)
Reversão de obrigação para desmobilização de ativos	2.274.585	-	2.274.585	-	-	-
Prov Ressarc exced s/ Fundo Desc	(2.151.592)	-	(2.151.592)	-	-	-
Tributos	(7.763)	(19.601)	(27.364)	(7.593)	(18.428)	(26.021)
Séguros	(31.390)	(2.494)	(33.884)	(30.466)	(3.449)	(33.915)
Recuperação de Despesa	-	3.545	3.545	1	702	703
Anuidade e contribuições	(15.202)	(1.238)	(16.440)	(18.475)	(802)	(19.277)
Comunicação	(218)	(795)	(1.013)	(182)	(956)	(1.138)
Luz e força	(14)	(7.747)	(7.761)	(9)	(7.435)	(7.444)
Condenações Judiciais	-	(25.751)	(25.751)	-	(13.546)	(13.546)
Contribuições CCEE/ONS	(1.947)	-	(1.947)	(1.630)	-	(1.630)
Perda Operacional - Baixa de Elemento Combustível	-	-	-	(4.127)	-	(4.127)
Outros (a)	(74.186)	(177.047)	(251.233)	(13.746)	(20.471)	(34.217)
Total	(2.226.075)	(784.812)	(3.010.887)	(2.273.282)	(837.740)	(3.111.022)

a) Conforme divulgado na nota 16, a Companhia reconheceu no 1T24 uma baixa no valor de R\$ 131.200, decorrente de perdas não reversíveis no ativo imobilizado em curso de Angra 3, decorrentes do uso de peças inteiras e partes de materiais que foram originalmente adquiridas para uso na construção e montagem de equipamentos de Angra 3, mas que foram utilizadas em anos anteriores em processos de manutenções corretivas emergenciais da Usina de Angra 2. Os valores decorrentes desta baixa já estavam provisionados pela Companhia em suas estimativas para perda ao valor recuperável do ativo, conforme Nota 17.

NOTA 34. RESULTADO FINANCEIRO

Os saldos atuais dessa rubrica podem ser conciliados com os respectivos itens da demonstração de resultados, como demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Financeiras		Reapresentado
Rendimento sobre títulos e valores mobiliários de curto prazo	58.080	207.060
Ganho sobre títulos e valores mobiliários de LP para descomissionamento - (Nota 8)	244.198	338.843
Outras receitas financeiras	90.643	36.804
	392.921	582.707
Despesas financeiras		
Encargos sobre financiamentos	(535.942)	(476.146)
Perda sobre títulos e valores mobiliários de LP para descomissionamento - (Nota 8)	(50.292)	(6.563)
Ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização de ativos	(261.987)	(244.905)
Ajuste a valor presente da obrigação com arrendamento mercantil IFRS 16	(3.642)	(5.791)
Outras despesas financeiras	(21.988)	(18.527)
	(873.851)	(751.932)
Itens financeiros, líquidos		
Variações monetárias	(45.804)	(41.702)
Variações cambiais	(31.636)	38.183
	(77.440)	(3.519)

Resultado Financeiro

Prática Contábil

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do período são reconhecidos no resultado como despesa ou receita financeira.

São registrados também os juros dos passivos de arrendamentos, os efeitos dos encargos dos títulos de dívidas sobre empréstimos, financiamentos, e os ganhos e perdas referentes às aplicações financeiras. Maiores informações sobre as práticas contábeis das transações citadas podem ser observadas nas respectivas notas explicativas.

NOTA 35. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão entre o lucro atribuível aos acionistas da Companhia e sua quantidade de ações emitidas, excluindo aquelas recompradas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Os resultados, básico e diluído, por ação, já que não ocorreram eventos de diluição no período.

	31/12/2024	31/12/2023
	Reapresentado	Reapresentado
Numerador		nota 4.6
Lucro atribuído aos acionistas	544.787	378.478
Lucro do exercício	544.787	378.478
Denominador		
Média ponderada de número de ações	442.824.422.279	442.824.422.279
Lucro básico e diluído por lote de um milhão de ações (R\$)	1,230255	0,854691

NOTA 36. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

36.1 Gestão do Risco de Capital

Em linha com as práticas geralmente adotadas pelas demais companhias do setor elétrico, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à exposição líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, apresentados na nota 20, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, apresentados nas notas 7 e 8. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	31/12/2024	31/12/2023	0
--	------------	------------	---



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

36.2 Classificação por categoria de instrumentos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio para gestão e das características do fluxo de caixa contratual. A Companhia classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias:

Custo amortizado

Os ativos financeiros que são detidos e gerenciados num modelo de negócios cujo objetivo é de recolher apenas fluxos de caixa contratuais (juros e principal) devem ser classificados como ativos financeiros ao custo amortizado. Em resumo, se o ativo financeiro é um instrumento de dívida simples cujo objetivo consiste em receber apenas juros e principal, ele deve ser classificado e contabilizado ao custo amortizado.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras aplicando-se a taxa efetiva de juros. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Quaisquer ativos financeiros que não sejam classificados nas categorias de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes devem ser mensurados e reconhecidos ao justo valor por meio do resultado. Portanto, a categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado representa uma categoria “residual”. Os ativos financeiros que são detidos para negociação e gerenciados com base no justo valor, também estão incluídos nesta categoria.

Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em resultado financeiro, no período em que ocorrerem.

Passivos financeiros

São classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

	Nível	31/12/2024	31/12/2023
ATIVOS FINANCEIROS			
Custo amortizado		507.213	520.800
Clientes		420.913	432.604
Depósitos Judiciais		63.188	58.822
Caixa e equivalentes de caixa		23.112	29.374
Valor justo por meio do resultado		3.780.658	3.984.921
Títulos e Valores Mobiliários	2	3.780.658	3.984.921

PASSIVOS FINANCEIROS			
Custo amortizado		8.935.386	8.269.885
Fornecedores		1.219.314	1.240.066
Financiamentos e Empréstimos		7.687.216	6.793.071
Ressarcimento Cliente - Desvio Negativo		-	182.227
Arrendamentos		28.856	54.521

Categorias de valores justos:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou cujos preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

36.3 Gestão de Riscos Financeiros

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida compatíveis com os fluxos econômico-financeiros.

As análises de sensibilidade abaixo foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Tratam-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

36.3.1 Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição em ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano e euro, que causam volatilidade nos seus resultados bem como em seu fluxo de caixa.

A Companhia possui uma Política de *Hedge* Financeiro cujo objetivo é monitorar e mitigar a exposição às variáveis de mercado que impactem seus ativos e passivos, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis destas variáveis em suas demonstrações financeiras.

A referida política, portanto, visa contribuir para que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Considerando as diferentes formas de se realizar o *hedge* dos descasamentos apresentados pela Companhia, a Política elenca uma escala de prioridades, priorizando a solução estrutural, e, apenas para os casos residuais, adoção de operações com instrumentos financeiros derivativos.

A exposição total do risco de câmbio pode ser resumida na análise de sensibilidade a seguir:

PREMISSAS ADOTADAS			
Moeda		* Tx. de câmbio	
Euro		6,2625	
Dólar Americano		5,9900	
ANÁLISE DE SENSIBILIDADE FORNECEDOR EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024			
Moeda	Valor	Valor (R\$)	Ganho/perda estimados até 31/12/2024 (R\$)
Euro	(18.013)	(115.937)	3.130
Dólar Americano	(11.938)	(73.924)	2.415
TOTAL		(189.861)	5.545

*Projeção baseada no relatório FOCUS de 21.02.2025.

36.3.2 Risco de volatilidade da taxa de juros

A Administração da ELETRONUCLEAR entende que a exposição ao risco de volatilidade de taxa de juros não é significativa, visto que os empréstimos e financiamentos contratados estão indexados, principalmente, à Unidade de Referência Fiscal (UFIR) e à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) ou não possuem qualquer indexador, como é o caso do contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal – CEF, que possui taxa de juros fixa ao longo do contrato. Além disso, a maior parte dos recursos são captados em moeda nacional, o que reduz a exposição cambial.

A UFIR não sofreu qualquer variação no período, visto que foi extinta em 2000 e está congelada desde então. A TJLP, que é divulgada, trimestralmente, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), foi aumentada de 6,91% a.a. no terceiro trimestre para 7,43% a.a. no quarto trimestre. O impacto para a ELETRONUCLEAR proveniente de mudanças da TJLP é suavizado pelo fato do contrato de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) prever que qualquer valor da TJLP que exceda o patamar de 6,00% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao saldo devedor. Além da taxa referente à TJLP, o contrato com o BNDES prevê o pagamento de um spread fixo de 1,72% a.a.

Aproximadamente 41,7% da dívida total da ELETRONUCLEAR está indexada à TJLP. No caso da dívida com taxas pré-fixadas, esse montante representa cerca de 36,8% do total. A dívida indexada à UFIR, que está congelada, representa cerca de 5,9% do total. As dívidas atreladas ao CDI e à SELIC representam uma participação de 6,3% e 0,1% respectivamente. Cerca de 5,5% da dívida está atrelada à variação do spread do NTN-B 2032.

Outra fração de aproximadamente 2,8% do total da dívida da ELETRONUCLEAR está indexada ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Cerca de 1,0% da dívida da companhia está indexada ao TERM SOFR de 6 meses, referente ao *Credit Agreement* firmado com o Banco Santander S.A.

Segue, abaixo, a exposição total ao risco de volatilidade da taxa de juros dos Financiamentos e Empréstimos:

	Moeda	Indexador	Taxa Efetiva	31/12/2024		31/12/2023	
				Principal	Juros *	Principal	Juros *
ANGRAS 1 e 2:							
ENBPAR - RGR - ECF 2278 / ECF 2507 / ECF 2579	R\$	UFIR	5,00%	62.414	4.604	100.001	10.849
FURNAS - Instrumento de Confissão de Dívida	R\$	IPCA	7,86%	216.520	43.131	254.432	63.617
SANTANDER - Credit Agreement LTO - A1	USD	TERM SOFR 6M	5,83%	75.739	7.119	79.145	12.011
ENBPAR - Contrato de Mútuo 1	R\$	NTN-B 32	13,97%	241.565	212.957	-	-
ENBPAR - Contrato de Mútuo 2	R\$	NTN-B 32	13,97%	178.445	165.007	-	-
ANGRA 3:							
ENBPAR - RGR - ECF 2878	R\$	UFIR	5,00%	388.738	140.756	422.856	164.951
BNDES - N° 10.2.2032.1 - Subcréditos A e B	R\$	TJLP	7,72%	3.206.733	1.667.774	3.141.268	1.731.697
BNDES - N° 10.2.2032.1 - Subcrédito E	R\$	SELIC	14,38%	7.556	2.778	-	-
CEF - N° 0410.351-27/13	R\$	Sem indexador	6,50%	2.826.477	1.419.965	2.795.369	1.521.408
PROJETOS PRIORITÁRIOS:							
BANCO ABC	R\$	CDI	15,91%	161.010	35.725	-	-
BANCO BTG PACTUAL	R\$	CDI	15,91%	322.019	72.321	-	-
Total				7.687.216	3.772.137	6.793.071	3.504.533

* Montante de juros até o término das amortizações dos empréstimos calculado conforme taxas contratuais

a) Indexadores nacionais:

a.1) Risco de apreciação das taxas de juros:

		Saldo em 31/12/2024	Efeito no resultado		
			Cenário I - Provável 2024¹	Cenário II (+25%)¹	Cenário III (+50%)¹
IPCA	Empréstimos e financiamentos	216.520	(25.191)	(27.511)	(29.828)
	Impacto no resultado	216.520	(25.191)	(27.511)	(29.828)
TJLP	Empréstimos e financiamentos	3.206.733	(290.741)	(350.214)	(409.979)
	Impacto no resultado	3.206.733	(290.741)	(350.214)	(409.979)
TERM SOFR 6M	Empréstimos e financiamentos	75.739	(3.092)	(3.605)	(4.123)
	Impacto no resultado	75.739	(3.092)	(3.605)	(4.123)
CDI	Empréstimos e financiamentos	483.029	(87.209)	(105.883)	(124.529)
	Impacto no resultado	483.029	(87.209)	(105.883)	(124.529)
SELIC	Empréstimos e financiamentos	7.556	(1.069)	(1.286)	(1.497)
	Impacto no resultado	7.556	(1.069)	(1.286)	(1.497)
NTN-B 2032	Empréstimos e financiamentos	420.010	(62.850)	(76.393)	(89.849)
	Impacto no resultado	420.010	(62.850)	(76.393)	(89.849)
Impacto no resultado dos índices			(470.153)	(564.892)	(659.805)

(¹) Premissas adotadas:	31/12/2024	Provável	+25%	+50%
IPCA	4,82%	5,65%	7,06%	8,48%
TJLP	7,43%	7,97%	9,96%	11,96%
TERM SOFR 6M	4,78%	4,32%	5,40%	6,48%
CDI	12,15%	14,90%	18,63%	22,35%
SELIC	12,15%	14,90%	18,63%	22,35%
NTN-B 2032	12,94%	12,94%	16,18%	19,41%

36.3.3 Risco de crédito

O Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes de um cliente ou de uma contraparte que falhe em cumprir com suas obrigações contratuais em um instrumento financeiro. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e instrumentos financeiros da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima da Companhia ao risco de crédito.

Conforme descrito na nota 1, a ELETRONUCLEAR tem a totalidade da sua geração de energia elétrica comercializada através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional (SIN). Toda a energia produzida tem fornecimento contratual de longo prazo firmado com as distribuidoras de energia elétrica. A Companhia entende que o risco de inadimplência fica mitigado, tendo em vista que a quitação desse faturamento está sob o controle da CCEE, que possui autonomia sobre os recursos reservados pelas distribuidoras para esse fim.

A receita fixa das Usinas Angra 1 e 2 é regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), através do modelo do Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET): Módulo 6, Submódulo 6.7, com reajustes anuais e revisões quinquenais. A receita fixa para o ano de 2024 foi definida pela Resolução Homologatória nº 3.299 de 12 de dezembro de 2023 e pelo Despacho nº 5.055 de 20 de dezembro de 2023 - DOU 26 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 4.775.761.

Salienta-se que, conforme regras de comercialização das energias das Usinas Angra 1 e 2, os desvios eventuais (sobras ou faltas) são apurados em cada exercício e são faturados ou devolvidos em duodécimos no exercício seguinte.

A Resolução Normativa nº 1.009, de 22 de março de 2022, dispõe, entretanto, que apesar de o faturamento ser repassado pela CCEE, o risco de crédito final é da ELETRONUCLEAR.

Dessa forma, a ELETRONUCLEAR monitora constantemente os possíveis efeitos e a eventual necessidade de contratação de instrumentos de proteção.

Abaixo, apresentamos as principais contas sujeitas a risco de crédito:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de Caixa	23.112	29.374
Clientes - Venda de Energia	420.913	432.604
Títulos e Valores Mobiliários	3.780.658	3.984.921
Total	4.224.683	4.446.899

Abaixo, apresentamos relação de clientes em 31 de dezembro de 2024:

	Concessionária	Faturamento	Atras em dias
1	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	5.571	0
2	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S. A.	10.546	0
3	CELESC DISTRIBUIÇÃO S. A.	17.704	0
4	CELG DISTRIBUIÇÃO S. A.	13.467	0
5	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S. A.	30.820	0
6	CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S. A. - ELETROCAR	203	0
7	CERFOX - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA	85	0
8	COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA	239	0
9	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ	1.300	0
10	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA	19.964	0
11	COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO	13.178	0
12	COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ	11.878	0
13	COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	5.624	0
14	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D	8.271	0
15	COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO	146	0
16	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA (CPFL JAGUARI)	494	0
17	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA (CPFL LESTE PAULISTA)	331	0
18	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA (CPFL MOCOCA SE)	225	0
19	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA (CPFL SANTA CRUZ)	1.113	0
20	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA (CPFL SUL PAULISTA)	430	0
21	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	25.071	0
22	COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ	9.485	0
23	COMPANHIA SUL SERGIPANA DE ELETRICIDADE	384	0
24	COOP DE ELET RURAL DE ITAÍ PARANAPANEMA AVARÉ LTDA.	178	0
25	COOPERATIVA ALIANÇA	206	0
26	COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA	158	0
27	COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE ARAPOTI	44	0
28	COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SALTO DONNER	10	0
29	COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ENTRE RIOS LTDA.	55	0
30	COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA TEUTÔNIA	522	0
31	COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES - CERMISSÕES	216	0
32	COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO SANTA MARIA	64	0
33	COOPERATIVA DE ELETRETRIFICAÇÃO RURAL DE ARARUAMA LTDA.	27	0
34	COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL	34	0
35	COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE PRAIA GRANDE	69	0
36	COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO	190	0
37	COOPERATIVA DE ELETRICIDADE GRÃO PARÁ	30	0
38	COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO	46	0
39	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI	65	0
40	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA	47	0
41	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE	174	0
42	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIUNA E REGIÃO	101	0
43	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE ITU MAIRINQUE	61	0
44	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE MOGI MIRIM	165	0
45	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL DA REGIÃO DE NOVO HORIZONTE	23	0
46	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER	22	0
47	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DA REGIÃO DE PROMISSÃO	13	0
48	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL FRONTEIRA SUL LTDA.	27	0
49	COOPERATIVA DE ENERGIZAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO MOGI	36	0
50	COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL	115	0
51	COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE - CERMOFUL ENERGIA	167	0
52	COOPERATIVA REGIONAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DO LITORAL NORTE	23	0
53	COOPERATIVA REGIONAL DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DO ALTO URUGUAI	116	0
54	COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO ITUÍ LTDA.	154	0
55	COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA TAQUARI JACUÍ	164	0
56	COOPERATIVA REGIONAL SUL DE ELETRIFICAÇÃO RURAL	56	0
57	COOPERLUZ - COOPERATIVA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA FRONTEIRA NOROESTE	97	0
58	COOPERZEM - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	50	0
59	COPEL DISTRIBUIÇÃO S. A.	24.397	0
60	COPREL COOPERATIVA DE ENERGIA	552	0
61	CRELUZ - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA	168	0
62	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENERGIA DE ITUÍ	168	0
63	DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.	225	0
64	DME DISTRIBUIÇÃO S. A.	130	0
65	EDP ESPÍRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S. A.	7.548	0
66	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S. A.	9.811	0
67	ELEKTRO REDES S. A.	13.187	0
68	ELETROPOLAUO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S. A.	39.792	0
69	EMPRESA FORÇA E LUZ DE URUSSANGA LTDA.	32	0
70	EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S. A.	575	0
71	ENERGISA ACRE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	1.213	0
72	ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	8.723	0
73	ENERGISA MATO GROSSO DO SUL S. A.	5.391	0
74	ENERGISA MINAS RIO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	1.876	0
75	ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	5.165	0
76	ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORADE ENERGIA S. A.	3.642	0
77	ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	2.947	0
78	ENERGISA SUL SUDESTE - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S. A. (ENERGISA BR)	701	0
79	ENERGISA SUL SUDESTE - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S. A. (ENERGISA NA)	875	0
80	ENERGISA SUL SUDESTE - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S. A. (ENERGISA SS)	1.425	0
81	ENERGISA SUL SUDESTE - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S. A. (ENERGISA VP)	1.032	0
82	ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S. A.	2.592	0
83	EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	3.841	0
84	EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	7.273	0
85	EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	9.221	0
86	EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	4.213	0
87	FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA.	50	0
88	HIDROPAN DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A.	104	0
89	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S. A.	23.245	0
90	MUXFELDT, MARIN & CIA. LTDA.	74	0
91	NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S. A.	6.813	0
92	NOVA PALMA ENERGIA LTDA.	83	0
93	RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A. (RGE DIST)	8.220	0
94	RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A. (RGE SUL)	7.692	0



A administração da ELETRONUCLEAR entende que os riscos de liquidez corrente estão administrados. O índice de liquidez geral está afetado pelos financiamentos das obras da Usina Angra 3, cuja expectativa de entrada em operação tem como cronograma o início de geração de receita a partir de julho de 2028 (nota 36.3.5 a seguir).

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável. Os valores divulgados no quadro são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	31/12/2024				
	Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	2.737.932	987.034	2.806.800	6.450.722	12.982.488
Empréstimos e financiamentos	1.496.436	980.881	2.806.279	6.450.722	11.734.318
Fornecedores	1.219.314	-	-	-	1.219.314
Arrendamentos	22.182	6.153	521	-	28.856

	31/12/2023				
	Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	2.135.636	878.171	2.461.596	6.227.878	11.703.281
Empréstimos e financiamentos	869.905	855.989	2.454.922	6.227.878	10.408.694
Fornecedores	1.240.066	-	-	-	1.240.066
Arrendamentos	25.665	22.182	6.674	-	54.521

36.3.5 Risco Operacional

A nova estrutura da ELETRONUCLEAR, a partir da criação da *holding* ENBPar, em 2022, vem promovendo mais robustez e agilidade ao setor, permitindo um melhor posicionamento e alinhamento com as estratégias definidas para a ELETRONUCLEAR.

A ELETRONUCLEAR mantém elevado padrão de governança, alcançado por meio do fortalecimento das melhores práticas, com os seguintes órgãos estatutários: Assembleia Geral, Conselho Fiscal (CF), Diretoria Executiva (DE), Conselho de Administração (CA), Comitê de Auditoria e de Riscos (COAUD), Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (CO-PESSOAS) e Comitê Estatutário de Acompanhamento do Projeto da Usina Termonuclear de Angra 3 (COANGRA). A estrutura de governança se completa com a gestão de risco, controles internos e conformidade, entre outros fundamentos clássicos da moderna administração.

A gestão de riscos na ELETRONUCLEAR envolve a identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos, além do monitoramento e comunicação para a alta administração, sendo submetido a cada trimestre aos órgãos de governança os temas classificados como críticos. Nessa instância, são analisados os impactos, riscos e oportunidades decorrentes de questões que afetam os principais objetivos estratégicos da companhia. Quando identificado um risco para a Companhia que ainda não tenha sido contemplado na matriz corporativa, é solicitada a sua inclusão para que seja priorizado seu monitoramento.

A cultura da segurança é submetida a aprimoramento constante, acompanhando as melhores práticas adotadas na indústria nuclear.

O Plano de Negócios e Gestão (PNG 2024-2028) apresenta o Planejamento da ELETRONUCLEAR para um horizonte de cinco anos. O documento reúne a visão de futuro, com a sua nova Identidade Empresarial, sua Estratégia desdobrada em Diretrizes e Objetivos Estratégicos, acompanhada com uma análise de riscos, além do *TOP FIVE*, que apresenta os principais Projetos e Ações da Companhia.

O Plano de Negócios e Gestão oferece também uma sinalização clara e objetiva dos rumos que a Companhia pretende trilhar, com foco na Cultura de Segurança, Manutenção de Angra 1 e Angra 2, assegurando a capacidade de geração e extensão da licença de operação de Angra 1 em 20 anos, e concluir Angra 3, aumentando assim a capacidade de geração da Companhia. O documento contém um capítulo com uma análise de Riscos Corporativos.

A ELETRONUCLEAR tem como atividade principal a operação das Usinas Angra 1 e 2.

O principal insumo na geração de energia elétrica de fonte termonuclear é o combustível nuclear, insumo este fornecido no Brasil única e exclusivamente pelas Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB), empresa estatal de economia mista vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), controlada pela ENBPar, que, em nome da União, exerce no Brasil o monopólio da produção e comercialização de materiais nucleares, dentre eles, os elementos combustíveis utilizados nos reatores das Usinas Angra 1 e 2.

A extensão da vida útil de Angra 1, que será possibilitada com uma renovação da sua licença de operação, é um dos projetos mais importantes em curso na ELETRONUCLEAR. O projeto pode assegurar a continuidade da operação da usina após a expiração da licença atual, em 2024, mantendo por mais 20 anos à disposição do sistema elétrico brasileiro uma capacidade de geração de 640 MW. Para garantir essa ampliação da operação da usina, a ELETRONUCLEAR desenvolve o Programa de Extensão da Vida Útil de Angra 1 — *Long Term Operation* (LTO).

A Companhia vem dando continuidade ao projeto e ao financiamento de longo prazo para a extensão da vida útil de Angra 1. O processo de licenciamento está sendo desenvolvido e acompanhado por equipes multidisciplinares de todas a diretorias da ELETRONUCLEAR. Em dezembro de 2023, foi entregue à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) a documentação da 3ª Revisão Periódica de Segurança (RPS). A partir de então, iniciou a fase de respostas aos questionamentos e exigências da CNEN. A autorização da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) foi recebida pela companhia por meio da Resolução nº 331 de 21 de novembro de 2024 e publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 25 de novembro de 2024, em que concedeu a Autorização para Operação a Longo Prazo de Angra 1 (AOLP), prorrogando a atual Autorização de Operação Permanente (AOP) por mais 20 anos, contados a partir de 23 de dezembro de 2024. Portanto, a AOLP concedeu a Angra 1 a licença para operar até 23 de dezembro de 2044.

As Usinas Angra 1 e Angra 2 têm pautado seu desempenho segundo os padrões internacionais de segurança e confiabilidade adotados pela indústria nuclear.

A Coordenação de Segurança e Supervisão Independente (CS.DE), unidade organizacional vinculada diretamente à Diretoria Executiva da ELETRONUCLEAR, coordena o Comitê de Supervisão Independente de Segurança (COSIS), um colegiado com representantes de todas as diretorias da ELETRONUCLEAR, que permite o acompanhamento das discussões relacionadas com a segurança nuclear em toda a Companhia.

São tratados no COSIS as notificações sobre questões que demandam uma mobilização maior da Companhia, feitas a partir do monitoramento dos indicadores de desempenho das usinas, apoio do setor corporativo e observações de campo. Em 2024, o COSIS está acompanhando também o andamento dos planos de ação referentes às missões internacionais realizadas no passado, bem como continua monitorando o desempenho das Usinas.

Visando a manutenção de um elevado nível de excelência da operação das usinas de Angra e em função da ocorrência da Missão de Acompanhamento do último *WANO Corporate Peer Review*, que ocorreu em outubro de 2024, esta Coordenação (CS.DE) coordenou em 2024 diversas reuniões do COSIS, desafiando os indicadores de desempenho dessas usinas e acompanhando o andamento dos planos de ação do desta Missão.

Outrossim, a CS.DE organizou um *workshop* sobre Cultura de Segurança em dezembro de 2024, no Rio de Janeiro, que contou com a presença de três especialistas da Agência Internacional de Energia Atômica, que teve como público-alvo a alta Administração da ELETRONUCLEAR, além de uma Pesquisa de Cultura de Segurança online.

Considerando a complexidade do negócio, a administração da ELETRONUCLEAR vem monitorando os riscos, e quando necessário, submetendo aos diversos órgãos a que está subordinada e entende não haver aspectos de natureza operacional que possam indicar um risco de descontinuidade operacional das Usinas Angra 1 e 2.

A Terceira usina da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), Angra 3 é considerada uma importante ampliação da capacidade de geração para o sistema elétrico brasileiro, com a vantagem de utilizar uma fonte limpa de energia. Com uma potência instalada prevista de 1.405 MW, a usina representa a retomada de planos visando à expansão do parque gerador nuclear no Brasil.

Com o objetivo de caracterizar a situação atual da construção de Angra 3 e as implicações da sua eventual paralisação para a ELETRONUCLEAR, a administração da Companhia vem conduzindo ações visando o equacionamento das condições necessárias à plena retomada e conclusão do empreendimento.

A conclusão das obras da Usina Angra 3 em condições sustentáveis depende, entre outras questões, de uma nova estruturação financeira, dado o montante significativo de investimentos (custos diretos) ainda a realizar. Atualmente, a ELETRONUCLEAR não possui garantias disponíveis para conseguir novos financiamentos, visto que todos os seus ativos já estão comprometidos nos créditos existentes.

Na reestruturação da ELETRONUCLEAR, decorrente da capitalização da Eletrobras, foi criada a Diretoria de Angra 3, uma área relevante para a gestão da construção da usina. Essa iniciativa permitiu a organização de uma estrutura específica para levar adiante o projeto, com desdobramentos positivos na sua execução. Em função do processo, em andamento, de reestruturação do organograma da ELETRONUCLEAR, são esperados impactos em 2025 na estrutura de gestão de Angra 3 e, por consequência, nas atribuições e processos associados.

NOTA 37. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

37.1 Transações com Entidades Governamentais

A ELETRONUCLEAR mantém transações com entidades governamentais, sob controle comum, no curso de suas operações. Os saldos das principais transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

NATUREZA DA OPERAÇÃO	31/12/2024		31/12/2023	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Saldo bancário em conta corrente				
Poder Público Federal - Banco do Brasil	1.692	-	795	-
Poder Público Federal - Caixa Econômica Federal	7	-	2	-
Aplicação Financeira				
Poder Público Federal - Banco do Brasil	3.780.658	-	3.984.921	-
Poder Público Federal - Caixa Econômica Federal	-	266.728	-	565.365
Empréstimos e Financiamentos a Pagar				597
Poder Público Federal - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	-	3.214.289	-	3.141.268
Poder Público Federal - Caixa Econômica Federal		2.826.476		2.795.369
Total	3.782.357	6.040.765	3.985.718	5.936.637

37.2 Transações com Empresas

Incorporação de Fumas pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras)

Conforme comunicado ao mercado, emitido na data de 28 de junho de 2024, foi confirmado o cumprimento de todas as condicionantes para a incorporação de Fumas por seu acionista Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), definindo oinda a data da incorporação em 01 de julho de 2024. Neste sentido, informamos que a partir desta data, todas as transações entre a ELETRONUCLEAR e Fumas passam a ser divulgadas juntamente com as informações de sua incorporadora Eletrobras.

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas:

Saldos e Transações por Natureza						
	31/12/2024			31/12/2023		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Contas a receber - ressarcimento/aditivo contratual (Comb Nuclear)	165.089	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	4.205	-	-	67.740	-	-
Estoque de Elem Comb Nucl Angra 1 e Angra 2	1.025.667	-	-	761.325	-	-
Estoque de Elem Comb Nucl Carga Inicial de Angra 3	292.572	-	-	292.572	-	-
Fornecedores	-	383.264	-	-	369.918	-
Devolução tarifa RH 1406/12 e RH 1585/13	-	216.520	-	-	254.432	-
Empréstimos e Financiamentos	-	871.162	-	-	522.858	-
Variação monetária - AFAC	-	-	-	-	-	(12.429)
Variação monetária - Devolução tarifa RH 1406/12 e RH 1585/13	-	-	(11.261)	-	-	(21.617)
Despesa com Juros - Devolução tarifa RH 1406/12 e RH 1585/13	-	-	(19.016)	-	-	(69.908)
Encargos uso da rede elétrica	-	-	(70.056)	-	-	(31.955)
Encargos Financeiros	-	-	(56.233)	-	-	(43)
Cessão de funcionários	-	-	-	-	-	(1.658)
Auditoria externa	-	-	(994)	-	-	(10.041)
Outros serviços	-	-	(1.202)	-	-	-
Perda do fundo financeiro	-	-	-	-	-	(6.678)
Serviço Manuseio e Inspeção Comb. Nuclear	-	-	(1.107)	-	-	-
Multa e Juros Comb. Nuclear	-	-	(37.959)	-	-	-
Ressarcimento Compartilhamento de Serviços e Cessão de Espaço	-	-	3.044	-	-	-
Outros Ressarcimentos	-	-	244	-	-	-
Total	1.487.533	1.470.946	(194.540)	1.121.637	1.147.208	(154.329)

Saldos e Transações por Entidade						
	31/12/2024			31/12/2023		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Eletrobras	2.924	220.208	(27.796)	64.817	2.627	(25.626)
Furnas	-	-	(31.854)	2.923	258.088	(61.250)
Chesf	-	1.628	(21.440)	-	1.931	(21.421)
CGTEletrosul	-	621	(7.829)	-	695	(8.128)
Eletronorte	-	929	(13.366)	-	1.223	(13.486)
ENBPar	1.281	871.162	(53.189)	-	522.858	(17.740)
INB	1.483.328	376.398	(39.066)	1.053.897	359.786	(6.678)
Total	1.487.533	1.470.946	(194.540)	1.121.637	1.147.208	(154.329)

Prática contábil

As transações com partes relacionadas da Companhia são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável.

Assinado por:

Deussimara Teixeira de Mendonça



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



37.3 Remuneração do pessoal chave

A remuneração do pessoal chave da Companhia (membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração e Benefícios de curto prazo		
Diretores	4.020	3.853
Conselho Fiscal	324	315
Conselho de Administração	376	314
Comitê Estatutário de Acompanhamento do Projeto da Usina Angra 3 – COANGRA	301	276
Comitê de Auditoria e de Riscos – COAUD	1.050	1.077
Total	6.071	5.835

A remuneração máxima, mínima e média dos dirigentes e empregados pode ser observada abaixo (valores em R\$):

	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração de diretores		
Maior remuneração de diretores (a)	72.633	57.642
Menor remuneração de diretores (b)	28.843	38.705
Remuneração média de diretores	48.159	42.653
Remuneração de empregados		
Maior remuneração de empregados (c)	129.808	156.003
Menor remuneração de empregados	2.274	2.812
Remuneração média de empregados	20.021	20.847
Remuneração de conselheiros		
Maior remuneração de conselheiros	17.600	16.000
Menor remuneração de conselheiros	4.501	4.146
Remuneração média de conselheiros	7.626	6.583

	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios Concedidos		
Encargos sociais	225.883	220.182
Alimentação	38.984	51.092
Transporte	25.439	29.572
Previdência privada	37.244	37.634
Saúde	92.134	81.013
Segurança e medicina do trabalho	2.043	1.308
Educação ou auxílio creche	11.770	13.842
Cultura	301	400
Capacitação e desenvolvimento profissional	7.689	9.983
Outros	84.344	75.364
Total	525.831	520.390

(b) Receita Operacional Líquida (ROL)

* Não auditado pelo auditor independente

	31/12/2024	31/12/2023
Composição do corpo funcional		
Nº de empregados	1.920	1.918
Nº de admissões	59	235
Nº de demissões	58	37
Nº de estagiários	105	165
Nº de empregados PCD (c)	29	19
Nº de prestadores de serviços terceirizados	958	1.100
a) Folha de Pagamento Bruta (FPB)		
b) Receita Operacional Líquida (ROL)		
c) Pessoa com Deficiência (PCD)		

*Não auditado pelo auditor independente

Prática contábil

As remunerações totais dos dirigentes e dos empregados da Companhia têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério da Economia, e pelo Ministério de Minas e Energia, os quais divulgam a maior remuneração, a menor remuneração e a remuneração média de cada uma dessas categorias.

NOTA 38. SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil inerente a suas atividades.

Os valores segurados referem-se ao total das apólices vigentes para reembolso em caso de sinistro, representados pela quantidade de moeda de origem convertida, pela respectiva cotação em reais, na data das demonstrações financeiras.

Os valores pagos e a pagar relativos aos prêmios das apólices estão representados pela quantidade de moeda de origem convertida pela respectiva cotação em reais, na data das demonstrações financeiras.

Como prêmio, estão apresentados os valores pagos e a pagar das apólices, na moeda de origem, atualizados para equivalente em reais pela respectiva cotação na data das demonstrações financeiras.

O montante global segurado, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 40.433.213 e está assim distribuído:

	Vigência	Valor Segurado	Prêmio Total
Riscos nucleares:	30/10/2025	25.237.338	29.423
Danos materiais		22.601.895	20.815
Responsabilidade civil		2.635.443	8.608
Riscos de Engenharia:	26/08/2025	14.548.968	11.500
Construção		4.120.879	3.612
Responsabilidade civil		30.000	283
Armazenamento de equipamentos		10.398.089	7.605
D&O	02/04/2025	70.000	1.615
Outros diversos		576.907	396
TOTAL		40.433.213	42.934

- (a) A maior remuneração de diretor se deve ao pagamento de reembolso de benefícios retroativos acumulados;
- (b) A menor remuneração de diretor se deve ao pagamento de quarentena, ocorrida em janeiro de 2024;
- (c) As maiores remunerações pagas a empregados no final de 2023 e início de 2024 tiveram reflexos de horas extras pagas durante as atividades realizadas nas Paradas das Usinas para manutenção.
- A média anual da maior remuneração paga a empregados, em 2023, foi de R\$ 72.035.
- A Média semestral da maior remuneração paga a empregados, em 2024, foi de R\$ 61.656.

37.4 Recursos Humanos

Informações sobre remunerações de pessoal chave e empregados:

	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração		
Empregados	892.485	833.007
Administradores	5.875	5.433
(a) Folha de pagamento bruta (FPB)	898.360	838.440
	31/12/2024	31/12/2023
Relação entre a maior e menor remuneração		
Empregados	21,68%	19,30%
Administradores	11,46%	8,01%

	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios Concedidos		
Encargos sociais	225.883	220.182
Alimentação	38.984	51.092
Transporte	25.439	29.572
Previdência privada	37.244	37.634
Saúde	92.134	81.013
Segurança e medicina do trabalho	2.043	1.308
Educação ou auxílio creche	11.770	13.842
Cultura	301	400
Capacitação e desenvolvimento profissional	7.689	9.983
Outros	84.344	75.364
Total	525.831	520.390

	31/12/2024	31/12/2023
	4.230.830	3.931.707

	31/12/2024	31/12/2023
Nº de empregados por nível de escolaridade		
analfabetos	-	-
com ensino fundamental	14	14
com ensino médio	209	206
com ensino técnico	664	674
com ensino superior	791	778
pós-graduação	242	246

NOTA 39. COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Além das obrigações registradas no presente balanço, a Companhia possui outros compromissos contratados até a data do balanço, mas ainda não incorridos e cujas realizações ocorrerão nos próximos exercícios, portanto sem registros patrimoniais em 31 de dezembro de 2024. Trata-se de contratos e termos de compromissos referentes: à venda de energia elétrica, à aquisição de matéria-prima - combustível nuclear - para produção de energia elétrica, aos compromissos socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3 e à aquisição de bens e serviços para substituições em seu ativo imobilizado, a saber:

39.1 Venda de energia elétrica

Com a regulamentação da Aneel para o dispositivo do art.11, da Lei 12.111/2009 e mediante a edição da Resolução Normativa nº 1.009, de 22 de março de 2022, toda a receita decorrente da geração das Usinas Angra 1 e 2 será rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional (SIN), de acordo com as cotas-partes estabelecidas pelo Despacho nº 3.835/2024 pela Aneel para o período de 2025 a 2032. A Resolução Homologatória Aneel nº 3.432/2024 e o Despacho 3.847/2024 estabeleceram a receita fixa de R\$ 4.111.686 para o ano de 2025, relativa às Centrais de Geração Angra 1 e 2.

Conforme está previsto nos procedimentos estabelecidos pela Aneel, as atualizações da receita fixa das Usinas Angra 1 e 2 ocorrerão nas seguintes condições:

- Reajustes tarifários anuais, representados pela atualização inflacionária dos valores do período;
- Revisões tarifárias a cada intervalo de cinco anos;
- Revisões extraordinárias poderão ser realizadas por solicitação da ELETRONUCLEAR ou por iniciativa da Aneel, para cobertura de custos excepcionais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos empreendimentos.

	2025	2026	2027	2028	2029	Após 2029	TOTAL
1 AME - AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	59.796	59.796	59.796	59.796	59.796	179.388	478.368
2 CEA - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ	13.957	13.957	13.957	13.957	13.957	41.871	111.656
3 CEAL - COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS	41.223	41.223	41.223	41.223	41.223	123.669	329.784
4 CEB-DIS - CEB DISTRIBUIÇÃO S.A	73.120	73.120	73.120	73.120	73.120	219.360	584.960
5 CEDRAP - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA	383	383	383	383	383	1.149	3.064
6 CEEE-D - COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	88.759	88.759	88.759	88.759	88.759	266.277	710.072
7 CEGERO - COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO	1.515	1.515	1.515	1.515	1.515	4.545	12.120
8 CEJAMA - COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO	362	362	362	362	362	1.086	2.896
9 CELESC-DIS - CELESC DISTRIBUIÇÃO S. A.	191.684	191.684	191.684	191.684	191.684	575.052	1.533.472
10 CELG-D - CELG DISTRIBUIÇÃO S.A.	144.525	144.525	144.525	144.525	144.525	433.575	1.156.200
11 CELPA - CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A.	98.953	98.953	98.953	98.953	98.953	296.859	791.624
12 CELPE - COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO	141.426	141.426	141.426	141.426	141.426	424.278	1.131.408
13 CEMAR - COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO	78.050	78.050	78.050	78.050	78.050	234.150	624.400
14 CEMIG-D - CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A	330.748	330.748	330.748	330.748	330.748	992.244	2.645.984
15 CEMIRIM - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE MOGI MIRIM	1.731	1.731	1.731	1.731	1.731	5.193	13.848
16 CEPISA - COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ	45.212	45.212	45.212	45.212	45.212	135.636	361.696
17 CEPRAÇ - COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE	760	760	760	760	760	2.280	6.080
18 CERAL ARARUAMA - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE ARARUAMA LTDA	290	290	290	290	290	870	2.320
19 CERAL ARAPOTI - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE ARAPOTI	497	497	497	497	497	1.491	3.976
20 CERBRANORTE - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE	1.902	1.902	1.902	1.902	1.902	5.706	15.216
21 CERFOX - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA FONTOURA XAVIER	914	914	914	914	914	2.742	7.312
22 CERGAL - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI	713	713	713	713	713	2.139	5.704
23 CERGAPA - COOPERATIVA DE ELETRICIDADE GRÃO PARA	339	339	339	339	339	1.017	2.712
24 CERGRAL - COOPERATIVA DE ELETRICIDADE GRAVAL	379	379	379	379	379	1.137	3.032
25 CERILUZ - COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA	1.431	1.431	1.431	1.431	1.431	4.293	11.448
26 CERIM - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE ITU MAIRINQUE	661	661	661	661	661	1.983	5.288
27 CERIPA - COOP DE ELET RURAL DE ITAÍ PARANAPANEMA AVARÉ LTDA	2.186	2.186	2.186	2.186	2.186	6.558	17.488
28 CERMISSÕES - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES	1.858	1.858	1.858	1.858	1.858	5.574	14.864
29 CERMOFUL - COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE	1.506	1.506	1.506	1.506	1.506	4.518	12.048
30 CERNHE - COOPERATIVA DE ENERGIA RURAL	304	304	304	304	304	912	2.432
31 CERON - CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A.	39.087	39.087	39.087	39.087	39.087	117.261	312.696
32 CERPRO - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL REGIÃO	153	153	153	153	153	459	1.224
33 CERSAD - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SALTO DONNER	97	97	97	97	97	291	776
34 CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA	1.465	1.465	1.465	1.465	1.465	4.395	11.720
35 CERTAJA - COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA TAQUARI JACUÍ	1.768	1.768	1.768	1.768	1.768	5.304	14.144
36 CERTEL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA TEUTÔNIA	5.290	5.290	5.290	5.290	5.290	15.870	42.320
37 CERTHIL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ENTRE RIOS LTDA	631	631	631	631	631	1.893	5.048
38 CERVAM - COOPERATIVA DE ENERGIZAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO MOGI	381	381	381	381	381	1.143	3.048
39 CETRIL - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIUNA E REGIÃO	1.125	1.125	1.125	1.125	1.125	3.375	9.000
40 CHESP - COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO	1.765	1.765	1.765	1.765	1.765	5.295	14.120
41 COCEL - COMPANHIA CAMPOLÂRQUENSE DE ENERGIA	2.765	2.765	2.765	2.765	2.765	8.295	22.420
42 CODESAM - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO SANTA MARIA	375	375	375	375	375	1.125	3.000
43 COELBA - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA	214.255	214.255	214.255	214.255	214.255	642.765	1.714.040
44 COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA - CPFL SANTA CRUZ	27.554	27.554	27.554	27.554	27.554	82.662	220.432
45 COOPERALIANÇA - COOPERATIVA ALIANÇA	2.172	2.172	2.172	2.172	2.172	6.516	17.376
46 COOPERCOCAL - COOPERATIVA ELÉTRICA DE COCAL DO SUL	949	949	949	949	949	2.847	7.592
47 COOPERLUZ - COOPERATIVA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA FRONTEIRA NOROESTE	1.099	1.099	1.099	1.099	1.099	3.297	8.792
48 COOPERMILA - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO MULLER	242	242	242	242	242	726	1.936
49 COOPERNORTE - COOPERATIVA REGIONAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DO LITORAL NORTE	242	242	242	242	242	726	1.936
50 COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL FRONTEIRA SUL LTDA	295	295	295	295	295	885	2.360
51 COOPERZEM - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	572	572	572	572	572	1.716	4.576
52 COORSEL - COOPERATIVA REGIONAL SUL DE ELETRIFICAÇÃO RURAL	571	571	571	571	571	1.713	4.568
53 COPEL-DIS - COPEL DISTRIBUIÇÃO S. A.	261.797	261.797	261.797	261.797	261.797	785.391	2.094.376
54 COPREL - COPREL COOPERATIVA DE ENERGIA	4.854	4.854	4.854	4.854	4.854	14.562	38.832
55 COSERN - COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	60.357	60.357	60.357	60.357	60.357	181.071	482.856
56 CPFL - PIRATININGA - COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ	101.732	101.732	101.732	101.732	101.732	305.196	813.856
57 CPFL-PAULISTA - COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	268.999	268.999	268.999	268.999	268.999	806.997	2.151.992
58 CRELUZ-D - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA	1.696	1.696	1.696	1.696	1.696	5.088	13.568
59 CREAL - COOPERATIVA REGIONAL DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DO ALTO URUGUAI	1.386	1.386	1.386	1.386	1.386	4.158	11.088
60 DMEI - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENERGIA DE IJUÍ	1.838	1.838	1.838	1.838	1.838	5.514	14.704
61 DMEI - DMEI DISTRIBUIÇÃO S.A	1.470	1.470	1.470	1.470	1.470	4.410	11.760
62 EDP ES - ESPÍRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A.	80.998	80.998	80.998	80.998	80.998	242.994	647.984
63 EDP SP - SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A	105.383	105.383	105.383	105.383	105.383	316.149	843.064
64 EFLUL - EMPRESA FORÇA E LUZ URUSSANGA LTDA	351	351	351	351	351	1.053	2.808
65 ELEKTRO - ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S. A.	141.627	141.627	141.627	141.627	141.627	424.881	1.133.016
66 ELETROACRE - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE	13.013	13.013	13.013	13.013	13.013	39.039	104.104
67 ELETROCAR - CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A.	1.815	1.815	1.815	1.815	1.815	5.445	14.520



39.2 Combustível nuclear

Contratos assinados com a Indústrias Nucleares Brasileiras (INB), para aquisição de matéria-prima para produção de energia elétrica e combustível nuclear para as próximas recargas das Usinas Angra 1 e Angra 2, bem como a carga inicial de Angra 3 conforme quadro demonstrativo a seguir:

Ano	R\$ MIL
2025	1.173.398
2026	1.249.500
2027	1.196.214
2028	1.051.437
Total	4.670.549

39.3 Compromissos socioambientais

Termos de compromissos assumidos com os Municípios, nos quais a ELETTRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais, vinculados ao empreendimento Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) conforme quadro demonstrativo a seguir:

Ano	R\$ MIL
2025	80.000
2026	80.300
2027	85.000
2028	60.000
2029	60.000
2030	3.100
Total	368.400

39.4 Aquisições de bens e serviços

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de bens e serviços das Usinas Angra 1, Angra 2 e Angra 3, necessários à garantia de performance operacional desses ativos conforme quadro demonstrativo a seguir:

Ano	R\$ MIL
2025	1.090.639
2026	722.711
2027	232.503
2028	40.353
Total	2.086.206

NOTA 40. EVENTOS SUBSEQUENTES

40.1 Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal (CCAF)

Em 26 de março de 2025, por meio de comunicado ao mercado, a Eletrobras informou ao mercado que conjuntamente a União (partes) assinaram o Termo de Conciliação decorrente dos trabalhos da Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal (CCAF) constituída “para tentativa de conciliação e solução consensual e amigável entre as partes”, nos termos da decisão proferida pelo Ministro Nunes Marques, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.385, em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal.

Em 28 de março de 2025, também por meio de comunicado ao mercado, a Eletrobras informou ao mercado que conjuntamente a União (partes) assinaram o Termo de imediata suspensão e rescisão condicionada do acordo de investimentos celebrado, em 22 de abril de 2022, entre a Eletrobras e a ENBPar, conforme previsto no Termo de Conciliação.

Nestes comunicados ao mercado, existem itens importantes em questões relacionadas a participação da Eletrobras na ELETTRONUCLEAR, que terão potenciais impactos na composição acionária da Companhia, os quais reproduzimos abaixo, e que não trazem modificações às Demonstrações Financeiras apresentadas nesta data:

...
“I – DO OBJETO DO ACORDO

CLÁUSULA PRIMEIRA: As Partes têm como justo e acordado, neste ato, implementar determinadas medidas acerca da governança da ELETROBRAS, bem como determinadas medidas relacionadas à relação das Partes como acionistas diretas e indiretas da ELETTRONUCLEAR S.A. (“ELETTRONUCLEAR”), de acordo com os termos e condições previstos neste Termo de Conciliação.

...
III – DA ELETTRONUCLEAR

CLÁUSULA QUINTA: A eficácia do acordo de investimentos (“Acordo de Investimentos”) celebrado em 22 de abril de 2022 entre a ELETROBRAS e a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (“ENBPAR”) ficará suspensa a partir da data de assinatura do presente Termo de Conciliação, independentemente da implementação de qualquer das suas Condições Suspensivas, para o que deverá ser assinado na mesma data, termo específico entre a ELETROBRAS e a ENBPAR, o qual conterá ainda as demais disposições previstas nesta Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso o Conselho Nacional de Política Energética (“CNPE”) autorize a outorga para exploração e aprove o preço da energia elétrica da Usina Termonuclear Angra 3, operada pela ELETTRONUCLEAR (“Angra 3”), viabilizando a consequente retomada das suas obras, o Acordo de Investimentos será automaticamente rescindido na data de publicação do referido ato, observado o disposto no caput, e será automaticamente reconhecida à ELETROBRAS a plena e irrevogável quitação quanto aos seus termos, de forma automática e independentemente de qualquer nova manifestação de qualquer parte com relação ao ora disposto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso haja decisão pelo não seguimento do projeto de Angra 3, as Partes concordam que o Capítulo II do Acordo de Investimentos perderá efeito de forma permanente, devido à perda superveniente de seu objeto, sem prejuízo da manutenção da suspensão de efeitos com relação às demais disposições, nos termos do caput desta CLÁUSULA SEXTA.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso, nos termos da CLÁUSULA SEXTA abaixo, a ELETROBRAS venha a alienar as ações que detém no capital social da ELETTRONUCLEAR a um terceiro antes de sua eventual rescisão nos termos do PARÁGRAFO PRIMEIRO acima, ou antes da perda superveniente de seu objeto nos termos do PARÁGRAFO SEGUNDO acima, o Acordo de Investimentos, a critério da ENBPAR, poderá retomar a sua eficácia na data de adesão de tal terceiro ao Acordo de Investimentos, nos termos do PARÁGRAFO PRIMEIRO da CLÁUSULA SEXTA abaixo.

PARÁGRAFO QUARTO: A partir da data de assinatura deste Termo de Conciliação, a ELETROBRAS não estará obrigada a realizar quaisquer novos aportes, a qualquer título, como acionista da ELETTRONUCLEAR, ou a conceder novas garantias em seu favor, para qualquer finalidade, ressalvadas as previsões constantes deste Termo de Conciliação, preservados os aportes já realizados e as garantias já concedidas.

PARÁGRAFO QUINTO: Permanecerão em vigor as garantias já concedidas pela ELETROBRAS a financiamentos já contratados pela ELETTRONUCLEAR até a data de desestatização da ELETROBRAS, sendo que o disposto no presente Termo de Conciliação, incluindo a eventual rescisão do Acordo de Investimentos ou sua superveniente perda de objeto, não importará qualquer alteração, novação ou modificação de tais garantias, respeitadas as decisões que competem aos bancos credores em consequência de uma eventual alienação de sua participação acionária na ELETTRONUCLEAR, bem como o disposto na CLÁUSULA OITAVA.

PARÁGRAFO SEXTO: O termo específico de que trata o caput desta Cláusula será considerado rescindido para todos os efeitos na data em que se verificar a eventual não implementação de qualquer das Condições Suspensivas previstas neste Termo de Conciliação.

CLÁUSULA SEXTA: A qualquer tempo a partir da assinatura deste Termo de Conciliação, a ELETROBRAS estará livre para alienar até a totalidade das ações que detém no capital social da ELETTRONUCLEAR.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso qualquer terceiro venha a adquirir a participação detida pela ELETROBRAS na ELETTRONUCLEAR, tal terceiro, se demandado pela ENBPAR, deverá aderir irrestritamente, e nos limites demandados pela ENBPAR, ao Acordo de Investimentos, se ainda vigente, sub-rogando-se em todos os direitos e obrigações da ELETROBRAS nele contidos, na proporção de sua participação no capital votante da ELETTRONUCLEAR, o que importará em outorga de plena e irrevogável quitação pela ENBPAR à ELETROBRAS quanto aos seus termos, observado o disposto no PARÁGRAFO QUINTO da CLÁUSULA QUINTA.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A UNIÃO deverá colaborar, e fazer com que, dentro de sua competência legal, a ENBPAR e a ELETTRONUCLEAR colaborem, com quaisquer processos de venda que venham a ser realizados pela ELETROBRAS para a alienação de sua participação na ELETTRONUCLEAR, para o que deverá envidar seus melhores esforços.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Uma vez alienada a participação acionária da ELETROBRAS na ELETTRONUCLEAR, restará rescindido o Acordo de Investimentos com relação à ELETROBRAS e será reconhecida à ELETROBRAS a plena e irrevogável quitação quanto aos seus termos, de forma automática e independentemente de qualquer manifestação de qualquer parte com relação ao ora disposto.

PARÁGRAFO QUARTO: A ELETROBRAS se obriga a não obstar futuros aumentos de capital da ELETTRONUCLEAR por parte da UNIÃO, diretamente ou indiretamente, e será observada, em todo caso, a legislação societária, em especial a Lei das Sociedades por Ações e suas disposições protetivas dos direitos dos minoritários.

CLÁUSULA SÉTIMA: A ELETTRONUCLEAR emitirá debêntures conversíveis em ações, a serem obrigatoriamente adquiridas pela ELETROBRAS, observadas as anuências necessárias, de acordo com os seguintes termos e condições, os quais deverão ser refletidos na respectiva escritura de emissão de debêntures (“Debêntures”):

- (i) As Debêntures terão valor total de emissão de R\$2.400.000.000,00 (dois bilhões e quatrocentos milhões de reais) (“Valor de Emissão”), sendo que a emissão será realizada em séries, as quais observarão e serão subscritas e integralizadas de acordo com as necessidades de caixa da ELETTRONUCLEAR decorrentes do cronograma físico do custeio da renovação da licença de operação (“Long Term Operation” ou “LTO”) da Usina Termonuclear Angra 1, operada pela ELETTRONUCLEAR (“Angra 1”);
- (ii) A totalidade do Valor de Emissão deverá ser destinada para o custeio da LTO de Angra 1, incluindo para a quitação de operações de financiamento já contratadas na data da assinatura deste Termo de Conciliação, na exata proporção dos recursos que tenham sido comprovadamente destinados ao custeio da LTO de Angra 1;
- (iii) Exceto em caso de verificação do disposto nos itens (iv) e (viii) abaixo, a totalidade das Debêntures será automaticamente convertida em ações ordinárias de emissão da ELETTRONUCLEAR, caso seja verificada a satisfação da integralidade das seguintes condições:
 - (a) o somatório do valor das despesas de pessoal, materiais, serviços de terceiros e outras despesas (PMSO) da ELETTRONUCLEAR deverá ter sido reduzido para o nível regulatório (“PMSO Regulatório”) definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com trajetória decrescente e definida até o término da carência da primeira série de Debêntures emitida, nos termos do PARÁGRAFO PRIMEIRO abaixo, sendo certo que a avaliação de atendimento ao PMSO Regulatório não poderá considerar despesas;

- I - relacionadas exclusivamente ao projeto de construção e operação de Angra 3; e
- II - que decorram (a) do próprio processo de ajuste e adequação das despesas ao nível do PMSO Regulatório ou (b) de situações que configurem caso fortuito ou força maior;

- (b) a ELETTRONUCLEAR deverá ter obtido recursos suficientes, por meio de financiamento bancário ou outra fonte, para, em adição aos recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures, arcar com o valor remanescente do custeio da LTO de Angra 1;

- (c) o CNPE deverá ter autorizado a outorga para exploração e aprovado o preço da energia elétrica de Angra 3 e deve ter havido a retomada das suas obras;

- (d) a UNIÃO e/ou a ENBPAR deverão ter outorgado as garantias necessárias e/ou aportado na ELETTRONUCLEAR os recursos necessários para o financiamento do projeto de Angra 3, sendo que, neste último caso, exclusivamente por meio de capital e em valor mínimo equivalente àquele necessário para impedir o aumento da participação relativa da ELETROBRAS no capital social total da ELETTRONUCLEAR em razão da conversão das Debêntures, observados ainda os valores decorrentes da capitalização prevista no item “e” abaixo; e

- (e) a totalidade dos mútuos e adiantamentos para futuros aumentos de capital (AFACs) que tenham sido realizados pela UNIÃO ou ENBPAR à ELETTRONUCLEAR, e que ainda não tenham sido quitados ou capitalizados, deverão ser capitalizados na ELETTRONUCLEAR.

- (iv) Caso (a) haja uma conciliação entre as Partes nos termos da CLÁUSULA NONA abaixo, ou (b) a UNIÃO decida não instaurar o novo e independente processo extrajudicial de mediação nela previsto, ou, ainda, (c) uma vez instaurado, a UNIÃO decida encerrá-lo antes da conclusão dos seus trabalhos, inclusive, nas duas últimas hipóteses, com o objetivo de viabilizar a antecipação da deliberação do CNPE sobre Angra 3; a conversão automática das Debêntures de que trata o item (iii) acima será aplicável somente com relação ao montante de R\$1.900.000.000,00 (um bilhão e novecentos milhões de reais), sendo que o valor remanescente das Debêntures deixará de ser conversível em ações e deverá ser liquidado pela ELETTRONUCLEAR no seu respectivo vencimento;

- (v) Não havendo a verificação das condições de conversibilidade automática estabelecidas no item (iii), observado ainda o disposto no item (iv), ambos acima, as Debêntures não serão, em nenhuma hipótese, convertidas em ações de emissão da ELETTRONUCLEAR;

- (vi) As Debêntures terão prazo total de 10 (dez) anos, carência de 4 (quatro) anos a contar da emissão de cada série, e serão remuneradas ao custo das Notas do Tesouro Nacional Série B – NTN-B;

- (vii) Ao disposto no item (vi) acima, serão acrescidos juros, a serem pactuados no momento de emissão das Debêntures, exclusivamente em relação a parcelas eventualmente inadimplidas na data aprazada nos termos de sua respectiva escritura de emissão;

- (viii) As parcelas vencidas após o decurso do prazo de carência das Debêntures e eventualmente não adimplidas na data aprazada nos termos de sua respectiva escritura de emissão não serão mandatoriamente conversíveis em ações da ELETTRONUCLEAR; e

- (ix) A ELETROBRAS poderá transferir livremente as Debêntures, a seu exclusivo critério, bem como transferir as ações que eventualmente venha a receber em decorrência da conversão das Debêntures, em observância ao disposto na CLÁUSULA SEXTA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cumprimento da condição de redução do PMSO da ELETTRONUCLEAR para o nível do PMSO Regulatório de que trata o item (iii.a) acima será considerado atendido, em relação a cada uma das séries das Debêntures, e não à sua totalidade, se for observada uma trajetória decrescente e definida até o término da carência da primeira série de Debêntures emitida, nos seguintes termos: (i) até o final do primeiro ano de carência da primeira série de Debêntures emitidas, a redução do PMSO da ELETTRONUCLEAR deve alcançar ao menos o nível de 70% (setenta por cento) da distância entre o nível atual e o do PMSO Regulatório; (ii) até o final do segundo ano de carência da primeira série de Debêntures emitidas, a redução do PMSO da ELETTRONUCLEAR deve alcançar ao menos o nível de 80% (oitenta por cento) da distância entre o nível atual e o do PMSO Regulatório; (iii) até o final do terceiro ano de carência da primeira série de Debêntures emitidas, a redução do PMSO da ELETTRONUCLEAR deve alcançar ao menos o nível de 90% (noventa por cento) da distância entre o nível atual e o do PMSO Regulatório; (iv) até o final do quarto ano de carência da primeira série de Debêntures emitidas, a redução do PMSO da ELETTRONUCLEAR deve alcançar ao menos o nível de 100% (cem por cento) da distância entre o nível atual e o do PMSO Regulatório.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A conversão de cada uma das séries de Debêntures nos termos do PARÁGRAFO PRIMEIRO desta Cláusula não desobriga a UNIÃO, enquanto controladora indireta da ELETTRONUCLEAR, e sempre observada, em todo caso, a legislação societária aplicável, de reduzir o PMSO da ELETTRONUCLEAR ao nível do PMSO Regulatório dentro do prazo de carência da primeira série de Debêntures emitidas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A ELETROBRAS contratará às suas expensas os serviços de terceiros necessários à emissão das debêntures de que trata esta CLÁUSULA SÉTIMA.

CLÁUSULA OITAVA: A UNIÃO deverá tomar todas as medidas necessárias para que, no menor prazo possível após a data de implementação das Condições Suspensivas, mas em prazo não superior a 60 (sessenta) dias contados de tal data, sejam adotadas as seguintes providências, pela ENBPAR e pela ELETTRONUCLEAR, em relação aos recebíveis gerados por Angra 1 (“Recebíveis Livres”):

- (i) Utilizar tais Recebíveis Livres como garantia a novos financiamentos a serem contraídos pela ELETTRONUCLEAR para custear a LTO de Angra 1, se necessário no prazo acima referido;

- (ii) Após o oferecimento das garantias eventualmente necessárias nos termos do item (i) acima, utilizar seu saldo disponível como garantia aos financiamentos captados pela ELETTRONUCLEAR anteriormente à desestatização da ELETROBRAS para viabilizar a conclusão da construção de Angra 3 e que tenham garantias outorgadas pela ELETROBRAS, incluindo fianças, obrigações de contrato de suporte de acionistas e obrigações solidárias de satisfação de crédito, as quais, observado o disposto no PARÁGRAFO QUINTO da CLÁUSULA QUINTA, passarão a ser subordinadas à garantia dos Recebíveis Livres de Angra 1.

PARÁGRAFO ÚNICO: A aplicação do disposto no item (ii) acima se dará prioritariamente em relação ao financiamento nele referido concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

CLÁUSULA NONA: A critério da UNIÃO, poderá ser instaurado um novo e independente procedimento extrajudicial de mediação, no âmbito da Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal (CCAF), com a finalidade de que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES estruture nova e ampla modelagem para o projeto de conclusão da construção de Angra 3, observado o disposto no art. 36, §4º, da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, no que se refere à anuência do Ministro Relator do Tribunal de Contas da União (“CCAF Angra 3”).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A UNIÃO e a ELETROBRAS se comprometem, no contexto das negociações no âmbito da CCAF Angra 3, se for instaurado o referido processo extrajudicial de mediação, a atender, cumulativamente, a viabilidade econômico-financeira do empreendimento de Angra 3 e seu financiamento em condições de mercado, observados os princípios da razoabilidade e da modicidade tarifária, ouvida, quando da submissão de suas conclusões ao CNPE, a Empresa de Pesquisa Energética – EPE em relação ao impacto ao consumidor, em atendimento às premissas constantes do disposto no art. 10, §3º, da Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As Partes expressamente concordam que os procedimentos relacionados à CCAF Angra 3, se for instaurado o referido procedimento extrajudicial de mediação, inclusive quanto ao sucesso ou insucesso de uma conciliação no âmbito de tais procedimentos, não afetarão de nenhuma forma os termos e condições deste Termo de Conciliação, tampouco afetarão de qualquer forma os procedimentos relacionados à ADI nº 7.385, incluindo, sem limitação, a homologação imediata, plena e definitiva da conciliação formalizada por meio deste Termo de Conciliação.

...

V – DO NÃO CUMPRIMENTO DO ACORDO

...

PARÁGRAFO TERCEIRO: As Partes concordam que as disposições deste Termo de Conciliação referentes à ELETTRONUCLEAR devem ser interpretadas como um acordo entre acionistas da ELETTRONUCLEAR, estando, portanto, sujeitas ao disposto no art. 118 da Lei das Sociedades por Ações.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
MARCO ANTONIO S. DA CUNHA CASTELLO BRANCO Presidente do Conselho Substituto
ANDRÉ DE OLIVEIRA BUCAR Conselheiro
CAMILA GUALDA SAMPAIO ARAÚJO Conselheira
DANIEL ALVES FERREIRA Conselheiro
FREDERICO DE ARAÚJO TELES Conselheiro
SANDRO LEONARDO NOGUEIRA DE LIMA Conselheiro Representante dos Empregados
DIRETORIA EXECUTIVA
RAUL LYCURGO LEITE Diretor Presidente
SIDNEI BISPO Diretor de Gestão Administrativa
ALEXANDRE APORAL Diretor Financeiro
SINVAL ZAIDAN GAMA Diretor Técnico
RICARDO LUIS PEREIRA DOS SANTOS Diretor de Operação e Comercialização
RICARDO LUIS PEREIRA DOS SANTOS Diretor de Angra 3 Interino
CONTADOR
RONALDO NETO ALCÂNTARA CRC RJ-088615/O-4 Superintendente de Contabilidade

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da ELETTRONUCLEAR S.A., no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório da Administração e de Responsabilidade Social 2024 e procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, compostas pelo Balanço Patrimonial (Ativo e Passivo); pela Demonstração do Resultado; pela Demonstração do Resultado Abrangente; pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; pela Demonstração do Fluxo de Caixa; pelas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2024; e os Saldos e Transações entre ELETTRONUCLEAR e Partes Relacionadas, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração e da Superintendência Financeira, nos exames efetuados pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício e no Relatório da PricewaterhouseCoopers (PwC) Auditores Independentes, referente ao exercício de 2024, emitido sem ressalvas, no entanto, cabe ressaltar a observação apresentada sobre a “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional” da Empresa, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos , com a ênfase contida no Relatório de Auditores Independentes, estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da ELETTRONUCLEAR S.A.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2025.

RAPHAEL EHLERS DOS SANTOS Presidente
MARCELO SENNA VALLE PIOTO Conselheiro
RODRIGO VILLELA RUIZ Conselheiro
MARCOS BARRETO DE FARIA PINHO Conselheiro
MICHELINÉ XAVIER FAUSTINO Conselheira



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
ELETRONUCLEAR S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ELETRONUCLEAR S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 36.3.5 às demonstrações financeiras, que menciona que a posição financeira da Companhia está afetada substancialmente pelos financiamentos das obras da usina Angra 3, cuja entrada em operação depende do êxito na implementação do plano de ação estabelecido pela Companhia. Adicionalmente, encontra-se em andamento o Programa de Extensão de Vida Útil da usina Angra 1 - Long Term Operation (LTO), que também vem demandando a obtenção de recursos financeiros relevantes. Nesse sentido, a Companhia vem enfrentando desafios financeiros para cumprir com suas obrigações de curto prazo, principalmente relacionados aos investimentos necessários para o desenvolvimento dos projetos Angra 3 e LTO e aos pagamentos dos serviços das dívidas existentes. O plano de ação da Companhia, que considera entre outros aspectos a necessidade de suporte financeiro dos acionistas e de terceiros, está descrito na Nota 36.3.5. Essa situação, entre outras descritas na nota 36.3.5, indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras Informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4